

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

ESTHER AUGUSTA NUNES BARBOSA

**A REVISTA INFÂNCIA EXCEPCIONAL (1933 – 1979): UMA CONTRIBUIÇÃO  
PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

BELO HORIZONTE

2019

ESTHER AUGUSTA NUNES BARBOSA

**A REVISTA INFÂNCIA EXCEPCIONAL (1933 – 1979): UMA CONTRIBUIÇÃO  
PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e inclusão social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Araújo Pereira Borges.

Área de Concentração: Políticas Públicas de Educação.

BELO HORIZONTE

2019

B238r T	<p>Barbosa, Esther Augusta Nunes, 1987-  A revista Infância excepcional (1933 – 1979) [manuscrito] : uma contribuição para a história da educação especial / Esther Augusta Nunes Barbosa. - Belo Horizonte, 2019.  168 f., enc, il.</p> <p>Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.  Orientador: Adriana Araújo Pereira Borges.  Bibliografia: f. 119-128.  Anexos: f. 129-168.</p> <p>1. Revista infância excepcional: estudo, educação e assistência ao excepcional -- Teses. 2. Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais -- Teses. 3. Educação -- Teses. 4. Educação especial -- História -- Teses. 5. Educação especial -- Políticas públicas -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 6. Educação -- Políticas públicas -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses.  I. Título. II. Borges, Adriana Araújo Pereira, 1972-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.</p> <p style="text-align: right;">CDD- 371.9</p>
------------	--

ESTHER AUGUSTA NUNES BARBOSA

**A REVISTA INFÂNCIA EXCEPCIONAL (1933 – 1979): UMA CONTRIBUIÇÃO  
PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e inclusão social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos  
requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação.

---

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Araújo Pereira Borges (FaE-UFMG)

---

Profa. Dra. Merie Bitar Moukachar (FaE-UEMG)

---

Profa. Dra. Regina Helena de Freitas Campos (FaE-UFMG)

---

Profa. Dra. Mônica Maria Farid Rahme (FaE-UFMG)

---

Profa. Dra. Cecília Andrade Antipoff (UNA)

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2019

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa. Somente por meio desse apoio foi possível a realização das disciplinas do curso, a minha participação em grupos de estudo e de pesquisa e a minha incursão nos arquivos e memoriais para coleta das fontes necessárias.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG, por todo arcabouço teórico e prático disponibilizado aos seus estudantes.

À professora Regina Helena de Freitas Campos que ajudou no processo de definição do meu objeto e aceitou participar da banca. À professora Merie Moukachar e Cecília Antipoff que aceitaram participar da banca e contribuir com esse processo.

À minha professora e orientadora Adriana Araújo Pereira Borges pela confiança em meu trabalho e principalmente pela disponibilidade concedida. Não houve dia em que ela estava indisponível e não houve material que ela não pudesse compartilhar.

Aos servidores do colegiado, da seção de ensino e setor financeiro pela presteza em cada um dos atendimentos e orientações prestadas. Aos servidores da Biblioteca Alaíde Lisboa, do Memorial Helena Antipoff em Ibirité e da Biblioteca Central da UFMG. A paciência e o apoio de cada um deles foram fundamentais para que os documentos que deram o suporte a este estudo fossem encontrados.

A cada professora da Faculdade de Educação que encontrei nessa travessia. Cada profissional me orientou de alguma forma e colaborou para o aperfeiçoamento dos meus estudos. Em especial agradeço às professoras Mônica Rahme e Raquel Assis. Ambas me apoiaram tanto nas disciplinas de Seminário de Pesquisa quanto em outros encontros que foram de grande valia acadêmica e pessoalmente.

Aos companheiros da Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, à Juliana Alcântara e à Suéllen Coelho por tornarem meus dias mais leves.

Aos amigos Marcela Victar e André Calazans por me darem as mãos nesse processo e tirarem muitas pedras do meu caminho.

Aos amigos Breno Mendes, Elisângela Jory, Fabrício Vinhas, Maria Cecília, Neília Barbosa e Rodolfo Leite pelo apoio.

Ao trio Luiza Vicari, Simone Vasconcelos e Mariana Gonzaga (que é trio e Dupla). Por meio da ligação que estabelecemos pude lidar melhor com o real que se dispôs a mim no meio da travessia. *Da nossa amizade, delicadezas.*

Ao Thalles de Melo, amigo e leitor. Seu apoio me ajudou a seguir.

Onde há estudo e conquistas profissionais há também gratidão à Tia Enilce. A ela meu (sempre) muito obrigada.

Aos meus pais Edvaldo e Iracilda pelo amor ensinado e compartilhado. Tê-los como pais é a essência das minhas escolhas. Às minhas irmãs Débora e Fabíola que sempre conseguem transformar a torcida por mim em força que me move. Ao meu sobrinho, Benjamim, que veio (re)significar o amor de nossa família.

Agradeço especialmente ao Eduardo da Silva Teodoro que em sua imensa confiança e paciência me incentivou na busca, me apoiou na permanência e comemorou cada passo do meu desenvolvimento. *Meu amor inchou, de empapar todas as folhagens.*

“Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?” (ROSA, João Guimarães, 1956, p. 41).

## RESUMO

A história da Educação Especial no Brasil é marcada pela presença de inúmeras instituições especializadas. Dentre elas, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG), criada em 1932. A instituição se propunha a acolher, tratar e educar crianças que desviavam da norma social estabelecida no período e divulgava suas ações por meio de diversas publicações. Essa pesquisa teve como objetivo, analisar como as políticas públicas para educação do excepcional foram divulgadas pela revista *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional*, publicada entre os anos de 1933 e 1979. O intervalo de sua publicação abarca um momento de grandes transformações no que tange à educação dos excepcionais, passando de um período de atendimentos pontuais e isolados por parte de instituições privadas e governos locais à construção de políticas nacionais mais abrangentes. A pesquisa qualitativa e historiográfica priorizou a análise dos números que compuseram a coleção do periódico. Para Carr (1978), o historiador não pode narrar um fato histórico tal qual se passou, mas, a partir da seleção de diversas fontes, pode selecionar eventos que, segundo sua ótica, merecem ser historiados. Os eventos selecionados para fins dessa pesquisa permitiram elencar categorias relevantes para a compreensão dos temas que circulavam no periódico. Para analisar as propostas que se relacionavam com as políticas públicas, foi utilizada a definição do contexto de influência, proposto por Ball e Bowe, exposto por Mainardes (2006). Política pública foi definida como ação pública, que considera a atuação de diversos atores da sociedade civil na busca para conquistar direitos sociais. O contexto da influência foi analisado a partir de três categorias: público alvo; família; financiamento. Quanto ao público alvo, foi identificado que as publicações apresentaram modificações na sua conceituação e tentaram reduzir os estigmas desse público com a mudança de sua nomenclatura. A partir da pesquisa realizada, foi identificada também uma mudança de postura da coleção na forma como difundiam o papel da família do excepcional em seu processo educativo. Em um primeiro momento a revista retrata a família como um meio nefasto à educação desses jovens e que a melhor forma de educá-los seria por meio do distanciamento desse ambiente. A partir da década de 1960, no entanto, a família passa a ser descrita como um meio fundamental de luta e protagonismo para conquista de direitos educacionais, inclusive com o incentivo da criação de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em diversas localidades. Quanto à categoria financiamento, as alterações políticas relacionadas a esse campo impactaram significativamente a produção do periódico. Na década de 1930 os trabalhos da SPMG eram incipientes e dependiam de doações para serem mantidos. Dessa forma, as revistas funcionavam como um meio de propaganda das ações da instituição e de sensibilização da sociedade civil para angariar fundos. A partir da década de 1950, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) é criada e o financiamento do trabalho de instituições como a SPMG passa a ser oficializado pelo Estado. Assim, a autoimagem da instituição deixa de ser um tema recorrente nos periódicos e os temas relativos às políticas públicas ganham força.

**Palavras-chaves:** Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Políticas Públicas. Revista *Infância Excepcional*. Educação Especial.



## ABSTRACT

History of Special Education in Brazil is characterized by the presence of many specialized institutions. Among them, the Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG), created in 1932. This institution was committed to foster, treat and educate children who strayed from the norm established during that time and announced its actions through many publications. This research aims to analyze how public policy for education of the exceptional was disseminated by the magazine *Infância Excepcional: Estudos, Educação e Assistência ao Excepcional*, published between 1933 and 1979. The publishing interval covers a period of many transformations on the education of the exceptional: changing from isolated services by private institutions and local governments to the development of broad national policies. Qualitative and historiographic research prioritizes the analysis of the magazine issues that compose the collection. Carr (1978) believes that the historian can't narrate the historic fact like it happened, but among many sources he can choose events which, from his own point of view, deserve being analyzed. Events selected for this research allowed creating relevant categories in order to comprehend themes that were in the magazine. For the purpose of analyzing the proposals for public policy, it was utilized the definition of influence context, by Ball and Bowe, shown by Mainardes (2006). Public policy was defined as a public action, which considers the efforts of many civil society actors searching to acquire social rights. Context was analyzed through three categories: target audience, family and financing. About target audience, it was identified that the magazine showed changes on its definition and tried to diminish stigmas of this group while changing its nomenclature. As to family, it was identified changes on magazine's attitudes about how it would spread the role of the exceptional student's family in his/her learning process. Firstly, magazine describes family as a harmful environment to education of these students and the best way to educate them would be taking him/her away from this environment. After 1960's, however, family is described as a fundamental mean of fighting and protagonism to acquire educational rights, encouraging the creation of Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) in many localities. About financing, political changes related to this area influenced significantly the publishing of this magazine. During the 1930's, the work of SPMG was incipient and depended on donations. Therefore the magazines functioned as advertisement for institution's actions and society awareness in order to raise funds. In the 1950's the Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) is created and the financing of institutions like SPMG is, then, formalized by the Federal Government. Thus the institution's self-image is no longer a current theme in the magazine and themes related to public policy gains strength.

**Key Words:** Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Public Policies. Magazine *Infância Excepcional*. Special Education.

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - Organização da Revista Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.....	52
QUADRO 2 - Fases da Coleção da Revista Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. ....	57
QUADRO 3 - Dispositivos legais publicados pela coleção Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. ....	84

## LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Boletim número 20 da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais. Acervo especial da Biblioteca Alaíde Lisboa Faculdade de Educação / UFMG. ....	61
FOTO 2 - Boletins da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais: número 15, 17, 18 e 19. Acervo especial da Biblioteca Alaíde Lisboa Faculdade de Educação / UFMG..	62
FOTO 3 - Boletins da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais: número 12, 16 e 20. ....	62
FOTO 4 - Publicação do Mensageiro Rural número 30, ano V, 1963. ....	73
FOTO 5 - Publicação do Mensageiro Rural número 30, ano de 1963. Nota sobre sua finalidade. ....	74
FOTO 6 - 3º, 4º e 5º Suplementos do Mensageiro Rural ....	75
FOTO 7 - 6º Suplementos do Mensageiro Rural.....	75
FOTO 8 - Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural, 2º semestre de 1965	78
FOTO 9 - Capa da revista Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional números 9, 11 e 12.....	80

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACRIFAR	Amigos da Criança da Fazenda do Rosário
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CADEME	Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CDPHA	Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CESB	Campanha Nacional do Surdo Brasileiro
CESB	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro
CFE	Conselho Federal de Educação
DNEE	Departamento Nacional de Educação Especial
FENAPAES	Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
IBC	Instituto Benjamin Constant
INEP	Instituto Nacional de Pedagogia
INES	Instituto nacional de Educação de Surdos
INSM	Instituto Nacional dos Surdos-Mudos
IPBH	Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte
ISER	Instituto Superior de Educação Rural
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
SAI	Serviço de Apoio à Inclusão
SEE-MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários
SPB	Sociedade Pestalozzi do Brasil
SPMG	Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais
SPRJ	Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Metodologia.....</b>	<b>18</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS DE 1933 A 1979 ..</b>	<b>26</b>
<b>2.1 História das políticas para educação especial.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais .....</b>	<b>44</b>
<b>3 INFÂNCIA EXCEPCIONAL: ESTUDO, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL.....</b>	<b>51</b>
<b>3.1 Das fases da revista .....</b>	<b>57</b>
3.1.1 <i>Os redatores .....</i>	<i>58</i>
3.1.2 <i>Primeira Fase: Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais .....</i>	<i>60</i>
3.1.3 <i>- Segunda Fase: Suplementos do Mensageiro Rural .....</i>	<i>72</i>
3.1.4 <i>Terceira Fase: Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural, 2º semestre de 1965 - Definição da identidade visual .....</i>	<i>78</i>
3.1.5 <i>Quarta Fase: Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional .....</i>	<i>79</i>
3.1.6 <i>Quinta Fase: Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.....</i>	<i>82</i>
<b>4 OLHARES E PERSPECTIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO ESPECIAL: PÚBLICO ALVO, FINANCIAMENTO E FAMÍLIA .....</b>	<b>84</b>
<b>4.1 Difusão das políticas vigentes .....</b>	<b>84</b>
<b>4.2 Público Alvo .....</b>	<b>87</b>
4.2.1 <i>Definição do público alvo.....</i>	<i>87</i>
4.2.2 <i>Infância Excepcional .....</i>	<i>92</i>
4.2.3 <i>A inclusão dos inadaptados .....</i>	<i>96</i>
<b>4.3 Financiamento .....</b>	<b>98</b>
4.3.1 <i>Financiamento e Autoimagem .....</i>	<i>98</i>
4.3.2 <i>Financiamento oficial.....</i>	<i>102</i>
4.3.2.1 <i>Educação do Excepcional como direito .....</i>	<i>103</i>
<b>4.4 Família.....</b>	<b>105</b>
4.4.1 <i>Do afastamento familiar.....</i>	<i>105</i>
4.4.2 <i>A parceria com a família .....</i>	<i>107</i>
4.4.3 <i>Do protagonismo das famílias.....</i>	<i>109</i>
<b>4.5 Influência e propostas em políticas públicas: público alvo, financiamento e família .....</b>	<b>111</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade de escolarização oferecida aos estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades. Na legislação atual consta que essa modalidade deve ser oferecida preferencialmente em instituições de ensino comum. Ou seja, é indicado que os estudantes público alvo da educação especial sejam escolarizados junto com os estudantes que não são o público dessa modalidade. Esse entendimento segue o paradigma da educação inclusiva, vigente nos dias atuais.

Pensar em educação inclusiva é pensar em um modelo escolar no qual todo ser humano possa estar inserido no processo educativo formal. Não havendo exclusão por motivo de cor, etnia, origem social, desenvolvimento motor e intelectual, nem por qualquer história de vida que o tenha caracterizado como alguém que fuja dos padrões, sejam eles quais forem, estabelecidos pela nossa sociedade. A educação inclusiva tem por objetivo incluir no processo educacional quem está fora dele, em muitos casos por inadequação do próprio sistema educacional em receber as demandas de um público específico.

O objetivo de uma educação inclusiva é, além de garantir o acesso ao ambiente escolar, criar meios para que o aluno com deficiência permaneça dentro das escolas e usufrua de tudo que elas podem propiciar ao educando. Segundo a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, art. 2º).

Dessa forma, o conceito de pessoa com deficiência diz respeito tanto ao ambiente social em que vivemos quanto às questões de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de cada um de nós. Nessa perspectiva, o que impede a plena participação social da pessoa com deficiência, em igualdade de condições das demais, são as barreiras que lhes são impostas. Assim, no âmbito escolar é papel da escola que objetiva incluir verdadeiramente o estudante na educação comum, com auxílio do Estado, eliminar as barreiras que impedem a plena participação em todas as atividades escolares.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 o Brasil registrou que a educação é um direito social de todo cidadão brasileiro. Na mesma linha, em 1996 com a lei 9.394, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), esclareceu-se

que neste país a educação é para todos, sendo que alguns dos princípios do ensino ministrado são a garantia do acesso, da permanência do aluno na escola e da oferta de educação de qualidade. Para que esse compromisso contemple os alunos com deficiência, o poder público deve oferecer um atendimento educacional especializado, preferencialmente em escolas e turmas comuns. Para assegurar o acesso ao currículo escolar e à continuidade de estudo deste público é necessário que um plano de ação seja desenvolvido e colocado em prática. Estas diretrizes vêm sendo construídas, aperfeiçoadas e debatidas pelo Poder Público e pela sociedade civil para tentar assegurar o direito do estudante e frisar a obrigatoriedade do Poder Público de promover as ações necessárias para que tais objetivos sejam alcançados.

Com o precedente aberto na legislação nacional, de educação para todos, a partir da década de 1990 a realidade da educação básica no Brasil passou por um processo de reestruturação para se adequar às necessidades daqueles estudantes que ainda não estavam presentes em escolas e turmas comuns. A LDBEN, e diversas diretrizes internacionais<sup>1</sup>, ao explicitarem que o aluno com deficiência deveria ser matriculado preferencialmente nessas escolas provocaram um movimento de adequação dos sistemas de ensino para receber esse público. Gradativamente as secretarias de educação estaduais e municipais desenvolveram políticas públicas para atender e inserir os estudantes público alvo da educação especial nas escolas comuns.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) criou em 2005 o Projeto Incluir destinado a preparar uma escola comum de cada município para o recebimento de estudantes público alvo da educação especial. Naquele momento foram promovidas distribuição de material didático e de apoio, reformas arquitetônicas e formação do corpo docente das escolas selecionadas. Com o passar dos anos o recebimento desses estudantes cresceu e diversas escolas passaram a contar com os suportes pedagógicos disponibilizados pela SEE-MG, por meio do Serviço de Apoio à Inclusão (SAI) de suas regionais.

A partir de 2013, assumi o cargo de Analista Educacional em uma Superintendência Regional de Ensino (SRE). Essa instituição tem por finalidade mediar a política pública constituída na SEE-MG e auxiliar na implementação junto às escolas estaduais sob sua circunscrição. Neste cargo, minhas atribuições estavam ligadas à política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Minha função era prestar atendimento às escolas que tivessem estudantes que fazem parte do público alvo da educação

---

<sup>1</sup> Para entender o processo de desenvolvimento da educação inclusiva no Brasil ver: MENDES (2006) e SANTOS E MENDES (2016).

especial, prestando esclarecimentos políticos-pedagógicos e autorizando a liberação de suportes que fossem de direito do estudante. A amplitude e os desafios desta execução se tornaram uma realidade em meu trabalho cotidiano. Dentre as dificuldades encontradas estava a falta de informação dos profissionais acerca da política educacional vigente. O que era direito definido na política estadual e nacional muitas vezes era confundido com assistencialismo e benevolência. Mesmo a legislação sendo divulgada e a SEE-MG fornecendo alguns cursos de formação na área<sup>2</sup>, o entendimento sobre o direito e os apoios disponíveis para a comunidade escolar continuavam sendo incipientes por parte dos profissionais, constituindo um desafio para implementação da política.

Diante do crescente incômodo produzido pelo trabalho cotidiano, passei a me questionar sobre as possibilidades de auxiliar na melhoria do quadro das escolas que eu atendia. Inicialmente quis pesquisar quais as dificuldades dos professores para lecionar para os estudantes com deficiência. Posteriormente quis entender como a SEE-MG chegou à formulação da política educacional vigente. Mas, em um processo de amadurecimento da pesquisa, cheguei ao momento histórico em que as primeiras ações em prol do estudante com deficiência começavam a ser debatidas no estado de Minas Gerais.

Perante o quadro exposto, aliado à minha formação em história, cresceu o interesse em aprofundar meus estudos no percurso histórico da educação especial. Mais especificamente, sobre como circulavam em Minas Gerais o conhecimento sobre educação especial e as políticas vigentes desta área em seu período de consolidação. Para tanto, voltei minha atenção para a revista *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional* (doravante chamada apenas de *Infância Excepcional*) publicada pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG).

Dito isso, essa pesquisa se propôs a analisar a forma como a revista *Infância Excepcional* difundia as políticas públicas existentes para educação especial ao longo de suas publicações. Analisamos também como a revista publicava propostas de ações públicas para o campo educacional em questão. O estudo visou a entender como a instituição responsável pela revista se posicionava diante do Poder Público e de seus leitores em relação às demandas da educação especial.

A revista *Infância Excepcional* foi publicada pela SPMG entre os anos de 1933 e 1979. A instituição foi criada em 1932 sob a alcunha de Sociedade Pestalozzi, no ano de 1961 sua designação foi alterada para Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (ANTIPOFF, 1963). O

---

<sup>2</sup> Críticas podem ser feitas quanto a eficiência e a eficácia dos cursos fornecidos pela SEE-MG. No entanto, não é objetivo deste trabalho discuti-las.



objetivo da mudança foi para especificar sua região e se distinguir das outras instituições de mesmo nome que vieram a ser fundadas no país. Tendo em vista a atualização de sua nomenclatura, esta dissertação utilizará o nome adotado a partir de 1961: Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais ou a sigla com suas iniciais SPMG.

O debate acerca da escolarização da pessoa com deficiência ainda é desafiador porque ao mesmo em que espaços segregados de educação podem gerar uma formação de vida alienada, a construção de uma educação especial na perspectiva da inclusão esbarra em dificuldades que, dentre outras, envolvem: as condições da educação historicamente destinada às camadas populares no Brasil; a formação adequada de professores para educação da criança com deficiência; o lugar ocupado pelas diferenças e desigualdades na sociedade; o financiamento da educação pública; e a influência de agências internacionais (KASSAR, 2012). Assim, compreender o contexto de constituição das políticas educacionais voltadas a este público e desvendar os interesses e as disputas historicamente envolvidos nessa questão, através dos diversos grupos que tentaram influenciar esta construção, são fundamentais para elucidar a construção do momento atual.

Como apontado por Faria (2013), as pesquisas acerca das políticas públicas não devem se limitar a um único campo do conhecimento, uma vez que os problemas sociais e políticos que elas pretendem solucionar possuem origens múltiplas. A questão do processo de constituição das políticas públicas da educação especial é um tema multidisciplinar, que pode ser inserido nos estudos de história da educação, da análise de políticas públicas educacionais, da história da psicologia e dos diversos debates que circundam a escolarização de pessoas com deficiência.

A definição atual do público alvo da educação especial aparece nas legislações nacionais, estaduais, municipais e em documentos internacionais que apontam diretrizes políticas-pedagógicas a serem seguidas. No entanto, um longo caminho foi construído para chegarmos ao conceito que considera as barreiras socialmente construídas como um obstáculo para o pleno desenvolvimento humano. As definições do que era e o que é considerado deficiência sofreram diversas modificações ao longo do tempo. Concomitantemente a isso, as nomenclaturas utilizadas para se referir às pessoas com deficiência também sofreram alterações. De modo que um conjunto de características que na década de 1930 configuravam uma condição considerada fora da norma estabelecida como padrão, hoje são analisadas sob outras perspectivas e não configurariam uma deficiência. Assim, muitas crianças que formavam o público alvo do ensino especial durante o recorte temporal dessa pesquisa não seriam consideradas atualmente como público alvo da educação especial. Portanto, para evitar

anacronismos e confusões acerca do público que estamos tratando nessa dissertação optamos por usar os mesmos nomes encontrados nas revistas em cada período de análise e explicar seu significado. Assim, quando falamos em *crianças excepcionais* não estamos falando exatamente das mesmas crianças que hoje seriam consideradas crianças com deficiência ou público alvo da educação especial. Para marcar essa diferença colocamos os conceitos de cada época em destaque (itálico), assim podemos marcar os termos que não são mais utilizados atualmente da mesma forma como eram no passado. Portanto, termos como *anormais*, *retardados*, *excepcionais*, *subnormais*, *desajustados*, *menor delinquente* aparecerão nesta dissertação por não poderem ser substituídos por termos contemporâneos.

De maneira análoga à questão do público alvo, ao tratarmos a questão das políticas públicas para educação especial esbarraremos em uma questão terminológica. Ao longo das revistas os termos “educação especial”, “ensino especial”, “educação do excepcional” e “ensino emendativo” foram utilizados de maneira semelhantes. Mas, como já foi dito, o termo *excepcional* guarda as especificidades de cada período em que era utilizado. Dessa forma, apesar de se tratar do início dos debates da educação especial no Brasil, as políticas para educação especial nos períodos de publicação das revistas não eram voltadas necessariamente para o mesmo público da educação especial atual, ele era mais amplo. Ao longo da dissertação ficará mais clara a mudança na utilização dos nomes atribuídos ao público alvo do ensino especial.

Por meio dessa pesquisa buscamos compreender a forma como a revista *Infância Excepcional* difundia as políticas públicas existentes para educação especial ao longo de suas publicações e como a revista publicava propostas de ações públicas para o campo educacional em questão. A revista *Infância Excepcional* foi organizada de modo a tratar sobre o tema da educação especial em seus múltiplos aspectos: educacionais; políticos; éticos; metodológicos; científicos; sociais e assistenciais. Apesar da permanência de grande parte dos redatores da revista, ela se modificou ao longo dos anos e a forma como difundia e propunha a educação dos *excepcionais* acompanhou as alterações que o próprio campo da educação especial sofreu ao longo do tempo.

## **1.1 Metodologia**

A escolha dessa coleção de revistas teve três motivações principais. A primeira delas foi motivada pela coleção ter sido inteiramente dedicada à temática da educação especial. O início da publicação da coleção coincide com um período em que a temática da educação

especial não predominava nos debates acerca da educação e das políticas educacionais. Dessa forma, a coleção da *Infância Excepcional* promovia um debate incipiente em Minas Gerais e nos revela o início da construção das discussões acerca do ensino especial.

O segundo motivo foi devido à peculiaridade de sua organização: a SPMG utilizou publicações antigas para agregar à coleção e formar os primeiros números da revista, iniciando pela edição número 8 no ano de 1966. Essa organização da revista rendeu um longo período temporal de publicação, apesar de terem sido editados apenas 12 números. Assim, foi possível analisar as mudanças e permanências de opinião difundida pela revista ao longo de quarenta e seis anos. Ademais, as escolhas de qual publicação da SPMG, anterior a 1966, entraria na coleção e qual ficaria de fora nos aponta certa intencionalidade da instituição em preservar e formalizar alguns debates e histórias da entidade.

A terceira motivação diz respeito à natureza do documento, que revela debates que extrapolam as versões oficiais sobre a educação especial. Por isso o interesse em investigar a circulação das discussões que permeavam o campo da educação especial entre os profissionais da área por meio de uma revista voltada a esse público. Santos e Mendes (2016) realizaram uma pesquisa bibliográfica que pretendia fazer um levantamento da produção de estudos acerca da história da educação especial no Brasil e chegaram à conclusão de que há pouco estudo nessa área. As pesquisadoras citaram os trabalhos de Jannuzzi (1985) e Mazzota (1996) como os trabalhos clássicos da área, mas destacaram a pouca diversidade de fontes históricas utilizadas na maior parte dos trabalhos. Para as autoras o uso excessivo de fontes oficiais, produzidas pelo Poder Público, orientou uma escrita histórica limitada a apenas uma versão dos processos históricos, mantendo diversas experiências e perspectivas silenciadas. Por meio dessa constatação, Santos e Mendes (2016) expõem a necessidade de diversificação das fontes documentais para que possamos compreender a história da educação especial por outro ângulo.

A publicação da revista *Infância Excepcional* está inserida no âmbito da cultura escrita impressa, que se caracteriza por ser um conjunto de saberes e práticas divulgadas por diversos gêneros textuais. Dentre eles há alguns que podem ser considerados educacionais por pretenderem, como nos casos dos periódicos, informar e educar (ASSIS, 2016). Por se tratar de gêneros educacionais, os periódicos constituem uma rica fonte de pesquisa educacional de cunho historiográfico. Assis (2016) aponta que na metade do século XX os saberes psicológicos eram divulgados pela imprensa oficial destinada aos educadores, trabalhando em prol da divulgação e do fortalecimento das novas propostas educacionais que seriam implementadas. O objetivo era convencer os professores a se apropriarem dos novos modelos

teóricos necessários para a instalação das reformas educacionais propostas (ASSIS, 2016). É nesse contexto que a revista da SPMG iniciou sua publicação, inserida na rede de circulação de saberes da imprensa periódica de Minas Gerais.

É importante salientar que a recepção dos saberes circulantes não é uma ação passiva. O leitor processa o que recebe e se apropria das ideias de acordo com seu contexto social, com seu histórico de vida e com sua carga de conhecimento. Dessa forma, a apropriação das ideias difundidas é um processo ativo, que nem sempre coincide com os objetivos das publicações. Apesar disso, nossa pesquisa se dedicou a estudar o que a revista da SPMG divulgava, a recepção do leitor não foi um dos nossos recortes.

A pesquisa foi realizada a partir da análise qualitativa de fontes primárias e secundárias. Inicialmente foi feita a busca das revistas da coleção e de outros documentos que auxiliaram na compreensão e na caracterização da coleção como: correspondências, agendas pessoais, diários e outras publicações do período. Os documentos históricos foram encontrados no Memorial Helena Antipoff, no município de Ibirité; na sala Helena Antipoff localizada na biblioteca central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no acervo especial da biblioteca Alaíde Lisboa da Faculdade de Educação da UFMG.

Após encontrar todos os exemplares da revista, foi realizada uma leitura geral do material e foram destacados os pontos que eram publicados com maior frequência. Leituras mais aprofundadas foram realizadas e de acordo com as novas análises e maior proximidade com o material, elencamos algumas categorias de análise: público alvo; família; financiamento; eugenia e autoimagem. No entanto, os conteúdos das categorias eugenia e autoimagem esbarravam nas definições das outras categorias o que inviabilizava sua análise separadamente. Outro desafio era compreender porque os dois temas perderam força a partir do quarto número da revista. Diante dessas dificuldades voltamos aos documentos para responder as seguintes perguntas: Por que as revistas passaram a elogiar cada vez menos o trabalho desenvolvido pela SPMG? Por que os artigos passaram a ter cada vez menos adjetivos que qualificavam os trabalhos da SPMG? Por que o “melhoramento da raça” não aparecia mais nas revistas? Por que a palavra eugenia caiu em desuso nas publicações? A partir dessas indagações entendemos que as duas categorias estavam ligadas à dificuldade de manutenção financeira da SPMG. Ambas eram utilizadas inicialmente para angariar financiamento e apoio à instituição, após colocar o tema do ensino especial na agenda pública e conquistar as primeiras políticas de financiamento das suas atividades a *Infância Excepcional* mudou a forma e o conteúdo de suas publicações. A partir desse entendimento, cortamos tais categorias e seguimos a pesquisa com três categorias de análise: público alvo,

financiamento e família.

Após a definição das categorias, montamos um quadro com os trechos dos artigos das revistas que continham o assunto dessas categorias. Analisamos cada trecho separadamente, depois em conjunto com os demais trechos destacados e, então, analisamos os conteúdos de acordo com o contexto da época. A leitura contextualizada evita o equívoco de fazer interpretações somente baseadas nos paradigmas da atualidade. O encontro entre presente e passado é a base de um trabalho historiográfico, que inevitavelmente promove um diálogo entre o historiador e suas fontes:

O processo recíproco de interação entre o historiador e seus fatos, o que denominei diálogo entre presente e passado, é um diálogo não entre indivíduos abstratos e isolados, mas entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem. A história nas palavras de Burckhardt, 'é o conjunto daquilo que uma época **encontra em outra digno de nota**'. **O passado é inteligível para nós** somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. (CARR, 1978, p. 49).

Para Carr (1978), o historiador não pode narrar um fato histórico tal qual se passou, mas a partir da seleção de diversas fontes ele pode selecionar eventos que, segundo sua ótica, merecem ser historiados. Essas fontes, documentos históricos que embasam o trabalho do historiador, não são neutras, tampouco falam por si. Elas respondem às perguntas feitas pelo historiador, que faz sua seleção a partir do seu interesse e da sua ótica.

Pedindo mais uma vez emprestada a frase de Talcott Parson, a história é "um sistema seletivo" não apenas de orientações cognitivas, mas também causais, da realidade. Assim como o historiador seleciona do oceano infinito de fatos aqueles que são importantes para seu propósito, assim também ele extrai, da multiplicidade de sequências de causa e efeito, aqueles, e somente aqueles, que são importantes historicamente; o padrão de importância histórica é a sua habilidade de encaixá-los em seu padrão de explicação e interpretação racionais. (CARR, 1978, p. 88-89).

A matéria prima do historiador é o fato histórico, mas esses fatos também não falam por si. Eles são filtrados pelo historiador e (re)inseridos em um contexto. Ainda para Carr (1978) o papel do historiador é compreender o pensamento que está por trás do fato histórico, mas é preciso ter muito cuidado para que a interpretação não se sobreponha a ele.

Tendo em vista essa leitura historiográfica, a dissertação foi organizada em três partes. A primeira teve por objetivo construir uma narrativa sobre a história das políticas públicas para educação especial do Brasil e de Minas Gerais entre os anos de 1933 e 1979. O recorte temporal foi definido pelo período de publicação das revistas. No entanto, a década de 1930 dispõe de publicações legais que remetem a eventos e desdobramentos anteriores. Dessa

forma, para que as políticas estabelecidas no período de publicação da revista fossem adequadamente compreendidas foi necessário contextualizá-las com alguns eventos anteriores. Tal narrativa foi necessária para que a análise das revistas fosse compreendida dentro do contexto histórico de suas publicações e seus debates.

A segunda parte foi construída para apresentar ao leitor as características da coleção analisada. Ela também é uma parcela dos resultados obtidos pela pesquisa realizada. Nele há a apresentação de cada revista da coleção e a análise de seus aspectos gerais. Apresentamos os redatores responsáveis pela publicação, a história da instituição que a publicava e as ideias circulantes nas revistas. A partir da construção e da exposição dos contextos nacional e estadual e da apresentação da coleção foi possível construir a sua análise. A caracterização das revistas, fontes centrais dessa pesquisa, é importante para mostrar a amplitude do material utilizado e as diversas nuances de pesquisa que ele permitiria.

A terceira parte foi dedicada à discussão das políticas públicas e alguns de seus instrumentos divulgados pela *Infância Excepcional*. Também foi analisada as mudanças e permanências acerca das visões que eram difundidas sobre o público alvo da educação especial, do financiamento desse campo e do lugar ocupado pela família dos estudantes no seu processo educacional. Esse estudo interrogou as fontes documentais para compreender a o que a SPMG queria dar visibilidade, qual discurso ela estava interessada em construir.

Para Souza (2006, p. 24), “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Dessa forma, encontramos entendimentos diferentes do que é este campo de conhecimento e de sua atuação.

Amabile (2012) define que as políticas públicas são a concretização da ação governamental, estabelecidas a partir da relação existente entre Estado e a sociedade civil para responder à demanda de determinado grupo. Para ele as “políticas públicas influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade” (AMABILE, 2012, p. 390). Logo, não poderíamos prescrever antecipadamente o objeto ou as ações promovidas por meio destas políticas, uma vez que os anseios das sociedades não são estanques e apresentam demandas diferentes em tempos e espaços distintos. Mas, poderíamos afirmar que onde há uma demanda coletiva há um escopo de situações que podem ser alvo de políticas públicas como solução. Para Oszlak e O'Donnell, citados por Lima e Medeiros (2012) uma política pública é:

[...] um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir

uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (OSZLAK e O'DONNELL 1976 *apud* LIMA e MEDEIROS, 2012, p. 1253).

Logo, as reivindicações silenciadas ou ignoradas pelo Estado também estariam no conjunto dessas políticas. No entanto, Souza (2006) aponta que as definições que destacam a solução de problemas como foco de ação das políticas públicas são alvo de críticas, pois elas:

[...] superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, [...] elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais. (SOUZA, 2006, p. 25).

Nessa perspectiva, as políticas públicas estariam envoltas em debates de ideias e de interesses, muitas vezes conflituosos, sobre os quais os governos não teriam poder absoluto na resolução dos problemas. Assim, o campo das políticas públicas demanda uma análise holística de todo contexto de seu estabelecimento. O foco não está no problema a ser solucionado, tampouco na ação governamental de resolução de tal situação. Trata-se, portanto, de um campo multifacetado que analisa desde as relações sociais e a identificação de um problema, até as relações de poder e o estabelecimento de qual problema será debatido, qual será resolvido e qual será ignorado.

Dessa forma, adotamos o conceito de política pública como ação pública, que considera a atuação “de outros atores públicos ou privados originários da sociedade civil, que agem conjuntamente em busca de objetos comuns, sobretudo a efetivação dos direitos sociais” (SARMENTO, 2012, p. 13). Assim, a abordagem que norteia esta pesquisa se opõe a uma concepção de política pública como resultado restrito de ações governamentais e de intervenções apenas do Estado, construída *top down*.

Como fundamento teórico-metodológico, utilizaremos a abordagem do ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe, exposto por Mainardes (2006), em que as políticas públicas são divididas em cinco contextos diferentes:

1. Contexto de influência;
2. Contexto da produção de texto;
3. Contexto da prática;
4. Contexto dos resultados/efeitos;
5. Contexto de estratégia política.

Segundo essa abordagem, as políticas públicas não são simplesmente formuladas por um corpo legislativo e impostas aos profissionais, mas são o “resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política” (MAINARDES, 2006, p. 52). Elas seriam formuladas, assim, com base em cinco processos inter-relacionados, não lineares e articulados com diversos atores sociais. Estes atores muitas vezes são diferentes entre si, originários de grupos distintos e possuem propostas conflitantes, e as ações públicas podem ser resultantes das disputas existentes entre eles.

O primeiro contexto, que seria o ponto de partida para as políticas públicas, seria o de influência, em que “grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado” (MAINARDES, 2006, p. 51). Neste contexto, os meios de comunicação, os periódicos acadêmicos, os livros, as conferências são formas para disseminação das ideias e soluções pretendidas por determinados grupos. Mainardes (2006) aponta que há intervenções internacionais capazes de influenciar este contexto, levando a conjuntura da discussão global para a realidade local.

O contexto da produção do texto se refere ao texto político, ou seja, aquele que representa a política e se configura em propostas mais abrangentes que atingem um público mais amplo, mas que está intimamente ligado à influência sofrida pelos grupos que disputaram no contexto anterior (MAINARDES, 2006).

O contexto da prática é o momento em que a política será colocada em ação. No entanto, o texto oficial não é simplesmente implementado como uma bula prescritiva. No momento da prática ele é traduzido conforme a realidade local e a interpretação dos profissionais e depois levado a efeito. “Trata-se, portanto, de um movimento de tradução de políticas, que passam do discurso do texto para as efetivas ações nas diferentes realidades locais” (SEGABINAZZI, LUNARDI-MENDES, 2017, p. 2).

O quarto contexto citado, dos resultados/efeitos nos diz tanto dos impactos das políticas, quanto de suas ausências. O quinto e último contexto é o das estratégias políticas que “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada” (MAINARDES, 2006, p. 55).

Esta abordagem teórico-metodológica nos indica os caminhos de análise da trajetória das políticas públicas para educação especial, evitando um estudo linear dos processos de constituição das políticas:



Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2006, p. 48).

Como o próprio ciclo de políticas aponta, a natureza da elaboração de uma política é complexa e controversa. Segundo Mainardes (2006, p. 50), Ball e Bowe consideram que “o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática”. Portanto é a partir desse referencial teórico que desenvolvemos esta pesquisa, que por se tratar de um estudo historiográfico se centrará no contexto de influência.

Conscientes de que as decisões legislativas resultam de toda a disputa e do processo exposto pelos cinco contextos de formulação de uma política e de que a lei é apenas um dos instrumentos do campo das políticas públicas, a seguir apresentaremos a normatização nacional e a do estado de Minas Gerais que versavam acerca da educação da pessoa com deficiência. Este apontamento tem por objetivo organizar nosso debate e localizar cronologicamente e legalmente onde a revista *Infância Excepcional* está situada.

## 2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS DE 1933 A 1979

Nessa parte, construímos uma narrativa da história da educação especial no Brasil e em Minas Gerais. Importante salientar que estamos falando do Estado Brasileiro, logo de uma história a nível nacional. Não temos, portanto, a pretensão de tratar da história do país como um todo, com os desdobramentos em cada estado ou município, mas dos eventos ou ausências federais que impactaram o país.

O interesse desta parte é focar mais no *como* a educação especial se organizou do que na análise dos *porquês* dessa organização. Nosso objetivo é localizar historicamente o objeto central deste estudo: a coleção da revista *Infância Excepcional*, publicada pela SPMG entre os anos de 1933 e 1979.

Iniciaremos a narrativa retornando ao século XIX, para contextualizar algumas questões relevantes, e a finalizaremos em 1979, ano que marca o fim da publicação da revista. Destacamos que, apesar de apresentar uma organização cronológica e pautar a narrativa em muitas publicações oficiais do Estado, ela não tem por objetivo esgotar a história deste período ou apresentar uma história contada por documentos oficiais como uma verdade absoluta. Temos a consciência de que as normatizações públicas não dizem necessariamente sobre o que ocorria no meio social, que elas não explicitam sobre a prática cotidiana. No entanto, elas nos apontam o lugar de ausência do Estado, as prioridades do Poder Público e, em certa medida, o atendimento de algumas reivindicações de parte da sociedade.

### 2.1 História das políticas para educação especial

No Brasil a educação especial esteve, ao longo da primeira metade do século XX, sob a dependência de ações isoladas dos governos locais ou das instituições privadas, seja por meio de recursos advindos da filantropia ou da liberação de verba pública.

No âmbito nacional, Mazzotta (2011) separa esta história em dois períodos: de 1854 a 1956 - iniciativas oficiais e particulares isoladas; e 1957 a 1993 - iniciativas de âmbito nacional. Para definir o início do primeiro período, o autor utiliza a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos no ano de 1854 e para encerrá-lo ele utiliza o ano de 1956, uma vez que no ano seguinte a primeira política de âmbito nacional foi instituída: a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB). Neste primeiro momento, o Brasil contava com atendimentos educacionais especiais pontuais promovidos por estados, municípios e iniciativa privada, sem haver uma política nacional que organizasse esse trabalho. Para definição do

segundo período, Mazzota (2011) utiliza o estabelecimento da CESB, ocorrida em 1957, como marco do início da organização de políticas nacionais que se estendiam para todo o país.

Borges e Campos (2018) propõem, para fins didáticos, a existência de três fases distintas no que diz respeito à organização da educação especial no estado de Minas Gerais. A primeira fase, da década de 1930 à década de 1950, foi caracterizada pelo atendimento dos estudantes com deficiência em classes especiais; a segunda fase, entre as décadas de 1950 a 1990, caracterizou-se por uma expansão das escolas especiais e a escolarização das pessoas com deficiência passou a ser realizada na maioria das vezes nestes espaços; enquanto a terceira fase se inicia década de 1990 e permanece nos dias atuais, marcada pelo advento da concepção de educação inclusiva nas políticas nacionais e do atendimento educacional dos estudantes com deficiências nas escolas comuns, junto aos demais estudantes. As autoras explicitam que tais separações são de ordem didática e não refletem a realidade de modo estanque, ou seja, em cada fase há uma mescla do tipo de atendimento predominante na fase anterior ou na fase seguinte.

As duas análises referentes à história da educação especial são relevantes para este estudo. Mazzotta (2011) por utilizar a constituição de uma política nacional como marco de um processo de mudança. E, ao mesmo tempo, Borges e Campos (2018) por se aterem à realidade de Minas Gerais e auxiliarem na compreensão da realidade mineira ao longo da publicação da revista *Infância Excepcional*.

Diversos autores, como Mazzotta (2011), Bueno (2011) e Jannuzzi (2012), concordam que a criação de dois institutos federais marca o atendimento educacional da pessoa com deficiência no Brasil: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854 e o Instituto dos Surdos-Mudos instalado em 1857. Ambos foram inaugurados ainda no período imperial, quando o patrimonialismo<sup>3</sup> norteava a política nacional<sup>4</sup>. Para Bueno (2011), a criação desses institutos se deu antes pelo atendimento “do interesse de figuras próximas ao poder

---

<sup>3</sup> “Sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônios pessoais de um chefe ou de um governante. Ultrapassa o âmbito das relações pessoais e familiares típicas do patriarcalismo, englobando até mesmo a estrutura de um Estado: um corpo de funcionários burocráticos, sem vínculos de parentesco com o soberano, administra, controla e usufrui do patrimônio público, que se apresenta como propriedade pessoal do governante. Um Estado de tipo patrimonialista não diferencia, portanto, a esfera pública da privada.” (SANDRONI, 1999, p. 449).

<sup>4</sup> “[...] referindo-se ao Estado patrimonial: ‘De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo’ (Faoro, 2008, p. 819), o que significa dizer que o estamento burocrático continuou a controlar o Estado brasileiro segundo interesses particularistas, a divorciá-lo das demandas da nação, a estabelecer um controle político sobre a economia, mesmo atuando ‘debaixo de uma ordem nominalmente racional-burocrática’ (Faoro, 1993, p. 16).” (PORTELA JUNIOR, 2012, p. 22).

constituído do que pela sua real necessidade” (BUENO, 2011, p. 100), sem estabelecer então uma política de atendimento a estes públicos. Jannuzzi (2012) utiliza a expressão “vultos próximos ao imperador” para explicar a origem do Imperial Instituto dos Meninos Cegos:

[...] tem sua origem ligada ao cego brasileiro José Álvares de Azevedo, que estudara em Paris no Instituto dos Jovens cegos, [...]. Azevedo regressara ao Brasil em 1851 e, impressionado com o abandono do cego entre nós, traduziu e publicou o livro de J. Dondet<sup>5</sup>, *História do Instituto dos Meninos Cegos de Paris*. O médico do imperador, José Francisco Xavier Sigaud, francês, destacado vulto, pai de uma menina cega, Adèle Marie Louise, tomou conhecimento da obra e entrou em contato com o autor, que passou a alfabetizar Adèle. O doutor Sigaud despertou o interesse de Couto Ferraz, que encaminhou o projeto que resultou no Imperial Instituto dos Meninos Cegos. (JANNUZZI, 2012, p. 10-11).

Havia uma demanda de educação formal para pessoas com deficiência visual que fora apontada por José Álvares de Azevedo por meio da publicação de sua tradução. Além de apontar a carência de atendimento ao cego brasileiro, a publicação dessa obra apontou algumas possibilidades para lidar com a situação a partir da história e do método de ensino utilizado no instituto parisiense<sup>6</sup>. A partir do contato com este livro, o doutor Sigaud soube a quem e como recorrer para alfabetizar sua filha e influenciou a instituição do instituto. Em regime de internato, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos oferecia o ensino primário, parte do ensino secundário, o ensino profissionalizante, o ensino religioso e a educação moral (JANNUZZI, 2012 E MAZZOTA, 2011).

Sobre a educação da pessoa com deficiência auditiva, vale frisar que no ano de 1835 o deputado Cornélio França apresentou um projeto de lei para a criação do cargo de professor para alfabetizar as crianças *surdas-mudas*<sup>7</sup> (JANNUZZI, 2012). Apesar de ter sido arquivado, este projeto aponta que a preocupação com este público havia sido levantada vinte e dois anos antes da criação do Instituto dos Surdos-Mudos.

Pouco tempo após a criação dos institutos, os dois passaram por um período de decadência e crise econômica, sendo reduzidos basicamente a um ambiente asilar. Bueno (2011) pondera que a falta de absorção da mão de obra das pessoas com deficiência visual e das surdas no incipiente mercado de trabalho brasileiro pode ter sido um fator para a pouca

<sup>5</sup> A revista do Instituto Benjamin Constant, Edição Especial 01 - Setembro de 2004, traz o prefácio da tradução de José Álvares de Azevedo à obra de Joseph Guadet, contradizendo o nome publicado por Jannuzzi (2012). Informação disponível em < [http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin\\_constant/2004/edicao-especial-01-setembro/Nossos\\_Meios\\_RBC\\_RevSet2004\\_E\\_Parte\\_1b.pdf](http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2004/edicao-especial-01-setembro/Nossos_Meios_RBC_RevSet2004_E_Parte_1b.pdf)> Acessado em : 01 de junho de 2018.

<sup>6</sup> Ver *O Instituto dos Meninos Cegos de Paris. Sua História, e seu Método de Ensino*, por J. Guadet. Traduzido por José Álvares de Azevedo (natural do Rio de Janeiro e ex-aluno do mesmo Instituto). Rio de Janeiro – Tipografia de F. de Paula Brito, 1851. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1464351/drg1464351.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1464351/drg1464351.pdf)

<sup>7</sup> O século XIX associava a surdez às questões relacionadas à fala, por isso o termo “surdo-mudo”. Sabemos, contudo, que esta associação não é feita no presente.

preocupação do governo nacional em educar este público, uma vez que o Brasil do século XIX baseava sua economia na monocultura de exportação essencialmente escravocrata. A situação dos institutos voltou a ganhar atenção com o Governo Republicano.

É importante frisar que a educação da pessoa com deficiência visual ou auditiva não foi atendida por completo neste período, uma vez que a capacidade de acolhimento de estudantes nestes institutos era limitada e pontual. No ano de 1872, por exemplo, diante de uma população de 15.848 cegos apenas 35 eram atendidos no Imperial Instituto dos Meninos Cegos. A situação das pessoas surdas não era diferente, com 11.595 surdos no país apenas 17 recebiam educação formal por meio do Instituto dos Surdos-Mudos (MAZZOTTA, 2011). No entanto, a criação e atuação dos institutos constituem um marco no atendimento educacional da pessoa com deficiência e no incipiente debate desta área no século XIX.

Sobre o início da escolarização da pessoa com deficiência intelectual, encontramos controvérsias na literatura. Jannuzzi (1992) aponta que a partir de 1887 iniciou-se o atendimento educacional das pessoas com *deficiência mental* na Escola México no Rio de Janeiro. No entanto, Bueno (2011) pondera que a fonte utilizada por ela não deixa clara essa informação e que seria questionável se este atendimento ocorreu no período mencionado. Entretanto, em 2012 Jannuzzi publica novo livro atualizando a sua publicação anterior em que reafirma o atendimento educacional de deficientes mentais na Escola México em 1887, mas pondera sobre a necessidade de maiores esclarecimentos desta informação. Ou seja, Jannuzzi (2012) aponta os indícios desse atendimento, mas não nega a imprecisão da fonte utilizada. Sendo essa informação de Jannuzzi (2012) exata ou não, ela não altera nosso entendimento de que o atendimento educacional da pessoa com deficiência no Brasil durante o século XIX não passou de ações específicas e isoladas, e o de que não supriu minimamente a demanda nacional, tampouco houve uma ação única que norteasse a educação a nível nacional.

Para Bueno (2011), a educação especial começou a se modificar a partir da instalação da República e da expansão gradual e vagarosa da educação geral, mas mantendo, inicialmente, a estrutura de um quadro de atendimentos isolados. A *deficiência mental* teria assumido

a primazia da educação especial [...] pelo peso que foi adquirindo em relação à saúde (a preocupação com a eugenia<sup>8</sup> da raça) e à educação (a preocupação com o fracasso

---

<sup>8</sup> O termo “eugenia” foi cunhado em 1883 para definir a teoria de controle social por meio da seleção genética de seres humanos. Segundo Stepan (2005), Galton, expoente das ideias eugênicas, afirmava que as aptidões humanas eram resultados das condições genéticas de cada pessoa, não sendo a educação capaz de alterar tal natureza. Os defensores da eugenia se apropriavam do avanço dos estudos acerca da genética para defender suas ideias, enquanto outros estudiosos se opunham aos ideais eugênicos por questões morais. Apesar disso a eugenia

escolar). [...]

O surgimento das primeiras entidades privadas de atendimento aos deficientes espelha o início de duas tendências importantes da educação especial no Brasil: a inclusão da educação especial no âmbito das instituições filantrópico-assistenciais e a sua privatização [...] (BUENO, 2011, p.102).

Ou seja, para Bueno (2011) a atenção para a educação especial estava voltada à educação das crianças com *deficiência mental* por meio da ação de entidades particulares de cunho assistencial. No entanto, Jannuzzi (2012) pondera que os cegos e os surdos continuaram com privilégios no início da República.

Os privilégios a que Jannuzzi (2012) se refere podem ser observados pelas publicações de leis, decretos e portarias federais acerca da educação especial. A partir de 1854, data da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, até meados do século XX a maior parte das publicações federais acerca da educação especial dizia respeito a este instituto ou ao Instituto dos Surdos-Mudos<sup>9</sup>. Encontramos uma lei de 1857 com aprovação de verba para aquisição do prédio para o Imperial Instituto de Meninos Cegos<sup>10</sup> e de verba anual e pensões para dez estudantes pobres do Instituto dos Surdos-Mudos; definições de novos estatutos e regulamentos; decretos com reorganização de ambos os institutos em 1932; e normatizações com mudanças de nomes. Enfim, as publicações oficiais federais deram mais ênfase à educação das pessoas com deficiências visual e auditiva por meio dos referidos institutos. O silêncio federal perante as outras deficiências e outras localidades do país era grande, no entanto, a palavra privilégio chega a ser um exagero diante da limitação da atuação destas instituições.

Ao mesmo tempo a afirmação de Bueno (2011) também é coerente com a história, se sairmos da análise da esfera federal. A partir do início do século XX algumas escolas estaduais, municipais e privadas dedicadas ao *deficiente mental* foram criadas<sup>11</sup>.

A década de 1930 foi um período de muitas transformações para a educação brasileira. Foi neste período, durante o governo de Getúlio Vargas<sup>12</sup>, que o então Ministro da Educação e

---

ganhou força em muitos países e influenciaram diversas políticas, suscitando debates que iam de questões educacionais à esterilização involuntária de pessoas com características socialmente indesejáveis (geralmente pessoas com deficiência). Para aprofundar no tema ver Stepan (2005).

<sup>9</sup> Ver anexo 1.

<sup>10</sup> No ano de 1891 por meio do Decreto nº 1.320, de 24 de janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC).

<sup>11</sup> Ver anexo 1

<sup>12</sup> “Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. Deposto em 1945, voltaria à presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por se suicidar em 1954.”. (FAUSTO, 1995, p. 331).

Saúde Pública Francisco Campos<sup>13</sup> promoveu a Reforma Educacional e estabeleceu a nível nacional uma base de organização que deveria ser seguida por todos os entes federados (CAVALCANTI, 2009).

À reforma educacional implementada por Francisco Campos é creditado o mérito de, pela primeira vez, ser colocada em prática no sistema educacional brasileiro uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior, que foi imposta a todo o sistema educacional do país, dando início à ação objetiva do Estado na Educação. (CAVALCANTI, 2009, p.30).

Essa estrutura orgânica ao ser colocada em prática apresentou um movimento que transformou as ações que até então eram constituídas de modo individual e/ou isolado em uma ação objetiva de alcance nacional. Cada estado se organizava de forma independente sem uma orientação comum, de cunho federal, que norteasse suas ações.

Paralelamente à Reforma Educacional, o país era atravessado pela publicação do Manifesto dos Pioneiros, inspirado pelos ideais da Escola Nova, que estava no centro do debate educacional do período. A Escola Nova, ou Escola Ativa, foi um movimento educacional com um conjunto de princípios que pretendia rever as formas tradicionais do ensino. Dentre outras modificações, os escolanovistas eram contra os castigos físicos nas escolas e as técnicas de memorização como meio de ensino. Ao invés disso, eram a favor de desenvolver o pensamento crítico nas crianças, tornando-as o centro do processo educativo. A Escola Nova aproximou psicologia e pedagogia e se utilizou dos saberes biológicos para compreender a criança como um ser em desenvolvimento, que deveria ser respeitado como tal (OLIVEIRA, 2011).

Em Minas Gerais a educação também passava por um momento de grandes transformações com a tentativa de implementação da Reforma de Ensino<sup>14</sup>. Essa reorganização do ensino primário mineiro também foi inspirada pelo escolanovismo e instituída por Francisco Campos, que atuava como secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Estado de Minas Gerais, antes de se tornar responsável pela educação nacional. Segundo Oliveira (2011), Campos enxergava na psicologia a chave para entender melhor as novas técnicas pedagógicas e na aplicação das ideias da Escola Nova um passo importante para a modernização da escola e da sociedade. Assim, o governo mineiro iniciou um

<sup>13</sup> Francisco Campos foi secretário dos Negócios do Interior em Minas Gerais entre 1926 e 1930 e ministro da Educação entre novembro de 1930 e setembro de 1932 (OLIVEIRA, 2012 e FAUSTO, 1995).

<sup>14</sup> “A reforma mineira foi colocada em prática através de um conjunto de decretos, emitidos entre os anos de 1927 e 1929, que dispunham sobre o Regulamento do Ensino Primário (1927), Regulamento do Ensino Normal (1928), Programa do Ensino Primário (1928), Programa do Ensino Normal (1928) e Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento (1929), segundo Casasanta Peixoto (1981).” (CAMPOS, 2010, p.40).

intercâmbio entre profissionais: ao mesmo tempo em que enviava alguns funcionários para o exterior, também convidava alguns estrangeiros, professores e outros profissionais da área da educação para ajudar na difusão e na implementação destes ideais nas escolas mineiras.

Por um lado, a educação primária foi alterada e por outro os cursos de formação de professores foram modificados para atender às novas demandas educacionais. A nova postura exigida pela reforma passou a ser divulgada por meio da publicação da Revista do Ensino<sup>15</sup>, na qual novos métodos de ensino eram divulgados nas escolas do estado (CIRINO e VIANA, 1984). Neste contexto, Helena Antipoff, educadora russa assistente de Claparède no Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra, foi contratada para atuar na Escola de Aperfeiçoamento<sup>16</sup> de Belo Horizonte e auxiliar na implementação dessa reforma. Antipoff é uma personagem importante para esta pesquisa, por isso aprofundaremos sobre seu trabalho mais adiante. Antes dela, também vieram a Belo Horizonte Theodore Simon e Léon Walter, da Universidade de Genebra, para lecionar sobre testes psicológicos e métodos de ensino (CIRINO e VIANA, 1984).

O Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais, instituído por meio do decreto estadual nº 7.970 em 1927, estabelecia a organização do atendimento educacional das crianças denominadas de *débeis orgânicos*<sup>17</sup> e para os *retardados pedagógicos*<sup>18</sup>. Para os *retardados pedagógicos* era prevista a matrícula em classe especial e para os orgânicos a indicação era a matrícula em escolas especiais afastadas dos “centros de população densa”. Havia ainda a previsão da realização, de quatro em quatro meses, de um exame médico que determinasse se o estudante estaria apto a ingressar às classes “ordinárias” ou se permaneceriam nas classes especiais. Portanto, o decreto admitia a possibilidade de melhoria do estudante, que muitas vezes estava alocado na classe especial em decorrência de situações passageiras que interferiam em seu rendimento escolar, como anemia, desnutrição, ou outra enfermidade transitória. No entanto, ao mesmo tempo em que o documento previa o atendimento escolar

<sup>15</sup> “De acordo com Biccas (2008), a Revista do Ensino foi criada originalmente em 1892 e teve um período curto de circulação, pois apenas três números foram publicados, sendo em seguida desativada. Em 1925, no governo de Fernando Mello Vianna, a Revista do Ensino foi reativada e permaneceu circulando até o primeiro semestre de 1940, tendo sido novamente interrompida devido à Segunda Guerra Mundial. Em 1946, voltou a circular até o primeiro semestre de 1971, no governo Rondon Pacheco, quando foi definitivamente extinta.” (GAMARÃES, 2013, p. 92).

<sup>16</sup> “A Escola de Aperfeiçoamento tinha por finalidade aprofundar a formação de educadoras já diplomadas em níveis avançados nas ciências da educação, visando à implantação da reforma nas escolas primárias e secundárias mineiras.” (CAMPOS, 2010, p. 37).

<sup>17</sup> São consideradas débeis orgânicas “quer constitucionalmente, quer por enfermidade, quer por insuficiência de nutrição”. (MINAS GERAIS, 1927, p. 1242, art. 367).

<sup>18</sup> Retardados pedagógicos são as “crianças que por defeito congênito ou adquirido, sejam incapazes de competir com as crianças da mesma idade nas classes ordinárias, no que se refere à instrução propriamente dita, quer no que concerne ao governo de si mesmas e na direção de sua atividade escolar.” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1243, art. 377).



para os *débeis*<sup>19</sup> e para os *retardados*<sup>20</sup>, o mesmo decreto, por meio do capítulo denominado “Da higiene escolar e da Assistência Médica e Dentária”, excluía do atendimento escolar às crianças “acometidas de moléstia contagiosa ou repulsiva, os cegos, surdos-mudos e idiotas<sup>21</sup>” (MINAS GERAIS, 1927, artigo 101, parágrafo 1º), os quais eram detectados por meio de exame específico e afastados da escola.

Assim, o Regulamento do Ensino Primário contava com um título específico sobre a higiene escolar e previa a constituição de uma Inspeção de Higiene e Assistência Médica e Dentária Escolar, cuja finalidade seria:

[...] velar pela saúde dos alunos das escolas públicas e verificar se os estabelecimentos de ensino satisfazem as condições de higiene, do ponto de vista da localização, construção, ventilação, iluminação, serviços sanitários, abastecimento de água e se o mobiliário e material escolar são adequados ao fim a que se destinam. (MINAS GERAIS, 1927, art. 99).

Portanto, a realização dos exames nas crianças que estavam ingressando pela primeira vez nas escolas e o conseqüente afastamento daquelas acometidas de moléstias contagiosas eram ações de responsabilidade dessa inspeção.

Em 1925, por meio da Lei nº 895, a criação do Instituto para Cegos de Minas Gerais<sup>22</sup> havia sido autorizada. Em 1933, Teixeira destacou que, apesar das limitações financeiras, o trabalho realizado neste instituto era digno de destaque por obter bons resultados na educação dos cegos. Mais de vinte anos depois, em 1948, é publicada a Lei nº 250 criando o ensino primário para as crianças cegas em Minas Gerais.

Segundo o Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais as classes para *retardados* seriam organizadas de maneira específica de modo a educar crianças “incapazes de competir com as crianças da mesma idade das classes ordinárias” (MINAS GERAIS, 1927, art 377, p. 1243/1244). A definição de *criança retardada* estava ligada tanto às repetições escolares sucessivas quanto aos resultados dos testes de inteligência. O decreto determinava o limite máximo de 15 alunos por classe especial, o que demonstrava uma preocupação com a habilitação destes estudantes em aprender trabalhos que os auxiliem na subsistência própria e

<sup>19</sup> O mesmo que *débeis orgânicos*.

<sup>20</sup> “Consideram-se retardados os alunos de menos de 12 anos de idade que, durante três anos consecutivos, deixarem de ser promovidos por insuficiência de instrução, bem como os que, de menos ou de mais de 12 anos de idade, se revelarem fisicamente inaptos ou marcadamente defectivos, por defeitos de percepção, debilidade de atenção, instabilidade mental e emocional e outros índices de incapacidade de esforço mental.” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1244, art. 377).

<sup>21</sup> São considerados *idiotas* “[...] os ineducáveis ou dificilmente educáveis. Duas variedades se distinguem: a *idiotia absoluta*, em que só existe a vida vegetativa, é o *animal-planta*, em que só se vislumbra, elementar, esboçado, o instinto da nutrição. Nem mesmo o instinto de conservação apresentam.” (TEIXEIRA, 1933, p. 17).

<sup>22</sup> Conhecido atualmente pelo nome Escola Estadual São Rafael.

estabelecia que as professoras deveriam ser qualificadas para atender as especificidades das classes, recebendo gratificações financeiras suplementares para exercício da função. Essas professoras deveriam, após o início do funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento, realizar curso especial para professoras das classes de *retardados* ou *anormais*.

A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte foi criada pela Reforma do Ensino de Minas Gerais e tinha por propósito formar professores alinhados aos novos ideais educacionais, com conhecimento científico e aptos à aplicação dos testes de inteligência para auxiliar no processo de homogeneização das classes. Vinculado a ela, funcionou também o Laboratório de Psicologia Experimental.

[...] o Laboratório cumpria uma função de pesquisa, onde coletava e organizava dados que permitissem avaliar os sujeitos, em segundo lugar, ele cumpria uma função de ensino, servindo como ambiente catalisador da integração entre teoria e prática e finalmente, ele cumpria uma função de aplicação, cujo principal serviço prestado ao governo mineiro foi a seleção e organização de crianças em classes homogêneas. (BORGES, 2014, p. 90).

O laboratório cumpria ao menos três funções: pesquisa, ensino e aplicação. A síntese dessas funções serviu para auxiliar na implementação da reforma.

Francisco Campos propôs a instauração das classes homogêneas que já eram utilizadas na Europa. O objetivo de homogeneizar as turmas era antes uma tentativa de adaptar os métodos pedagógicos às aptidões das crianças e não uma desistência do aprendizado dos alunos com dificuldade. Tal qual a Escola Nova preconizava, o ensino deveria respeitar a individualidade de cada um e as classes homogêneas auxiliariam em um planejamento que respeitasse os níveis de desenvolvimento de cada aluno, de modo que “não é a homogeneidade dos alunos que determina o seu sucesso, mas é, cremos nós, o ensino correspondendo ao desenvolvimento das crianças” (ANTIPOFF, 1934 *apud* BORGES, 2014, p. 102). Esse método visava a agrupar na mesma turma alunos de acordo com “resultados escolares, idade e o nível de desenvolvimento mental” (BORGES, 2014, p. 102). Esse recurso foi adotado como estratégia para lidar com o desafio de educar um público muito diversificado que começou a chegar às escolas a partir da expansão das vagas escolares (BORGES, 2014). “A prática de separação das crianças tem, para a época, um caráter humanitário por ser proposto por uma pedagogia científica e racional.” (CAVALCANTI, 2009). No entanto, essa organização das classes homogêneas produziu resultados inesperados, principalmente nas turmas das crianças com baixo desempenho nos testes de inteligência:

As diferenças individuais, demarcadas com a homogeneização das classes em Minas Gerais, começaram a produzir o que Fazzi (2005) nomeou de “efeitos colaterais”. O mais importante deles foi o fato de que os professores dispunham de poucos recursos para lidar com as crianças que se encontravam abaixo da média nos testes de inteligência. E assim, o trabalho na Escola de Aperfeiçoamento, apesar de intenso, não conseguia resolver problemas de ordem prática com os quais os professores passaram a se deparar. (BORGES, 2014, p. 23).

Este é um dos motivos apontados por Borges (2014) para criação da SPMG, fundada em 1932 por um grupo heterogêneo liderado por Helena Antipoff com o objetivo de proteger a *infância anormal*<sup>23</sup> (BORGES, 2014). Este trabalho seria realizado por meio de formação de professores e de familiares das crianças *anormais*, de assessoria às classes especiais, de atendimento médico pedagógico, de pesquisa e divulgação de resultados, de publicação de obras relacionadas ao tema e de atendimento direto das crianças em regime de internato ou semi-internato (BORGES, 2014). O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, instituição pública, funcionou como sede provisória da SPMG. Foi o início de uma parceria entre Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e o Poder Público. Importante destacar que as atividades desenvolvidas a partir desta parceria inicialmente eram centradas em Belo Horizonte, capital mineira. Ao mesmo tempo, em âmbito nacional, as normatizações federais relativas à educação da pessoa com deficiência no Brasil limitavam suas ações à capital federal através do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do INSM. Em 1932, por meio do decreto nº 21.069, ambos foram reorganizados.

O texto legislativo destacou a importância do “aproveitamento das aptidões reais dos alunos, de modo a que, por processos de cultura adequada, se venham a habilitar para a vida social e econômica” (BRASIL, 1932). O decreto apontava ainda a necessidade da criação de outros estabelecimentos de ensino emendativo<sup>24</sup> para educação de cegos e surdos, que

<sup>23</sup> “Em Minas Gerais, no ano de 1927, é aprovado pelo decreto governamental 7680, o ‘Regulamento da Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes’, onde se lê: ‘consideram-se anormais todas crianças que, por razão qualquer, se acham em condições de inferioridade e não podem adaptar-se ao meio social em que se destinam viver. Serão assistidos e sujeitos a tratamento especial: os anormais por déficit físico, os anormais por déficit sensorial, os anormais por déficit intelectual e os anormais por déficit nas faculdades afetivas’ (MINAS GERAIS, 1928).” (BORGES, 2014, p. 67).

<sup>24</sup> “É interessante frisar que, a partir de 1930, muitos educadores envolvidos com a educação de deficientes empregam a expressão *ensino emendativo*. [...] Ainda em fins de 1960 e princípios de 1970, tal termo designa escolas para esse alunado. A expressão *ensino emendativo* foi usada em 1974, no jornal *O Estado de Minas* (apud Dias, 1995, p.50). Os presidentes da República, que geralmente só se referiram ao Instituto Benjamin Constant (IBC) e ao Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (INSM) sob a responsabilidade direta do governo federal até a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), em 1973, também o utilizaram; exemplos são Getúlio Vargas em 1937 e Juscelino Kubitschek em 1956-1957 (MEC/Inep, 1987, pp. 149 – 150 e 266-288). A expressão *ensino emendativo*, de *emendare* (latim), que significa corrigir falta, tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época. Armando Lacerda, no livro citado, colocou que a finalidade dessa educação “[...] era suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar o educando ao nível social dos *normais*” (apud Soares, 1999). As mensagens presidenciais demonstraram, muitas vezes, ambiguidades quanto à natureza do atendimento a esses indivíduos, ora o

deveriam ser criados pela iniciativa de particulares e governos. Neste trecho o decreto utiliza a palavra “e” demonstrando que a preparação de docentes para atuar com cegos e surdos era obrigação tanto do poder público quanto da sociedade. A iniciativa do governo sugere a superação da dicotomia entre sociedade e governo ao incluir a importância da participação social neste processo, e parece marcar também a tentativa de uma nova postura do governo federal frente a estas demandas ao frisar a necessidade de criar outros estabelecimentos de ensino emendativo (além dos institutos) em território nacional.

Outra publicação federal da mesma década ocorreu em 1934 que, por meio do decreto número 24.794 de 14 de julho, criou a Inspeção<sup>25</sup> Geral do Ensino Emendativo no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública. Este decreto foi publicado em atendimento ao artigo 138 da Constituição Federal de 1934, que incumbe a União, Estados e Municípios de “assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar” (BRASIL, 1934).

Assim, o Governo Federal teria, a partir de então, a responsabilidade de fiscalizar todos os estabelecimentos estaduais, municipais e particulares que prestassem assistência ao ensino do *anormal*. Nesse texto é destacado o caráter especializado do ensino dos *anormais*, sob uma perspectiva médico-pedagógica<sup>26</sup> e a necessidade de sistematizá-lo de acordo com cada uma das especialidades. O decreto destaca que diante de uma educação adequada, os *anormais* poderiam se tornar cidadãos úteis e seriam menos onerosos para o Estado e que a organização deste ensino se justificava em decorrência do grande número de “anormais [...] entregues à própria sorte” (BRASIL, 1934). A finalidade do conjunto de instituições públicas destinadas ao ensino emendativo seria “o aproveitamento e o corretivo possível dos anormais do físico, dos sentidos, da moral e da mente, com o objetivo utilitário social ao lado da proteção caritativa” (BRASIL, 1934, art. 3º). O decreto organiza esse ensino dividindo os estabelecimentos por especialidades e estabelece que além do ensino emendativo deveria ser ministrado também o ensino técnico-profissionalizante e o agrícola. Este ponto reforçava o propósito do ensino emendativo, segundo o próprio decreto, de tornar os estudantes *anormais* em pessoas socialmente úteis, ensiná-los um ofício profissional corroborando com o objetivo do ensino. O decreto cria ainda o Ensino Normal Emendativo, a ser ministrado dentro dos

---

atribuindo como “serviço de assistência pública”, sob responsabilidade do Conselho Administrativo do Patrimônio e Superintendência do Ministério dos Negócios Interiores, responsável pela educação, ora manifestando a crença na sua competência de trabalho, pois poderiam manter-se através dos serviços das oficinas (sapataria, encadernação etc.).” (JANNUZZI, 2012, p. 59-60).

<sup>25</sup> Ainda não podemos confirmar se essa inspeção saiu do papel e atuou de fato. O próprio artigo 25 abre a possibilidade de não concretizar as ações previstas no decreto.

<sup>26</sup> A perspectiva médico-pedagógica atrelava conhecimentos da área da saúde e do campo educacional.

estabelecimentos voltados a estes estudantes, para formação de professores especializados. O artigo 25 estabeleceu que a efetivação deste decreto somente seria concretizada após as providências dos recursos necessários. Tendo se efetivado ou não o decreto, a Inspetoria do Ensino Emendativo foi oficialmente extinta pela Lei Federal nº. 378 de 13 de janeiro de 1937, que (re)organizava o Ministério da Educação e Saúde Pública.

No mesmo ano de 1937, por meio de publicação no Diário do Poder Legislativo (página 30089) no dia 4 de maio, o Governo Federal previu ampliações no atendimento educacional da pessoa com deficiência. No texto, o governo ponderou acerca do trabalho e dos projetos do IBC e do INSM e explicou como pretendia organizar o ensino emendativo. Quanto ao atendimento aos *anormais de inteligência*, a publicação informava que o ensino seria realizado a partir de regras estabelecidas pelo Instituto Nacional de Pedagogia em conjunto com o Serviço de Assistência a Psicopatas. Enquanto isso, o Ministério da Justiça ficaria a cargo do ensino dos *inadaptados morais*. Para Jannuzzi (2012), além da promessa não ter sido cumprida, a publicação demonstrava a falta de clareza no atendimento a este público, visto que ora é tratado na esfera da educação, ora na esfera da justiça.

A despeito da não efetivação desta promessa de Vargas e da dificuldade de definição na forma do atendimento da criança *anormal*, podemos notar que o tema da educação do *excepcional* na década de 1930 estava se estabelecendo como uma preocupação do Poder Público. Durante o Estado Novo<sup>27</sup> uma nova reforma na educação foi realizada. O ministro Gustavo Capanema reformou o ensino, principalmente o secundário, por meio de decretos-leis publicados entre 1942 e 1946. Diante do contexto nacional de desenvolvimento industrial e fortalecimento do mercado interno, reflexo da Segunda Guerra Mundial, o país demandava um novo tipo de mão de obra, um novo cidadão. A lógica de organização do ensino se modificou em relação aos escolanovistas. Com a Reforma Capanema, os interesses do Estado passaram a ser o centro das preocupações escolares, a centralidade não estava mais no estudante (CAVALCANTI, 2009).

O conjunto de leis decretadas para compor a Reforma de Capanema reorganizava os ensinamentos: industrial; secundário; comercial; primário; normal; e ensino agrícola. Além disso, instituiu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Nenhuma dessas leis, no entanto,

---

<sup>27</sup> O Estado Novo foi uma fase da política nacional iniciada em 1937, por meio de uma ação autoritária comandada por Getúlio Vargas e implementação de uma nova Carta Constitucional. Por meio desse golpe Vargas manteve-se no poder até 1945, quando o Estado Novo chegou ao fim. “Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burguesia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais.” (FAUSTO, 1995, p. 367).

tratava da organização da educação da pessoa com deficiência.

Contudo, o decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, definia em seu artigo 30 que uma das condições para ser admitido nos cursos industriais e técnicos seria “possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados” (BRASIL, 1942). Este decreto fazia parte do conjunto de regulamentações da reforma Capanema e estabelecia as bases de organização do ensino destinado “à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca” (BRASIL, 1942). A mesma orientação estava presente na organização dos cursos agrícolas e normais. Ambos exigiam tais capacidades como critérios iniciais de admissão. Assim, percebemos que a Reforma de Capanema não se ocupava da organização do ensino das pessoas com deficiência, mas as excluía, uma vez que certas aptidões prévias eram exigidas para ingresso nos referidos cursos. Com exceção da organização do IBC esse silêncio se manteve até o final da década de 1950, com a instituição da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro.

Em 1943 é aprovado o regimento interno do IBC e por meio de decreto federal ele passa a ser diretamente subordinado ao Ministro da Educação. Neste período o instituto desenvolvia diversas ações que extrapolavam o atendimento educacional interno, como: instalação de imprensa Braille; distribuição de livros às pessoas com deficiência visual que solicitassem; e no ano anterior começara a editar a Revista Brasileira para Cegos, também em Braille (MAZZOTTA, 2011).

No final da década de 1950 e início da década de 1960, o Governo Federal publicou três decretos em favor da educação das pessoas com deficiência, assumindo explicitamente, em âmbito nacional, o atendimento educacional do *excepcional* (MAZZOTTA, 2011). Cada um desses decretos instituía: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, em 1958; e a Campanha Nacional de Habilitação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) em 1960. Essas campanhas faziam parte de um contexto de políticas públicas federais que objetivavam resolver problemas sociais ligados à educação (MAZZOTTA, 2011; RAFANTE, 2015).

Em 1957 o Governo Federal instituiu a CESB com o objetivo de promover “as medidas necessárias à educação e assistência no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala, em todo o Território Nacional. [...], tendo sempre como objetivo o seu soerguimento moral, cívico e social” (BRASIL, 1957a, art. 2º). Para atingir seus objetivos a campanha fomentaria por meio de recursos financeiros, de organização e de execução tanto os

serviços e instituições de atendimento ao *deficiente da fala e da audição*, quanto a capacitação dos profissionais envolvidos com essa seara. A CESB estava diretamente ligada ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)<sup>28</sup>. Para Rodrigues e Gontijo (2017) duas ações do século XX foram responsáveis por mudar o cenário educacional do surdo brasileiro. A primeira ação foi a criação de cursos, ministrados pelo INES, de formação de professores para estudantes *surdos-mudos*. A segunda ação foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro:

[...] teve ampla divulgação nos meios de comunicação e foi parte de um projeto educacional e cultural do governo de Juscelino Kubitschek, em que se anunciava um ousado objetivo: erradicar o analfabetismo entre os estudantes surdos. Criada em 30 de novembro de 1957, pelo Decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957, e em comemoração ao Centenário da Instituição, a campanha tinha como lema O surdo não é diferente de você, ajude a educá-lo. [...]. Os professores já estavam sendo formados no Curso Normal. Ana Rímoli<sup>29</sup> reafirma a proposta de alargar o ensino às crianças surdas a partir da necessidade de formação de cidadãos úteis à pátria: Convencida de que esta coletividade de surdos a educar dará, em futuro não muito distante, cidadãos úteis à Pátria [...] (RODRIGUES e GONTIJO, 2017, p.234).

A educação do surdo, antes centrada no INES, teria sido descentralizada a partir da campanha de 1957, por meio da capacitação profissional, da liberação de verbas para todo território nacional e pela divulgação através dos meios de comunicação. O instituto permaneceu por trás dessa descentralização e da diretoria desta campanha. O discurso da educação da pessoa com deficiência continuava atrelado à ideia de utilidade social nessa política, corroborando para o ideal desenvolvimentista da época.

No ano seguinte foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais, com o objetivo de aumentar o atendimento dos deficientes visuais nos estados e municípios a partir de investimentos nacionais. Esta política nasceu e esteve vinculada ao IBC até 1960. Em 1962 foi dirigida pela presidente da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (BUENO, 2011).

No âmbito da educação dos *deficientes mentais*, o artigo 3º, do Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, que instituía que a CADEME tinha “[...] por finalidade, promover em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo [...]” (BRASIL,

<sup>28</sup> “O Imperial Instituto de Surdos-Mudos teve seu nome alterado várias vezes. Em 1949, o Decreto nº 26.974, de 28 de julho de 1949, refere-se à denominação de Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Em 6 de julho de 1957, teve seu nome modificado para Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) até os dias de hoje. ” (RODRIGUES e GONTIJO, 2017, p. 231).

<sup>29</sup> Ana Rímoli de Faria Dória foi empossada como diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos em 1950 e segundo Rodrigues e Gontijo (2017) foi ela quem propôs ao Ministro da Educação a criação da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro.

1960, art. 3º), cooperando, estimulando, incentivando, mantendo parcerias, com instituições públicas e privadas que se ocupavam das crianças com *deficiência mental*. Assim a CADEME, sem participar diretamente, fomentaria as ações promovidas pelas instituições públicas e privadas.

A primeira gestão da CADEME ficou sob a responsabilidade de uma comissão composta por três membros, sendo um deles Helena Antipoff. Depois, em 1964, um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo assumiu a sua direção executiva, então, em 1967 um militar foi nomeado diretor e finalmente em 1970 a psicóloga Sarah Couto César da Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro (SPRJ) se tornou diretora executiva dessa campanha. A forma de concretização da sua finalidade se dava por meio de incentivos e convênios com instituições existentes que já se dedicavam ao *excepcional*; pelo estímulo à criação de associações e fundações destinadas às crianças *retardadas*; e estimulando pesquisas e censos (RAFANTE, 2015).

Com isso, constata-se que a CADEME não assumiu a responsabilidade pela educação do *deficiente mental*, mas reforçou o atendimento já existente por meio de iniciativas particulares e filantrópicas: “A C.A.D.E.M.E. não levará a efeito, sob qualquer forma, atividades puramente assistenciais, nem manterá ou dirigirá diretamente serviços limitando-se apenas à cooperação técnica e financeira” (BRASIL, 1960, art.3º - §1º).

Até a década de 1950, alguns textos oficiais incumbiam à Federação a responsabilidade de fiscalizar as instituições que ofertavam o ensino emendativo, sem o compromisso de organizá-lo ou assumi-lo. Quando o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de fazê-lo, não o fez como mantenedor, tampouco implementou diretamente uma educação voltada para os *excepcionais*, mas disponibilizou incentivos financeiros e técnicos para que outras instituições o executassem. A CADEME não promoveu, portanto, uma política que inovasse no atendimento educacional do *excepcional*, mas ratificou ações já existentes por meio da iniciativa privada. No entanto, ela foi capaz de ampliar a discussão acerca da educação especial no plano nacional (RAFANTE, 2015).

Após um longo debate, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é publicada no ano de 1961. As disputas do processo de sua aprovação envolviam o monopólio estatal sobre a educação ou a possibilidade da iniciativa privada ofertar o ensino formal (CAVALCANTI, 2009). Ao ser publicada a LDBEN de 1961 destaca a educação dos *excepcionais* com um título à parte, prevendo no artigo 88 que “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, art. 88). Para Cavalcanti (2009), o Brasil seguiu nessa



legislação uma tendência internacional pautada na filosofia da normalização e da integração. Segundo essas ideias as pessoas com deficiência deveriam estar integradas ao ambiente padrão de vida comum à sua cultura, com o mínimo de restrição possível. A normalização e a integração tiveram seu auge na década de 1970 e se opunham ao uso excessivo das institucionalizações que segregavam a pessoa com deficiência da sociedade e eram favoráveis à integração desse público à comunidade (MENDES, 2006).

Ao mesmo tempo em que a LDBEN de 1961 parecia ser um avanço na área da educação especial, por reafirmar o direito à educação da pessoa com deficiência e por prever a possibilidade de integrar esse estudante às escolas comuns, ela não definia os critérios para que os educandos fossem matriculados no sistema geral ou nas escolas especializadas. Assim, apesar de cogitar formalmente pela primeira vez a nível federal que essa integração fosse feita, a publicação de um título à parte e a restrição do “no que for possível” (BRASIL, 1961) sublinharam a excepcionalidade dessa possibilidade (PIRES, 1974). Outra indefinição apresentada pela legislação é a previsão do artigo 89 de que “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.” (BRASIL, 1961). Para Mazzotta (2011), esse artigo não deixava explícitas as condições de atendimento ao *excepcional* que essas instituições deveriam prestar. Assim, alguns atendimentos educacionais não escolares considerados eficientes pelos Conselhos Estaduais de Educação também passaram a receber benefícios públicos, como bolsas de estudos, empréstimos e subvenções.

As décadas de 1950 e 1960 apresentaram alguns avanços nas iniciativas, nas normatizações federais para educação especial e, sobretudo, nos debates da área. Tanto no estabelecimento das campanhas, quanto no destaque dado à educação especial na primeira LDBEN esta área da educação foi impulsionada e os debates a esse respeito ganharam força. No entanto, para Jannuzzi (2012) apesar das conquistas legais da educação especial nessas décadas, quando analisamos o conjunto de estudantes que efetivamente foram beneficiados com essas ações, o resultado não teria sido satisfatório “porque o que entravava a transformação era a organização social em que se perpetuava o gozo dos direitos e benefícios só para alguns, os economicamente mais favorecidos.” (JANNUZZI, 2012, p. 24). Pires (1974) também destacou a pouca efetividade dos trabalhos realizados e o caráter excepcional das ações até então desenvolvidas:

Esta [educação dos excepcionais] por estranho que pareça, representa uma área por

assim dizer *nova* em nossa realidade educacional [...]. Até há pouco, em nosso País, a educação dos excepcionais era uma atividade igualmente “excepcional”, cifrando-se a algumas escolas também “excepcionais” criadas em locais “excepcionais”. Tudo era *excepcional*: a concepção, a política, a ação; e mesmo as iniciativas mais bem intencionadas, conquanto “excepcionais”, só contribuíam para agravar a marginalização dos infra e até dos superdotados. (PIRES, 1974, p. 86).

A citação acima nos apresenta um panorama mais amplo em relação ao movimento iniciado em prol da educação do *excepcional* no Brasil, nos mostrando uma circularidade nesse movimento. O trabalho realizado com os *excepcionais* no Brasil se tornou excepcional. Assim, até a década de 1970, as ações relativas ao atendimento educacional da pessoa com deficiência teriam permanecido no isolamento, na excepcionalidade. Não havia, portanto, avançado em todo país.

Para muitos autores, foi na década de 1970 que a educação especial no Brasil iniciou uma nova fase<sup>30</sup>. Este momento foi marcado pela criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, primeiro órgão dedicado à educação especial a nível federal no Brasil e por outros eventos que colocaram a área no centro dos debates educacionais. Para Jannuzzi (2012), a criação deste órgão se relaciona a fatores conjecturais internos (pesquisas, demandas, desenvolvimentos das ações das campanhas) e externos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Direitos das Crianças e das Pessoas Mentalmente Retardadas), com grande apoio de organizações internacionais, que promoviam eventos acerca do tema:

[...] de 22 a 26 de novembro de 1971 houve em São Paulo, na Escola Paulistana de Medicina, o Seminário Latino-Americano sobre Planejamento e Organização de Serviços para Deficientes Mentais, promovido pelo MEC, Campanha Nacional de Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) e Internacional League of Societies for the Mentally Handicapped, onde constava, entre as diversas recomendações, a criação de um órgão para definir a política em relação aos deficientes mentais. Frisava-se que a ONU, através de seus organismos especiais [...] tinha possibilidade de auxiliar o desenvolvimento de assistência aos excepcionais por meio de auxílio técnico aos governos nacionais [...] (JANNUZZI, 2012, p. 118).

Neste contexto de intensificação dos debates é publicada a Lei nº 5.692 de 1971, que fixou as novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Nela a educação da pessoa com deficiência não vem descrita como um capítulo à parte da educação, como ocorreu na LDBEN de 1961, mas como um componente da educação de modo geral. Nessa nova lei as normas específicas da educação especial foram delegadas aos “competentes Conselhos de Educação” (BRASIL, 1971, art. 9º). Diante disso, em 1972 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou o Parecer nº 848, aprovado pelo Conselho Federal de Educação

<sup>30</sup> Ver Jannuzzi (2012) e Mazzotta (2011).

(CFE), como uma das ações necessárias para organização da educação especial, conforme previsto na LDBEN de 1971. No parecer elencou-se seis pontos de atenção para equacionar os problemas relacionados à educação especial, e juntamente a ele foi publicada uma carta assinada pelo presidente da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES)<sup>31</sup>, Dr. Justino Alves Pereira<sup>32</sup> em que solicita:

Adoção de medidas urgentes para que também o campo “do ensino e amparo ao excepcional” seja dinamizado “numa hora em que todos os outros setores educacionais são reformulados e acionados”. Há nesse documento a referência ao “contínuo desinteresse demonstrado pelo Conselho Federal de Educação”, a respeito do assunto, “bem como pelos Conselhos Estaduais e autoridades das Secretarias de Educação e Prefeituras Municipais.” (PIRES, 1974, p. 85).

Para Pires (1974), a acusação de desinteresse apontado por Dr. Justino Alves Pereira em sua carta é injusta por ignorar diversas ações na área da educação especial promovidas pelo CFE. As ações a que ela se refere são as publicações de três pareceres dedicados a formação de profissionais especializados na área da educação especial, que apesar de publicados entre 1969 e 1972 não contrariavam a preocupação do presidente da FENAPAES.

Com o objetivo de elaborar o Projeto Prioritário nº 35, do Plano Setorial de Educação e Cultura 72/74, foi criado em 25 de maio de 1972 o Grupo-Tarefa de Educação Especial, liderado por Nise Pires<sup>33</sup>. Este projeto visava a traçar as diretrizes e estratégias para educação especial no Brasil e contou com a participação das diretoras executivas da CESB e da CADEME. Este grupo também contou com a consultoria multidisciplinar de diversas instituições, organizações e personalidades com experiência na área da educação especial<sup>34</sup>. A versão final do projeto foi entregue à Secretaria Geral do MEC em fevereiro de 1973 e, como resultado das pesquisas realizadas por este grupo, surgiram os princípios para a criação do CENESP, instituído em julho do mesmo ano.

Em 3 de julho de 1973, por meio do Decreto nº 72.425, foi criado o CENESP, Órgão Central de Direção Superior, cuja finalidade era a de "promover, em todo o território nacional,

<sup>31</sup> A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais surgiu em 1963.

<sup>32</sup> Doutor Justino Alves Pereira, nasceu em 1923 e faleceu em novembro de 2012 em Londrina/PR. Foi médico e teve um filho com deficiência. Fundador de várias APAEs, presidiu a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), foi deputado federal e estadual, secretário estadual de Saúde e chefe de gabinete dos ministérios da Educação (gestão de Ney Braga) e da Saúde (Mário Lemos), além de outros cargos. Fonte: <<http://apaemg.org.br/noticia/nota-de-falecimento-dr-justino-alves-pereira>>. Acesso em 28 de maio de 2018.

<sup>33</sup> Nise Pires foi técnica de educação do INEP e pesquisadora na área da educação.

<sup>34</sup> A título de exemplo podemos citar: representantes da Universidade da Carolina do Norte; UNESCO; INES; Helena Antipoff; Justino Alves Pereira e Lizair de Moraes Guarino Guerreiro (presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi do Brasil). Para mais informações ver PIRES, Nise; CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. Educação especial em foco. Rio de Janeiro: CBPE, 1974.

a expansão e melhoria do atendimento ao excepcional" (BRASIL, 1973, art. 1º). De acordo com o decreto

O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade. (BRASIL, 1973, art. 2º).

Por meio deste artigo, verifica-se que o CENESP, diferentemente das campanhas, teria a função de propor e implementar as estratégias necessárias, ou seja, seria um órgão que teria funções que extrapolariam o incentivo e o fomento. O mesmo decreto que o criou extinguiu as campanhas e transferiu o patrimônio das mesmas ao CENESP. A então diretora da CADEME, Sarah Couto César foi nomeada diretora do CENESP e em 1979 foi substituída pela Dra. Helena Bandeira de Figueiredo. Seu primeiro regimento interno foi aprovado no ano de 1975 e alterado apenas em 1981.

Para Bueno (2011) a democratização de acesso à escola pelas crianças com deficiência respondeu às demandas dos interesses relacionados à privatização do setor, que continuou mantendo forte influência nas políticas estabelecidas, responsabilizou o estudante pelo próprio fracasso escolar e absorveu as ideias científicas sobre perspectivas das construções sócio históricas. Ao mesmo tempo, essa democratização não ampliou as oportunidades educacionais tampouco desvelou os determinantes socioeconômico-culturais.

## **2.2 A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais**

Helena Antipoff chegou ao estado em um momento em que a educação e a criança estavam no centro das preocupações públicas e a Reforma Educacional de 1927 tentava operacionalizar os ideais escolanovistas e a democratização do ensino. A partir de sua chegada, Antipoff assumiu o Laboratório de Psicologia, o que lhe permitiu conhecer a realidade da criança e da educação mineira. Ao mesmo tempo, o trabalho na Escola de Aperfeiçoamento a aproximou de um grupo de professoras selecionadas como as melhores do estado. Com esses recursos, Antipoff poderia concretizar os ideais da Reforma Educacional, procedendo à homogeneização das turmas, conforme previsto em lei, por meio da classificação dos estudantes e formando professoras de acordo com esses ideais. No entanto, com o decorrer da divisão das classes escolares, acentuou-se um público estudantil que

apresentou resultados abaixo da média esperada e as professoras dispunham de poucos meios para ensiná-los. O interesse de Antipoff por estes jovens “fora da norma” aumentava na medida em que crescia a necessidade de recursos que o estado não disponibilizava para educá-los (BORGES, 2014).

Assim, em 1932, a SPMG foi fundada como uma instituição civil tendo como sua sede provisória o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, instituição governamental. Foi o início de uma parceria entre SPMG e Poder Público que durou muitos anos.

De 1933 a 1934 as principais atividades para o acolhimento à infância *anormal*, segundo Antipoff (1963) foram:

1. Assistência às classes especiais para *retardados* dos Grupos Escolares;
2. Orientação médico-pedagógica ao corpo docente destas classes;
3. Fornecimento de materiais didáticos e ferramentas para trabalhos manuais;
4. Conselhos às famílias e instituições por meio de atendimento em consultório médico psicológico, em horários especiais cedidos por voluntários;
5. Palestras, conferências e cursos com orientações sobre higiene mental e explicações sobre o problema da *anormalidade mental*;
6. Publicação do *Boletim Infância Excepcional*, em parceria com a Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais que cedeu três volumes de seu periódico<sup>35</sup> para que a SPMG ficasse responsável pela sua publicação. Assim, as edições do volume 12 em 1933, do volume 16 em 1934 e do volume 20 em 1937 ficaram sob a responsabilidade da instituição e foram publicadas com o nome de *Infância Excepcional* e seriam consideradas anos mais tarde como os primeiros números da coleção do periódico da própria SPMG;
7. Instalação de uma classe especial experimental, que teria possibilitado a construção de vasta experiência sobre a educação da criança *excepcional*;
8. Inauguração do Pavilhão Noraldino Lima, construído pelo governo a pedido da SPMG.

Mesmo a SPMG sendo uma associação civil, suas atividades iniciais já estavam ligadas ao Poder Público a partir da prestação de serviço aos grupos escolares e da construção do referido pavilhão. O Pavilhão Noraldino Lima é fruto de um projeto audacioso, que apesar de não ter tido todos os seus pontos cumpridos, esteve atrelado ao governo desde sua formulação (BORGES, 2014). Sua pretensão era de “centralizar, executar e orientar os trabalhos relativos às crianças mentalmente deficientes do Estado de Minas Gerais”

<sup>35</sup> Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais.

(BORGES, 2014, p. 221-222). Assim, em 1934, o Pavilhão Noraldino Lima, construído com verba pública, foi inaugurado em um terreno na cidade de Belo Horizonte que a SPMG havia recebido como doação (BORGES, 2014).

Entre os anos de 1935 e 1939, as ações desenvolvidas no pavilhão concentraram atividades voltadas para a aprendizagem das crianças com deficiência e para pesquisas nesta área. O pavilhão também funcionou como sede do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte (IPBH), fundado em 1935, destinado a: “educação, tratamento, estudo e assistência à infância excepcional” (BORGES, 2014, p. 226). Os estudos nele realizados renderam publicações ao professor Clóvis Salgado, ao Dr. Santiago Americano Freire, ao Henrique Marques Lisboa, à Professora Helena Antipoff, ao Fernando Magalhães Gomes, ao Aureliano Tavares Bastos, à Naytres Rezende, à Cora de Faria Duarte, à Francisca Ottoni, à Imene Guimarães, dentre outros (ANTIPOFF, 1963).

Neste período, houve a intensificação dos cursos e das palestras para pais e profissionais da área da educação. Destaca-se o Symposium da Sociedade Pestalozzi, cujo conteúdo foi publicado pela Companhia Editora Nacional com o título *Aspectos Fundamentais da Educação*. Outra ação relevante foi a tradução para o português da obra *A educação de crianças retardadas*, da suíça Alice Descouedres. Esse livro foi editado pela Secretaria de Educação de Minas Gerais com uma tiragem de 1.000 exemplares, dos quais 500 foram destinados às escolas e os outros foram entregues para SPMG, para que os recursos angariados pela venda fossem destinados para essa instituição (BORGES, 2014). Esse fato explicita, mais uma vez, a relação estreita entre o Poder Público e a associação civil de âmbito privado.

No final da década de 1930, a SPMG iniciou um novo momento institucional, ao adquirir um terreno no município de Ibité com verba conquistada por donativos em campanha realizada pelos Diários Associados e pela empresa nacional de comunicação. Terreno este que deu origem, em 1940, ao Complexo Educacional da Fazenda do Rosário. O objetivo seria promover a profissionalização dos estudantes do Instituto Pestalozzi em uma propriedade rural (BORGES, 2014; CAMPOS, 2010), e oportunizar um futuro de autonomia para aqueles que não avançavam além do ensino primário em seu percurso educacional. Para a construção do prédio, a verba utilizada foi do Instituto Nacional de Pedagogia (INEP) e da Campanha Nacional da Criança (ANTIPOFF, 1963). Ou seja, utilizou-se verba pública para a construção de uma instituição privada/filantrópica que mantinha diversas parcerias com o estado e União.

A Escola Rural da Fazenda do Rosário foi fundada em 1940 e iniciou seus trabalhos

com seis meninos do Abrigo de Menores de Belo e do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, e com duas professoras: Yolanda Barbosa<sup>36</sup>, que assumiu o cargo de diretora, e Cora Faria Duarte, que se tornou a primeira professora da Fazenda do Rosário. As aulas do curso primário tiveram início em fevereiro de 1940, com a abertura da escola Dom Silvério, aceitando estudantes em regime de internato e externato (RAFANTE, 2006; CAMPOS, 2010).

A Fazenda do Rosário diversificou suas atividades e com o tempo passou a ser um complexo institucional. Em 1941 foi construída a Casa de Repouso, que era utilizada como hotel por cursistas, conferencistas e pessoas que passavam pela Fazenda. No mesmo ano construiu-se uma propriedade, conhecida como Chacrinha, que funcionou como internato de estudantes maiores (RAFANTE, 2006).

Os anos de 1944 e 1945 marcaram o afastamento de alguns membros da SPMG, como: o Padre Negromonte<sup>37</sup>, que se mudou para o Rio de Janeiro; Maria Angélica de Castro, que se mudou para o então Território Acre; Dr. Guilhermino Cesar, que se mudou para o Rio Grande do Sul; e Helena Antipoff, que se transferiu para o Rio de Janeiro para trabalhar no Departamento Nacional da Criança. Porém, Antipoff retornou para Minas Gerais definitivamente em 1950 (ANTIPOFF, 1963; CAMPOS, 2010).

Com a saída de Helena Antipoff, Sandoval Soares de Azevedo assume a presidência da SPMG até o ano de sua morte, em 1952. Em 1946, a construção do Pavilhão Central foi finalizada, funcionando como moradia das professoras e alunos, e abrigando a biblioteca e a cozinha.

Em 1947, a SPMG construiu outros dois pavilhões voltados para cursos rurais, em parceria com o Governo Estadual. Fez-se o diagnóstico do professorado das escolas rurais, conseguiu-se apoio do Secretário de Educação Professor Abgar Renault<sup>38</sup> e foram oferecidos dezoito cursos de capacitação para cerca de mil professoras rurais, segundo o relato de Antipoff (1963). Apesar do trabalho realizado na SPMG voltado para educação rural não ser o

<sup>36</sup> Yolanda Barbosa, ou Iolanda Barbosa como aparece em alguns documentos.

<sup>37</sup> “Padre Álvaro Negromonte líder católico em Belo Horizonte, vigário da prestigiada Catedral da Boa Viagem. Tornou-se amigo de Helena Antipoff e era membro da diretoria da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Em 1945 foi convidado pelo Cardeal Dom Hélder Câmara para mudar-se para o Rio de Janeiro. Exerceu as funções de técnico da educação do Serviço de Assistência a menores (SAM), foi diretor de ensino religioso da Arquidiocese do Rio de Janeiro, professor de Pedagogia Catequética do Seminário São José, além de atuar nas rádios e jornais carioca com assuntos relacionados à educação da Sociedade. Morreu no dia 17 de agosto de 1964 com 63 anos. (ORLANDO, 2009) Padre Álvaro Negromonte foi vice-presidente da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais por 12 anos desde sua fundação em 1932.” (Drumond, 2015, p. 85).

<sup>38</sup> Abgar de Castro Araújo Renault foi professor, político, poeta, ensaísta e tradutor. Nasceu em Barbacena, MG, em 15 de abril de 1901, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 31 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/abgar-renault/biografia>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

objeto deste trabalho, entendemos que as parcerias estabelecidas com o Poder Público neste contexto histórico também são relevantes para nossa pesquisa. Esse estreitamento de relações contribuiu com a SPMG, tanto em heranças materiais, quanto em manutenção da sua influência em decisões do Poder Público.

Sob a gestão de Sandoval de Azevedo a SPMG formou a Escola Normal Oficial do Estado, instituição nascida por meio da necessidade apontada pela instituição e pelos esforços de sua diretoria, mas que foi construída e financiada pelo Governo do Estado (ANTIPOFF, 1963), intensificando parcerias entre a SPMG e o Poder Público. “As aulas do Curso Normal foram ministradas nas dependências da Fazenda do Rosário até 1952, sendo que, a partir daí encerrou-se o convênio do estado com a SPMG para manutenção da Escola Normal Rural.” (RAFANTE, 2006, p. 133). Da mesma forma, os cursos intensivos de professores rurais passaram, a partir de 1957, a serem assumidos pelo estado (ANTIPOFF, 1963). Antipoff (1963) aponta que, apesar do estado ter assumido os cursos e tê-los passado posteriormente para prédio próprio, a SPMG:

[...] não foi prejudicada materialmente: ao contrário, ela herdou para os objetivos de sua missão prédios ampliados senão construídos totalmente, ficando para seu uso algum material de grande utilidade, tais como: instalações elétricas, hidráulicas, plantações pequenas, benfeitorias rurais etc. Convém assinalar outras vantagens e benefícios que prestam, embora semilegalmente, e parte oficial da Fazenda do Rosário, a Escola Normal, o ISER – tôda vez que sobram mantimentos e de excelente qualidade, vão essas sobras para o consumo do internato [...] (ANTIPOFF, 1963, p. 19 – 20).

Relatos como o desse trecho são relevantes para pensarmos o alcance e os benefícios que as parcerias entre a SPMG e o Poder Público deixaram para cada uma das partes. Por um lado, a SPMG supriu uma demanda existente por cursos de capacitações e pesquisas, por outro lado o estado forneceu benfeitorias materiais para a instituição.

É importante destacar que a SPMG foi criada em um momento em que o Estado Nacional ainda não havia tomado para si oficialmente a responsabilidade de promover, por meio de políticas específicas, o atendimento educacional da pessoa com deficiência. Logo, as ações da SPMG se inserem em um contexto nacional de iniciativas oficiais e particulares isoladas promovidas por meio de interesses de grupos da sociedade civil, de governos estaduais e municipais locais (MAZZOTTA, 2011). Assim a SPMG conseguiu recursos financeiros do governo e instituiu uma parceria com o estado de Minas Gerais, para viabilizar suas ações, consideradas pioneiras para a época (BORGES, 2014).

Como instituição ancorada na ciência e na filantropia (BORGES, 2014) e mantenedora



de parcerias com o setor público, a SPMG publicava constantemente o resultado de seu trabalho, mantendo essa premissa em seu estatuto, como uma de suas finalidades. Nele constava dentre os fins da instituição a “publicação de obras originais ou traduzidas relativo aos anormais, com o intuito de divulgação científica, ou pedagógica [...]” (SOCIEDADE PESTALOZZI, 1933, p. 12). Destacamos o fato de o estatuto de constituição da SPMG prever a publicação e divulgação científica como uma de suas finalidades. Deveras, a divulgação dos trabalhos realizados ou promovidos pela SPMG era uma constante.

Antes mesmo da inauguração da SPMG, Helena Antipoff publicava os resultados de seus trabalhos ainda como funcionária contratada pelo Governo de Minas Gerais. No ano de 1930, um ano após sua chegada a Minas Gerais, foi publicado no *Boletim da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais* seu primeiro estudo realizado no Brasil, denominado *Ideais e interesses das crianças mineiras e algumas sugestões pedagógicas*. Essas investigações consistiram no início de um longo programa de pesquisa sobre as crianças mineiras, com resultados publicados no Brasil e no exterior durante as décadas de 1930 e 1940 (CAMPOS, 2010). Tal qual sua idealizadora, a SPMG manteve constantemente a divulgação de seu trabalho e a difusão dos ideais da instituição, seja em boletins oficiais ou criando seu próprio veículo de publicação. Em 1940, foi publicado o primeiro exemplar do jornalzinho *O Rosário*, que se tornou *O Coqueiro*, noticiando sobre a Fazenda do Rosário. Em 1963 iniciou-se a publicação do *Boletim Semestral da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais - Infância Excepcional*<sup>39</sup>, que registrava e divulgava as atividades, pesquisas e estudos desenvolvidos em prol da infância *excepcional*. Em 1970 foi publicado o *Manual do teste MM (Minhas Mãos)*, idealizado e desenvolvido por Helena Antipoff para avaliação de características de personalidade. A SPMG também publicou traduções, como a do livro de Alice Descouedres, já citado anteriormente, anais de eventos organizados, dentre outros trabalhos. “Trata-se de uma característica comum às instituições criadas por Helena Antipoff: a preocupação com a divulgação das ideias e práticas realizadas pelos profissionais envolvidos.” (RAFANTE, 2010, p. 210).

No *Boletim Semestral da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais - Infância Excepcional* nº 1 de 1963, há a informação de que seu objetivo era o de registrar e divulgar todas as atividades desenvolvidas pela SPMG em favor da infância *excepcional* e para trazer “estudos, pesquisas e informes científicos sobre a educação da criança excepcional em todos

---

<sup>39</sup> Apesar do nome semelhante o *Boletim Infância Excepcional* publicado em 1963 não faz parte da coleção da revista *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional*, publicado entre 1933 e 1979, foco desta pesquisa.

os seus aspectos, não só em Minas, como em todo o país e no mundo” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1963a, p. 3).

Assim, as publicações da SPMG seriam um meio para promoção de um “ intercâmbio cultural” para apoiar as ações realizadas na instituição e atrair “ amigos e colaboradores e os estudiosos da matéria” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1963a, p. 3). O texto inicial ainda elucida que o que sustenta os trabalhos realizados pela SPMG é a “generosidade coletiva”, e que a direção, presidida pelo professor João Franzen de Lima, estava aberta a aceitar todas as colaborações oferecidas. No decorrer da leitura das revistas pode-se perceber que as publicações vão além das áreas científica e pedagógica. São veiculadas notícias que dão visibilidade à política de educação especial existente no período, seja de modo explícito, como a divulgação de um ato do poder executivo, ou implicitamente, ao emitir opiniões em meio a um texto de caráter pedagógico.

### **3 INFÂNCIA EXCEPCIONAL: ESTUDO, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL**

Conforme anunciado, a presente pesquisa tem por objetivo central analisar as políticas públicas para educação especial difundidas e propostas por meio da coleção da revista *Infância Excepcional*. Para tanto, discorreremos na parte anterior acerca da história da educação especial para compreendermos em que contexto essa revista foi publicada e a história da SPMG, instituição que editava a revista.

Antes da análise do conteúdo da revista, é necessário analisar seu gênero e o definir. Para isso é importante explicarmos que estamos chamando nossa fonte de revista. Mesmo com a fragmentação de sua publicação e contendo outros gêneros textuais ao longo de sua formação (como boletins e suplementos de jornais), respeitamos a forma como foi chamada pela sua própria redação em sua última publicação: nossa revista. Essa foi a nomenclatura utilizada para definir a revista *Infância Excepcional* por seus responsáveis em 1979 que conheciam sua história e sua construção.

Dessa forma, corroborando com essa nomenclatura e baseadas em Marcuschi (2003) que afirma que os gêneros textuais não são entidades naturais, mas construções culturais articuladas pelos seres humanos ao longo da história. Assim, por mais que a coleção da *Infância Excepcional* não possua todas as propriedades que constituem o gênero revista na maioria das vezes ela mantém as características principais deste gênero: revisitar acontecimentos passados; publicações periódicas; caráter informativo; voltada para o público geral.

Tendo isso definido, precisamos elucidar que a revista *Infância Excepcional*, foi publicada pela SPMG do ano de 1933 ao ano de 1979. Sua publicação foi fragmentada e sua organização foi construída a partir do ano de 1966. Apesar de tratarmos a revista como uma coleção de doze números é importante entender sua organização. Sua publicação número 8 traz a seguinte nota:

RAZÃO DO Nº 8 – Os números 1, 2 e 3 correspondem aos números 12, 16 e 20 das Publicações da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, com o título “Infância Excepcional”, nos anos de 1933, 1934 e 1937. Os números 4, 5, e 6 publicados sob o título “Assistência ao Excepcional” como Suplementos do “Mensageiro Rural”, órgão do Instituto Superior de Educação Rural (ISER) da Fazenda do Rosário, nos anos de 1962 a 1965. O Nº 7, publicado com o título “Boletim Pestalozzi” – Suplemento nº 7 do “Mensageiro Rural”, 2º semestre de 1965. (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1966, contracapa).

Assim, temos uma coleção de revistas que se aproveitou de várias publicações da SPMG para compor seus primeiros números. Essa organização traz uma peculiaridade que interessa a esta pesquisa: os primeiros números desta coleção foram escolhidos dentre as publicações já existentes da instituição. Trata-se de publicações importantes para a SPMG, pois reorganizaram em uma mesma coleção no ano de 1966 impressos publicados desde 1933. O quadro a seguir mostra a origem de cada uma das publicações das revistas:

**QUADRO 1 - Organização da Revista Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.**

<b>Revista Infância Excepcional:</b>	<b>Publicação Original</b>	<b>Ano de Publicação</b>
1	Número 12: Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais.	1933
2	Número 16: Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais.	1934
3	Número 20: Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais.	1937
4	1º Suplemento do Mensageiro Rural; 2º Suplemento do Mensageiro Rural.	1962 1963
5	3º Suplemento do Mensageiro Rural; 4º Suplemento do Mensageiro Rural.	1963 1964
6	5º Suplemento do Mensageiro Rural; 6º Suplemento do Mensageiro Rural (Nº 34 do ano IX).	1964 1965
7	Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural.	1965
8	Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.	1966
9	Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.	1966
10	Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.	1966
11	Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.	1968
12	Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.	1979

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados extraídos da revista *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional* número 8 (SPMG, 1966, contracapa).

Embora seja uma coleção fragmentada<sup>40</sup>, a *Infância Excepcional* tem características comuns que conectam todas as suas edições. A primeira e mais importante delas é a manutenção dos redatores. Mesmo que tenha havido algumas mudanças ao longo do tempo, de uma publicação para outra não há mudanças radicais entre os responsáveis pela

<sup>40</sup> Por fragmentada nos referimos à forma como foi organizada para se constituir enquanto uma coleção, não sobre seu conteúdo.

organização. A presença de Helena Antipoff no comandando de quase todas as edições também ajudou a criar uma coerência interna na coleção. Ela só não esteve presente no número 12, publicada após sua morte, e nos Suplementos do Mensageiro Rural que ficavam sob a responsabilidade das ex-alunas dos cursos da Fazenda do Rosário. Da mesma forma, Archimedes Pereira Guimarães esteve presente na organização de todos os números a partir da organização da coleção em 1966.

A *Infância Excepcional* foi uma revista voltada para profissionais da área da educação, saúde, psicologia e assistência social que trabalhavam com crianças *excepcionais*. Familiares dos estudantes e sociedade de uma forma geral também eram seus leitores. A revista tratava de diversos assuntos ligados à infância *excepcional*, como o próprio nome revela. Sua publicação iniciou em 1933 e foi encerrada em 1979 por falta de verba. O conteúdo a ser difundido pela revista nem sempre foi um consenso. Em 1968, em carta<sup>41</sup> escrita por Iolanda Barbosa, diretora do IPBH, há um apelo para que Helena Antipoff não divulgasse os testes psicológicos feitos no Laboratório de Psicologia. Segundo Iolanda Barbosa tais materiais eram de uso exclusivo de profissionais de psicologia e as técnicas e avaliações não deveriam ser vulgarizadas para o público comum.

Fiquei triste comigo mesma e envergonhada de ser tão impulsiva ao falar com a senhora. Desculpe-me por todas as indelicadezas. [...] Não deixe que os testes do Laboratório se vulgarizem. Não é direito divulgá-los. [...] quem não é psicólogo ou auxiliar de psicólogo não pode ler as técnicas de avaliação dos testes. (BARBOSA, 1968).

A carta é um pedido de desculpas por uma possível discussão entre ambas, revelando uma tensão acerca do tema.

Quanto ao objetivo da publicação podemos afirmar que dialogava com as finalidades da própria SPMG. O estatuto de 1932 preconizava que a proteção da criança *anormal* era o foco da instituição e um dos meios para fazê-lo seria através da “publicação de obras originais ou traduzidas sobre assuntos relativos aos anormais, com o intuito de divulgação científica, ou pedagógica, e propaganda eugênica” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1933, p. 12). Com o passar dos anos a propaganda eugênica deixa de ser encontrada nas revistas e o conceito de crianças *anormais* também. Mas, o intuito da divulgação científica e pedagógica se manteve.

A primeira revista foi publicada no ano seguinte à criação da SPMG, ou seja, a instituição ainda estava se configurando e iniciando seus trabalhos. Convencer a sociedade da

---

<sup>41</sup> Ver anexo III.

importância de sua ação e arrecadar fundos para sua manutenção era essencial para sua sobrevivência. Dessa forma, a revista seria um veículo de convencimento e divulgação, de modo a ajudar a manter e a expandir as ações da SPMG, essenciais à proteção da criança *anormal*, segundo seus fundadores.

Inicialmente a sociedade civil não apoiava as ações desenvolvidas pela SPMG e entendia que o investimento público na instituição era um gasto desnecessário e sem retorno social. Assim, era necessário que os membros da SPMG empreendessem ações de convencimento público de sua importância. Alguns artigos revelam o trabalho desenvolvido para mudar a opinião pública:

Assim procurou abrir mais largamente as portas do Instituto, convidando ai grupos escolares, com seus alunos e corpos docentes. A instituição nova como é a nossa, devia ser acolhida pela sociedade: entretanto flutuam a respeito do instituto julgamentos bastante inverossímeis. (ANTIPOFF, 1937, p. 17)

Há três anos atrás, quando a Sociedade foi criada, não se podia ainda bem dizer quais os rumos que ela ia tomar. Aos olhos estranhos parecia ela apenas uma associação de mera caridade, de má caridade parecia aos outros que encaravam-na severamente censurando tanto atenção para os tarados e deficientes. Alguns taxavam a obra da Sociedade de anti-patriótica, capaz de prejudicar o futuro da raça (ANTIPOFF, 1937, p. 41)

Ao longo dos três primeiros números da revista encontramos constantemente a argumentação de que a proteção da infância *anormal* seria benéfica para toda a sociedade. O argumento mais comum é o de que a promoção da autossuficiência dos *anormais* na vida adulta aliviaria a sociedade e o estado do fardo de ter que mantê-los. Além disso, era comum que os artigos promovessem uma espécie de propaganda da SPMG, apontando seus feitos, sua importância para toda sociedade e como poderia ser ainda melhor se recebesse mais investimentos financeiros, tanto do estado quanto da sociedade civil. Dessa forma, percebemos que as publicações estavam intimamente ligadas aos objetivos e necessidades da própria instituição, que passou por algumas mudanças ao longo dos anos, que foram acompanhadas pela *Infância Excepcional*.

A *Infância Excepcional* variou sua identidade visual e seu formato ao longo dos anos. Em algumas publicações encontramos editorial explícito, o índice ora aparece no início da revista, ora ao final. Em algumas produções, após o índice, há informações sobre o horário de atendimento na secretaria da SPMG e dos plantões de assistência social. Não são encontrados anúncios publicitários dentro da coleção das revistas<sup>42</sup>. Em relação à sua materialidade

<sup>42</sup> Embora haja algumas campanhas publicitárias no jornal O Mensageiro Rural, nos suplementos que foram escolhidos para compor a coleção da revista *Infância Excepcional* não há publicidade.

encontramos diversas mudanças ao longo do tempo em decorrência do modo como a coleção foi organizada, conforme será detalhado adiante.

Sabemos, por meio de um caderno de anotações<sup>43</sup> do ano de 1966 utilizado por Helena Antipoff, que a revista número 7 foi financiada pela verba da CADEME e pela renda levantada na Semana da Criança. Sua distribuição era feita por meio de permutas com outras publicações e de vendas. O dinheiro arrecadado com essas vendas era entregue ao presidente da SPMG, João Franzen de Lima.

Por meio de correspondências enviadas à SPMG e à Helena Antipoff foi possível verificar que a revista circulava por diversos municípios de Minas Gerais e de outros estados brasileiros<sup>44</sup>. Mediante essa circulação, diversas professoras obtinham informações sobre os cursos fornecidos pela Fazenda do Rosário e solicitavam por cartas informações para inscreverem-se nos próximos cursos e eventos. Familiares das crianças *excepcionais* obtinham conhecimento da existência da Fazenda do Rosário e solicitavam mais informações acerca da internação e da matrícula de estudantes.

Inicialmente as revistas eram impressas na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, por meio de uma parceria com o governo, mas a partir da revista número 4 não há informações acerca da gráfica utilizada.

No dia 12 de outubro de 1965 a SPMG solicitou ao representante da Aliança para o Progresso<sup>45</sup>, por meio de carta assinada por Helena Antipoff e João Franzen de Lima, a instalação da Gráfica Pestalozzi na Fazenda do Rosário. Segundo a epístola, com a instalação da gráfica a SPMG tinha por objetivo: divulgar as obras de pedagogia e ciências afins ligadas aos *excepcionais* e à população da zona rural; ensinar um ofício aos jovens da Fazenda do Rosário; oferecer atividades ocupacionais aos *excepcionais* da Fazenda do Rosário; imprimir os materiais dos cursos oferecidos pela SPMG; lucrar com a venda das publicações e reverter a renda para as obras da SPMG. No mesmo contexto, no dia 15 de outubro, em carta enviada ao governador de Minas Gerais, Helena Antipoff solicitou autorização para publicar a segunda edição da obra de Alice Descoedres na Imprensa Oficial do Estado, nas mesmas condições em que fora feita em anos anteriores. O objetivo da publicação da obra de Descoedres era o de arrecadar fundos para a SPMG por meio de suas vendas e utilizar o dinheiro levantado para “[...] montar uma gráfica – para aprendizagem vocacional dos

---

<sup>43</sup> Ver anexo VI.

<sup>44</sup> Ver anexo VII.

<sup>45</sup> “[...] programa de ajuda externa norteamericano direcionado para a América Latina, lançado nos primórdios da administração Kennedy e implantado nos anos subsequentes. O presidente americano propôs um plano de ajuda e cooperação de dez anos, com o objetivo declarado de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político [...]” (RIBEIRO, p. 17, 2006).

adolescentes mais desenvolvidos intelectualmente, na Fazenda do Rosário.” (ANTIPOFF, 1965a). No mesmo ano a publicação número 7 da revista *Infância Excepcional* publicou um artigo sobre a importância de organizar a Editora Pestalozzi e de instalar a própria gráfica. Além dos objetivos já destacados nas missivas citadas, o artigo acrescenta que um dos objetivos seria:

Irradiar ideias, conhecimentos e informações relativos aos excepcionais e sua educação, bem como medidas preventivas e terapêuticas, senão para o desaparecimento, pelo menos para a diminuição da doença mental e demais distúrbios psíquicos que tanto preocupam as famílias, a sociedade e os poderes públicos. Valorizar a assistência aos excepcionalmente bem dotados e estudar os métodos de sua complexa educação. (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1965b, p. 13).

Além da finalidade educativa e profissional dos jovens da Fazenda do Rosário e do dinheiro obtido com as vendas, o objetivo da instalação da gráfica seria difundir as ideias, conhecimentos e informações acerca dos trabalhos desenvolvidos em prol do *excepcional*. Não encontramos nenhuma informação acerca da concretude dessa gráfica. As publicações da revista *Infância Excepcional* que se seguiram tampouco foram editadas na Gráfica Pestalozzi, mas a parceria com a Imprensa Oficial do Estado permaneceu e outras publicações da SPMG continuaram sendo impressas por esse órgão.

Os planos de instalação da própria gráfica revelam a necessidade que a SPMG tinha de produzir por conta própria seu material gráfico, mas, sobretudo, mostram a importância que a instituição dava à circulação e à divulgação do conhecimento ligado à sua obra. Nas anotações do caderno de 1966 de Helena Antipoff encontramos planejamentos financeiros do que se poderia arrecadar com a venda de livros, revistas e manuais. Ao mesmo tempo havia notas do material que poderia ser distribuído gratuitamente, corroborando com a tentativa de difusão das informações e dos conhecimentos produzidos na instituição.

Já havia no estado de Minas Gerais revistas e boletins voltados aos profissionais da educação, mas não foram encontrados indícios da existência de outra publicação mineira inteiramente voltada ao tema da educação do *excepcional* na década de 1930. Alguns anos após a primeira publicação da *Infância Excepcional*, a Sociedade Pestalozzi do Brasil (SPB) e as APAEs também passaram a publicar suas próprias revistas.

O discurso contido nas revistas variou ao longo do tempo. Se nas primeiras publicações a importância da assistência ao *excepcional* precisava ser explicada, nas publicações da década de 1960 essa já não era uma questão a ser destacada.



### 3.1 Das fases da revista

Podemos dividir a *Infância Excepcional* em cinco fases distintas de acordo com as características internas da coleção. De uma fase para outra encontramos algumas mudanças como: a identidade visual; o grupo responsável pelas publicações; o local de impressão; algumas ideias divulgadas; a forma de abordar a educação do *excepcional*; e as temáticas mais recorrentes. Se analisarmos o fato de que a revista foi publicada ao longo de quarenta e seis anos podemos entender que, naturalmente, algumas mudanças seriam observadas independentemente de se tratar de uma coleção com o início artificialmente construído. Relevante pensar que encontramos ao longo desses anos de publicação, além de mudanças, algumas características que dão continuidade e organicidade à coleção como: a manutenção de alguns redatores ao longo das diversas publicações; o caráter interdisciplinar do conteúdo, que mesclava educação, saúde, psicologia, política e assistência social; a fidelidade ao tema proposto; a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela SPMG; a valorização de apoiadores e parceiros da SPMG.

A seguir apresentamos um quadro com a divisão das fases da coleção segundo nossa análise:

**QUADRO 2 - Fases da Coleção da Revista Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.**

<b>Fase</b>	<b>Números</b>	<b>Ano de Publicação</b>	<b>Origem</b>
1	1, 2 e 3	1933 a 1937	Publicada no Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais.
2	4, 5 e 6	1962 a 1965	Publicados como Suplementos do Mensageiro Rural.
3	7	1965	Publicado com o título Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural.
4	8, 9, 10 e 11	1966 a 1968	Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.
5	12	1979	Publicação de encerramento da revista Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.

**Fonte: Criado pela autora a partir da análise das fontes.**

### 3.1.1 Os redatores

Por se tratar de uma coleção que não seguiu uma publicação contínua até a edição de número 8, a equipe de redação responsável por cada fase da revista não foi a mesma. Na primeira e na segunda fases não há informações explícitas sobre esse aspecto. Na terceira fase a contracapa da revista informa três nomes: Helena Antipoff como diretora técnica, Fernando Costa<sup>46</sup> como diretor secretário e Yolanda Martins e Silva como redatora chefe. Na quarta fase há o acréscimo à equipe de Sônia Barcelos Magalhães da Rocha e Archimedes Pereira Guimarães como diretores. Na última fase há alterações significativas na redação, devido à morte de Helena Antipoff e de Yolanda Martins e Silva, e os redatores passam a ser: João Franzen de Lima; Archimedes Pereira Guimarães; Hélio Durães de Alkimin; Maria do Carmo Coutinho de Moraes e Benedita de Paula Rodrigues.

Helena Antipoff<sup>47</sup>, diretora técnica da revista *Infância Excepcional*, nasceu na Rússia em 1892 em uma família rica que tinha acesso a bens culturais. Formou-se em pedagogia e teve aulas com um aluno de Pavlov<sup>48</sup>. Em 1909 mudou-se para Paris e iniciou seus estudos em psicologia na Universidade de Paris, na Sorbonne. Em 1911 estagiou no laboratório de psicologia desta instituição com o Dr. Simon na aplicação e análise de testes de medida do desenvolvimento da inteligência. Nesse contexto conheceu Édouard Claparède<sup>49</sup> que a convidou para estudar no Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra (CAMPOS, 2010). Entre 1916 e 1924 voltou à Rússia e trabalhou com crianças abandonadas. Depois de diversas situações ocorridas em sua vida pessoal, em 1926 retornou à Genebra e em 1929, atendendo um convite do Governo de Minas Gerais, desembarcou no Brasil para trabalhar na implementação da Reforma de Ensino de 1927, empreendida pelo secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Estado de Minas Gerais Francisco Campos (JANNUZZI, 1992). Além de sua ligação com o governo mineiro e com a SPMG, Antipoff também trabalhou junto ao Governo Federal, propondo alternativas para problemas vivenciados na educação do

<sup>46</sup> Não conseguimos informações sobre Fernando Costa.

<sup>47</sup> Para conhecer melhor a história de Helena Antipoff ver CAMPOS, Regina Helena Freitas. Helena Antipoff. Coleção Educadores MEC. Recife: Editora Massangana, 2010. 152p.

<sup>48</sup> “[...]conhecido fisiologista russo que obteve o Prêmio Nobel em 1905 por suas descobertas sobre o funcionamento dos reflexos incondicionados e condicionados em cães.” CAMPOS, p. 14)

<sup>49</sup> “Édouard Claparède (1873-1940), médico e psicólogo suíço que teve uma influência duradoura em sua formação como psicóloga. Diretor do Laboratório de Psicologia da Universidade de Genebra desde 1904, Claparède foi um dos líderes no estudo da psicologia da criança na Europa. Seu livro mais conhecido – Psicologia da criança e pedagogia experimental (1909) – foi traduzido em dez línguas e tornou-se referência para muitos psicólogos e educadores na época. Com base em uma abordagem funcional dos fenômenos psicológicos, Claparède considerava que o sentido das ações humanas deveria ser buscado no processo de adaptação do sujeito ao ambiente, guiado pelo interesse. [...]Claparède liderou um grupo de estudiosos e profissionais da educação em Genebra na criação, em 1912, do Instituto Jean-Jacques Rousseau, escola destinada à formação de educadores e centro de pesquisa em ciências da educação.” (CAMPOS, 2010, p. 16 e 17).

*excepcional*. Algumas dessas sugestões foram transformadas em políticas públicas de âmbito nacional, outras foram publicadas como sugestões na revista *Infância Excepcional*.

Quanto a Archimedes Pereira Guimarães diretor da revista pudemos averiguar que ele nasceu em Campinas, interior de São Paulo no ano de 1894 e morreu em 1984 em Belo Horizonte. Segundo Nascimento (2008):

Até agora o trabalho de Archimedes Pereira Guimarães não foi estudado. Na Bahia, ele foi Diretor da Instrução Pública (1929- 1931), secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, secretário da Fazenda, diretor da Escola Politécnica, sócio benemérito e presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, diretor da Escola Agrícola (1932-1935), vice-presidente da Associação Brasileira de Educação (1934- 1935), diretor da Escola Politécnica (1939-1944), diretor interino da Faculdade de Filosofia (1942-1944), diretor do Instituto de Tecnologia da Bahia (1949-1959), membro do Conselho Diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1957-1965), presidente da Associação Baiana de Educação, da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 3ª Região, do Conselho de Representantes da Escola Técnica de Salvador, da Comissão de Localização e Desenvolvimento Industrial da Bahia, do Rotary Clube da Bahia, da Telefones da Bahia S.A. – Tebasa. (NASCIMENTO, 2008, s/p.)

Apesar de pouco estudado, é possível notar que Archimedes foi um ator social influente em seu meio, ele transitou em muitas áreas diferentes e tinha contato com as autoridades públicas da época. Formado em engenharia em 1917, Archimedes foi parceiro de Anísio Teixeira nas reformas de ensino na Bahia na primeira metade do século XX. Em uma das inúmeras correspondências que trocaram ao longo da vida, Anísio Teixeira comunicou ao amigo que Helena Antipoff iria convidá-lo para dirigir o Instituto Superior de Educação Rural (ISER) e recomendou que ele aceitasse o convite.

De Belo Horizonte me chega um apelo da professora Helena Antipoff para que eu o anime a aceitar um convite que ela vai sugerir à administração estadual no sentido de vir você a dirigir o Instituto Superior de Educação Rural. [...] Dona Helena pensa justamente que um engenheiro, com a sua competência e a sua experiência em assuntos de educação, pode contribuir muito para que o Instituto habilite suas alunas a influírem, mais tarde, na vida econômica das localidades onde vão ensinar ou dirigir serviços. [...] (Teixeira, 1961).

A partir do trecho citado, vemos que a experiência profissional de Archimedes era um dos atributos que interessavam à Helena Antipoff, além de sua habilidade em lidar com as autoridades públicas. Importante destacar a intenção de Antipoff para que as alunas do ISER aprendessem a influenciar a economia local e que desenvolvessem uma postura politizada onde fossem trabalhar.

Nesse primeiro contato, em 1961, a parceria entre a SPMG e Archimedes Pereira

Guimarães não foi adiante. No entanto, em 1964, em carta enviada para ele e publicada na *Infância Excepcional* número 12, Antipoff discorreu sobre o retorno das negociações e reiterou a importância da figura de um engenheiro e professor como Archimedes para o desenvolvimento da Fazenda do Rosário. Além de ter sido diretor da redação da revista, Archimedes exerceu a vice-presidência da SPMG e na década de 1980 assumiu um curto mandato como presidente da instituição.

Outra pessoa a assumir a direção da revista foi Sônia Barcelos Magalhães da Rocha. Sobre Sônia a única fonte de informações que encontramos foi o livro intitulado *Anjos de Barro*<sup>50</sup>. Trata-se de um livro de relatos de pais de pessoas com deficiência e de seus filhos que foi escrito pelo jornalista José Maria Mayrink. No capítulo “O filho morreu. Sônia continua lutando”, Mayrink narra a história de Sônia<sup>51</sup> e seu primeiro filho, Leo. Dos dez aos vinte anos de idade, o filho de Sônia viveu na Fazenda do Rosário e ela passou a trabalhar como secretária nesta instituição. Segundo Mayrink, após a morte de Leo aos vinte e quatro anos de idade, Sônia se dedicou a trabalhos voluntários em prol de crianças em favelas de Belo Horizonte.

O cargo de redatora chefe da revista esteve nas mãos da psicóloga paraense Yolanda Martins e Silva. Descrita na literatura como o braço direito de Helena Antipoff (RAFANTE, 2011), Yolanda foi também diretora do Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário (DRUMOND, 2015) e lecionou diversos cursos promovidos no instituto.

### 3.1.2 Primeira Fase: *Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais*

Estamos chamando de primeira fase da revista *Infância Excepcional* os três primeiros números publicados respectivamente em 1933, 1934 e 1937. Essas publicações foram feitas em parceria com a Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, que tinha seu próprio boletim.

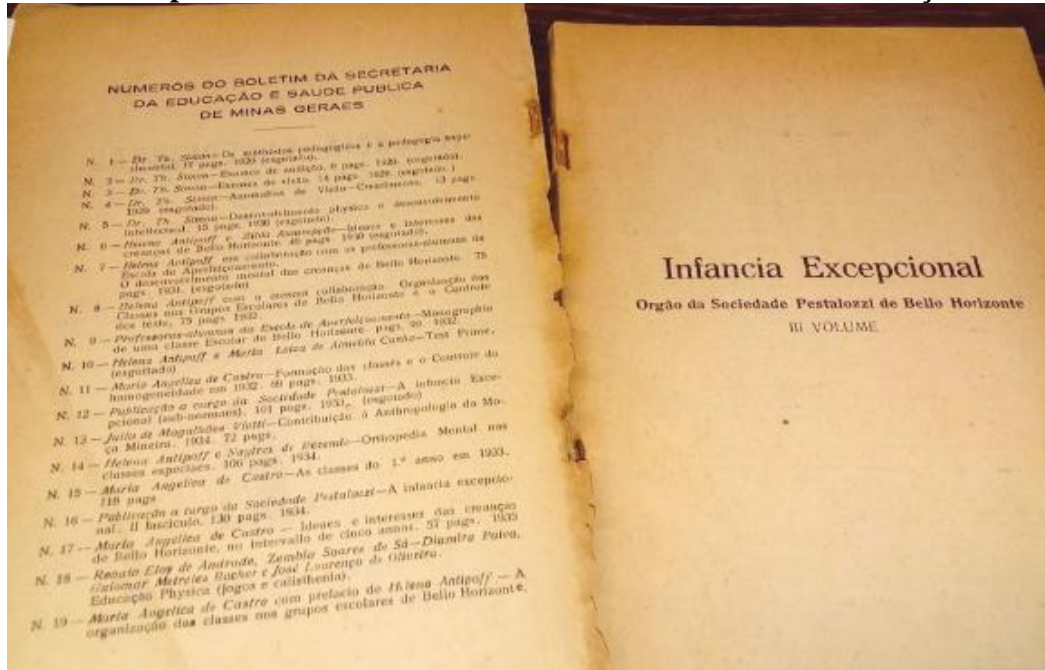
Os Boletins da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais publicou em cada número um tema específico e seu conteúdo era delegado a um profissional de renome da época. A imagem a seguir é uma fotografia da contracapa do número 20 desse boletim, publicado em 1937. Nela encontramos informações dos números anteriores, com o ano de

<sup>50</sup> O livro utilizado como fonte não possui intencionalidade histórica e se baseia no relato dos próprios personagens. Assim, alguns detalhes do relato devem ser analisados de forma criteriosa, no entanto, para fins da nossa pesquisa importa-nos a informação de que Sônia Barcelos Magalhães da Rocha trabalhou como secretária na SPMG e tinha interesses particulares na causa da infância *excepcional*.

<sup>51</sup> No livro de Mayrink o nome de Sônia aparece como Sônia Barcellos Magalhães da Rocha, enquanto nos boletins encontramos Sônia Barcelos Magalhães da Rocha.

publicação, título, tema e profissional responsável pela autoria e organização do Boletim.

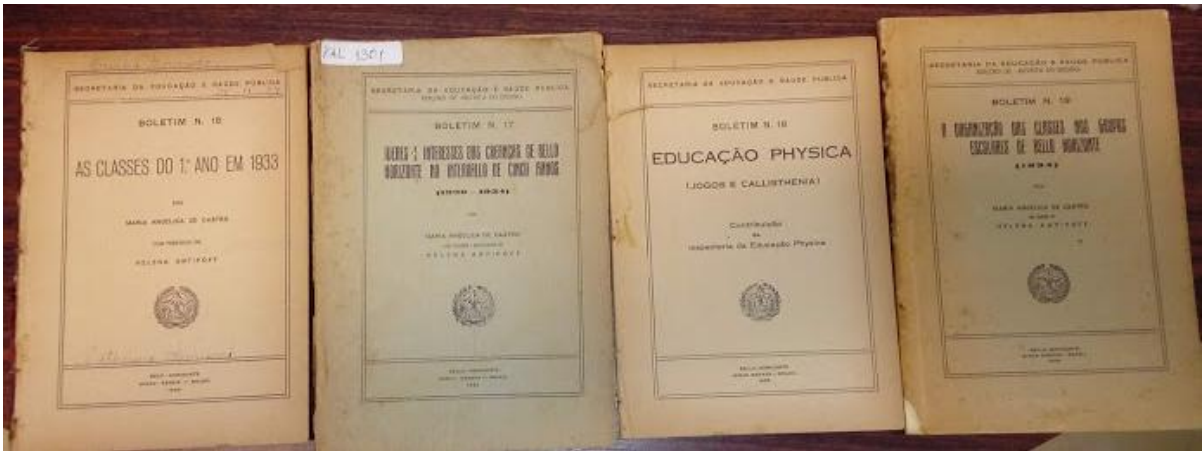
**FOTO 1- Boletim número 20 da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais. Acervo especial da Biblioteca Alaíde Lisboa Faculdade de Educação / UFMG.**



Fonte: Fotografia da autora.

Dentre os dezenove títulos publicados até o ano de 1937 é possível verificar que as presenças de Helena Antipoff, da SPMG ou de pessoas ligadas à instituição eram constantes. A imagem a seguir apresenta a capa de algumas publicações dos boletins da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais. Nela é possível perceber que os boletins indicavam na capa a pessoa ou instituição responsável pela publicação.

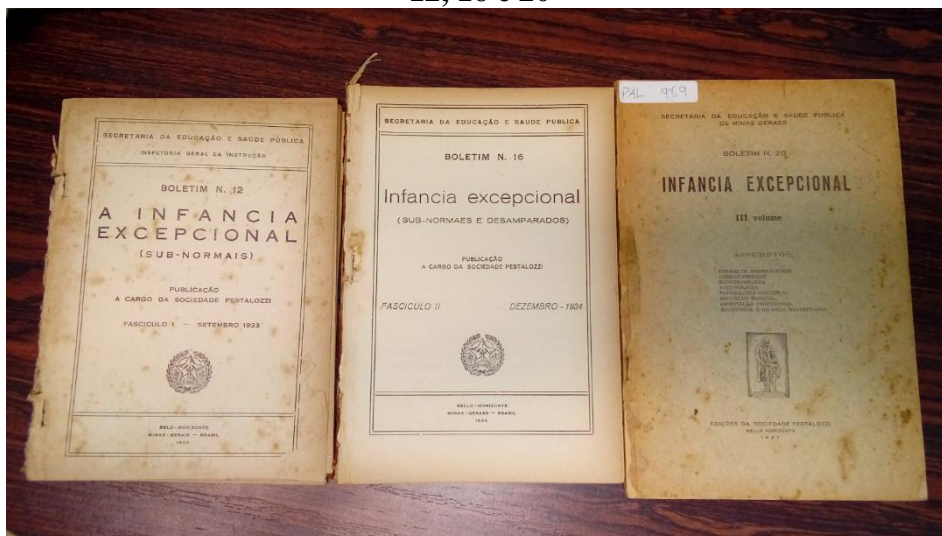
**FOTO 2 - Boletins da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais: número 15, 17, 18 e 19. Acervo especial da Biblioteca Alaíde Lisboa Faculdade de Educação / UFMG.**



Fonte: Fotografia da autora

Seguindo esse padrão, os números 12, 16 e 20, publicados respectivamente em 1933, 1934 e 1937, ficaram a cargo da recém-criada SPMG. Cada um destes boletins trazia como título (A) *Infância Excepcional* e um subtítulo ou uma lista informando o tema central de seu conteúdo. Intrigante observar que desde a primeira publicação sob responsabilidade da SPMG, em 1933, a capa trazia a informação “Fascículo I”, denotando a possibilidade ou o planejamento de novos fascículos com a parceria estabelecida.

**FOTO 3 - Boletins da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais: número 12, 16 e 20**



Fonte: Fotografia da autora.

Dessa forma, são essas três publicações que foram utilizadas para compor os três

primeiros números do nosso objeto de pesquisa: a revista *Infância Excepcional*.

Além da identidade visual e da forma como foram publicados, os três primeiros números da coleção, que compõem a primeira fase da revista *Infância Excepcional*, possuem características semelhantes em seu conteúdo. Por terem sido publicadas na mesma década essas publicações apresentam nomenclaturas e debates específicos da década de 1930, tais como: o uso do conceito de *anormalidade*; a metodologia das classes homogêneas; a perspectiva médico-pedagógica; a eugenia aplicada aos debates da educação dos *excepcionais*; a Escola Nova como modelo a ser seguido; o desafio do menor abandonado; a ausência do Poder Público diante dos problemas dos *anormais*; dentre outras questões que serão analisadas ao longo da dissertação.

A revista *Infância Excepcional* número 1 contém 101 páginas e o subtítulo *Subnormais*. Ele foi publicado no ano de 1933 como o 12º volume do Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais (que teve seu primeiro número publicado em 1929). Ao longo da revista os *subnormais* são definidos como os *retardados* pedagógicos, ou seja, as crianças que por motivos variados não puderam frequentar a escola na idade esperada. Os *retardados* pedagógicos não possuíam questões orgânicas que os definissem como *retardados mentais* ou como *anormais*. Eles são definidos como *retardados* simples ou *subnormais*. Segundo um de seus artigos “embora essa distinção pareça à simples vista, destituída de valor, contudo do ponto de vista social é, da máxima importância. Para o povo, há nomes que valem por estigmas. Cumpre poupar a sensibilidade de cada um.” (TEIXEIRA, 1933, p. 29).

Apesar de a revista ter como subtítulo o conceito de *subnormais*, que define um grupo específico, a revista extrapola a questão deste público e apresenta um conteúdo que transita tanto entre as questões dos estudantes em *atraso escolar* como daqueles acometidos de sequelas de doenças (como a sífilis e o hipotireoidismo), com deficiências sensoriais (deficientes visuais e auditivos) e os *jovens delinquentes*<sup>52</sup>.

Essa primeira publicação da coleção apresenta a SPMG, seus membros, os objetivos da instituição e a importância para a educação, para as crianças *anormais*, e, sobretudo para a sociedade, na visão da revista. No prefácio são explicitados os motivos para a publicação: “uma apresentação de trabalhos realizados, e um apelo à inteligência, ao coração e a generosidade do nosso povo em prol do melhoramento mental e moral das crianças retardadas.” (NEGROMONTE, 1933, p. 7).

Após a apresentação da instituição encontramos o texto “O problema dos anormais”

<sup>52</sup> Termo utilizado no período em que a revista era publicada.

do Dr. J. Mello Teixeira, membro do Conselho Técnico da SPMG. A publicação de Teixeira foi um discurso proferido na conferência de fundação da instituição, com informações acerca da situação dos *anormais* no Brasil. Esse texto apresenta uma forte crítica à negligência do Estado diante dos problemas da infância (em especial a infância *anormal*) e compara a realidade brasileira com a de outros países que, segundo o autor, estariam à frente nessa questão. Teixeira (1933) aponta a ausência de dados estatísticos nacionais acerca da educação do *anormal*, destacando o trabalho isolado de levantamento de dados feito por Antipoff em Belo Horizonte. O artigo mostra o debate da difícil classificação e conceituação da infância *anormal* e chega à conclusão de que o *retardado mental* é o público, dentre os *anormais*, que interessam do ponto de vista escolar. O texto é acompanhado de uma visão determinista do ponto de vista social, ligando as crianças desamparadas socialmente, a falta de profilaxia de certas doenças e o desajustamento social a um futuro de *delinquência* e criminalidade.

Dando continuidade à descrição da revista, o médico-escolar Aureliano Tavares de Barros, também membro do Conselho Técnico da SPMG, aprofundou o debate acerca do público alvo das classes especiais, transitando entre os aspectos biomédicos que acarretam problemas na aprendizagem das crianças e as possibilidades pedagógicas para superação de parte do que considerava como problemas.

O artigo “Assistência a menores em Minas-Gerais” não possui autoria explicitada, logo entendemos ser um texto assumido pela própria SPMG, uma vez que não há um editorial explícito neste volume da revista. O texto tem um caráter informativo e divulgava os estabelecimentos estaduais que davam assistência e escolarização em regime de internato ao menor de idade que cometeu algum crime ou que estivesse em estado de abandono. O mesmo artigo é finalizado com informações acerca das classes especiais de Belo Horizonte, com nome das escolas, número de classes e de alunos e do público alvo atendidos.

A seguir há a publicação de uma palestra realizada por Helena Antipoff aos membros do Conselho Técnico da instituição. Nela, Antipoff conta o que viu em sua viagem pela Europa no que tange ao atendimento do *anormal* nos diversos países que visitou. Há uma ênfase na experiência vivida em Zurich, na Suíça. A organização de atendimento ao *excepcional* neste país é considerada por ela como modelar

[...] devido, de um lado a grande influência que exerce o Heilpädagogisches Seminar do Dr. Hanselmann; de outro, ao fato de se achar desde alguns anos nas mãos dos socialistas, não só o Departamento de Instrução Pública, como todo o Governo do Cantão de Zurich: ora, sabe-se que o programa de ação destes últimos da uma atenção toda especial a instrução pública. (ANTIPOFF, 1933, p. 57).



Antipoff destaca como pontos positivos no atendimento à infância *anormal* na Suíça a variedade de instituições que realizavam o atendimento, a amplitude desse atendimento, a centralização da organização por meio da Associação Federal, a originalidade e a eficácia dos métodos utilizados, dentre outros. Vale ressaltar que em meio à sua explanação Antipoff, esclareceu que parte do financiamento para essa organização modelar era oriundo da filantropia, que as classes especiais só recebiam as *crianças educáveis*, as demais são atendidas em regime de internato ou em asilos, cuja permanência era voluntária.

A revista finaliza com sete pequenos textos com informações acerca das atividades realizadas pela SPMG, sendo elas: visitas e orientações pedagógicas às classes especiais de alguns grupos escolares; troca de correspondências com outros estados em busca de informações acerca dos atendimentos realizados em outras localidades e com pedido de indicação de publicações e pessoas interessadas na área da infância *anormal*; informações acerca do atendimento dos *surdos-mudos*; e o balanço financeiro da SPMG.

O segundo número da coleção *Infância Excepcional* foi publicado no ano de 1934 por meio do volume 16 do Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, impresso nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. O nome original desta publicação, de 130 páginas, era *Infância Excepcional (subnormais e desamparados)*.

Enquanto a primeira publicação apresentava a SPMG, com seu objetivo, importância e os *anormais* como público alvo de atendimento, o segundo volume da coleção *Infância Excepcional* insere os desamparados no seio de suas preocupações. As crianças socialmente abandonadas são definidas como “toda criança não amparada pelos pais, tutores ou instituições” (SOCIEDADE PESTALOZZI, 1934, p. 128) e foram incluídas nos objetivos de atendimento da SPMG por meio da Assembleia Geral em março de 1934.

O “Projeto do Instituto Pestalozzi”, segundo a própria edição, fora apresentado ao secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais pela diretoria da SPMG e foi divulgado por meio desse boletim e criado efetivamente por meio do Decreto Estadual nº 11.908 de 5 de abril de 1935. Essa publicação apresenta para seu leitor um projeto de instituição e, como tal, ainda era a expressão de um desejo, de um plano. Nele constava a intenção do instituto de publicar semestralmente uma revista e outras publicações dedicadas ao assunto da *anormalidade* infantil, o que demonstra a valorização da divulgação e da circulação do conhecimento por parte da SPMG. A capacitação do profissional ligado a essa área também foi uma preocupação exposta no projeto, que planejava a criação de cursos na área da “educação e o tratamento das crianças anormais” (SOCIEDADE PESTALOZZI, 1934, p. 13).

Outro ponto relevante a ser destacado é que o projeto propõe que o governo mineiro construísse o prédio do IPBH para “centralizar, executar e orientar os trabalhos relativos às crianças mentalmente retardadas” (SOCIEDADE PESTALOZZI, 1934, p. 9) e que trabalhasse com o auxílio da SPMG e de outras instituições públicas e privadas na execução do programa a ser desenvolvido.

Em consonância com o Decreto nº 7.970 de 1927 (conforme explicado anteriormente), o projeto do instituto previa que as crianças *mentalmente deficientes* fossem recebidas para atendimento, enquanto que as crianças de “nível intelectual demasiadamente baixo” (SOCIEDADE PESTALOZZI, 1934, p. 11) não poderiam ser matriculadas no IPBH, com exceção das que fossem previamente autorizadas pelo Consultório Médico-Pedagógico. Como se tratava de um projeto de criação de um instituto estadual, ou as bases deste projeto deveriam ser organizadas de acordo com as regras estabelecidas na legislação específica ou o projeto deveria propor, além da criação do instituto, mudanças legislativas. Nesse caso não houve proposta de alteração da lei, mas a previsão da possibilidade de exceções serem admitidas pelo Consultório Médico-Pedagógico.

No dia 28 de outubro de 1934 o prédio do IPBH foi inaugurado com o nome Pavilhão Noraldino Lima, em homenagem ao Secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais. Nessa inauguração o professor doutor J. Mello Teixeira, um dos membros do Conselho Técnico da SPMG, proferiu algumas palavras que foram publicadas na *Infância Excepcional*. Nesse discurso, Mello Teixeira critica a precária assistência médico-social à criança no país e aponta a importância de realizá-la de modo adequado para evitar futuros problemas à sociedade.

O artigo “Uma exposição sobre a atividade da Sociedade Pestalozzi” de autoria do secretário geral da SPMG, o Dr. Fernando Magalhães Gomes, a pedido da presidente da instituição, Helena Antipoff foi escrito em primeira pessoa e o texto foi direcionado ao Secretário de Educação e Saúde Pública, Noraldino de Lima. O texto também foi proferido no dia da inauguração do IPBH. Embora seja um texto de apenas quatro páginas, as palavras de Gomes trazem à tona muitas críticas, bem como propostas para formação e educação do *anormal* e a visão teórica acerca das causas da *anormalidade*. Como crítica, encontramos: a ausência do devido atendimento à infância *anormal*, que seria responsável por problemas sociais graves e o excesso de atenção dado à dietética em detrimento da pouca atenção dada aos problemas da educação, quando na verdade, para ele, deveriam ser tratadas de modo igualitário. Como propostas, identificamos: a reeducação das crianças e dos pais por meio da

Clínica de Eufrenia<sup>53</sup> do IPBH e a realização de intensas campanhas de higiene mental e eufrenia para conscientização das sequelas do álcool e da sífilis. E quanto à visão teórica sobre as origens de alguns problemas infantis, o autor destaca que a família e a carga genética são as grandes responsáveis pelos males causados às crianças. Gomes, como Negromonte o fez um ano antes, informou ainda que havia muita resistência ao projeto de educação e socialização dos *retardados*, inclusive entre os próprios servidores do estado. Mas, apesar disso, a SPMG conseguiu o apoio de parte da sociedade civil, da igreja católica, da imprensa e do governo.

Após a exposição acima, a revista publicou quatro textos expondo os trabalhos realizados pela SPMG: um relatório sobre o Consultório Médico-Pedagógico, que foi publicado também nos Arquivos da Assistência Hospitalar; outro relatório apresentado à Assembleia Geral da SPMG em março de 1934 sobre as orientações prestadas por Naytres Rezende às classes especiais dos grupos escolares de Belo Horizonte; um artigo escrito por Ester Assumpção contando como iniciaram os atendimentos à criança surda pelo grupo da SPMG; e um estudo de caso com a apresentação da história de um aluno surdo.

O texto seguinte originou-se de um discurso proferido por Helena Antipoff no Congresso de Proteção à Infância. Intitulado “A personalidade das crianças dos Asilos”, esse artigo enfatizou as características das crianças asiladas, as dificuldades e as possibilidades de desenvolvimento deste público e expôs o que falta aos asilos para alcançarem os resultados esperados.

O décimo artigo dessa publicação foi escrito pelo secretário geral da SPMG, o Dr. Fernando de Magalhães Gomes, que escreveu o texto mais controverso deste exemplar da revista. Seu artigo tem um forte caráter eugênico e apresentou o debate acerca da segregação e esterilização dos *anormais*. O objetivo destes procedimentos seria “impedir as proles cacogenicas” (GOMES, 1934, p. 91), que formariam a parte inadaptada da população.

O problema eugênico das subnormais é um dos mais relevantes e complexos. A sua importância bem se pode aferir pela multidão dos indivíduos que, por inaptidão de se adequarem a vida social, constituem o grande contingente dos vadios, delinquentes e os inaptos, onerando e hostilizando o Estado e a sociedade nas

<sup>53</sup> “O conceito de eufrenia foi elaborado pelo Dr. Mirandolino Caldas, diretor da clínica e, segundo ele, a eufrenia seria o estudo que teria como objetivo assegurar a boa formação do psiquismo (SCHECHTMAN, 1981). [...] A eufrenia foi dividida em duas correntes: eufrenia genealógica e eufrenia médico-pedagógica. Enquanto a eufrenia genealógica se aproximava da eugenia, a eufrenia médico-pedagógica era uma tentativa de conciliar a vertente social. Daí a possibilidade da educação ter um efeito sobre o psiquismo infantil. A eufrenia médico-pedagógica ainda se dividiria em duas: eufrenopedia e ortofrenopedia. Para casos mais leves, onde o psiquismo da criança não estivesse tão prejudicado, era indicada a eufrenopedia. Para casos mais graves, onde a criança apresentasse um psiquismo anormal ou “retardado”, era indicada a ortofrenopedia.” (BORGES, p. 58 e 60, 2014).

manifestações de sua atividade produtiva. (GOMES, 1934, 89).

Percebemos, portanto, que para Gomes o problema de *inadaptação social* é algo inerente à pessoa *subnormal*, e as consequências dessa inaptidão acarretariam danos à sociedade e ao estado. O tema era polêmico mesmo para os defensores da eugenia do período. Em “Segregação dos subnormais” não encontramos uma defesa sobre a prática da esterilização voluntária, pois Gomes admite que muitas pessoas consideradas *subnormais* não teriam discernimento suficiente para dar a autorização para serem submetidas a esse procedimento. No que tange à esterilização compulsória, o autor expõe os desafios e a ineficácia dessa execução nos países que tentaram implementá-la como uma política. Diante das dificuldades expostas por Gomes, ele conclui que “parece ser o mais conveniente programa da eliminação dos inaptos a segregação dos débeis, epiléticos, insanos, criminosos, na fase reprodutiva” (GOMES, 1934, p. 93). Para ele a segregação deveria ser voluntária e com finalidade eugênica. Dentre os argumentos utilizados por Gomes sobre os prós e os contras das medidas mencionadas ele não expõe uma preocupação com relação ao direito individual ou à qualidade de vida da pessoa *subnormal*. Ao contrário, seu discurso é voltado para os impactos sociais e econômicos de cada medida. Segundo Stepan (2005):

A introdução da ideia da esterilização compulsória dos inadequados foi, de longe, claro, a mais dramática alteração nas normas tradicionais que regulamentavam a família ocidental e os direitos individuais à reprodução. Ainda que, pelo final do século XX, a regulação da sexualidade pelo Estado já tivesse um longo histórico (como a regulamentação médica da prostituição, por exemplo), essa nova proposta representava uma alteração radical em política pública. (Stepan, 2005, p. 37).

Assim, por mais que a regulação da vida pessoal dos cidadãos já fosse alvo de políticas do Estado, o controle sobre os corpos por meio da esterilização significou um capítulo perigoso para a humanidade.

As ideias debatidas por Gomes (1934) estavam no auge das discussões científicas e políticas na Europa. Segundo Stepan (2005) os movimentos sociais eugênicos na Europa e nos Estados Unidos da América se apropriaram das ideias do biólogo Gregor Johann Mendel e do biólogo alemão August Weismann para defender que a hereditariedade determinaria o caráter de cada pessoa de modo irreversível. Surgiram sociedades eugênicas de cunho científico e de caráter político. Aqueles com objetivo de promover pesquisas na área e estes com intenção de promover políticas para apoiar a eugenia. Na maioria das vezes suas ideias eram radicais e encontravam forte resistência.

As propostas para melhoramento da raça inicialmente se deram por meio do incentivo

à reprodução das pessoas mais adequadas. No entanto, ao final da década de 1920 muitos eugenistas estavam defendendo o controle reprodutivo das pessoas consideradas inadequadas por meio da segregação ou pela esterilização. Importante frisar que o debate acerca dos problemas sociais causados em decorrência da pobreza, do alcoolismo e das sequelas de doenças era feito com vieses e meios diferentes, sendo a eugenia apenas uma delas. O tema era tão controverso que mesmo dentro do movimento eugênico debatia-se acerca da esterilização voluntária e compulsória. Muitos alegavam que o voluntarismo das pessoas que deveriam ser esterilizadas era duvidoso, dada suas dificuldades de discernimento. Em meio a este debate alguns países aprovaram leis com previsão de esterilização. Dentre eles, a Dinamarca entre 1930 e 1949 esterilizou oito mil e quinhentos cidadãos; a Suécia esterilizou quinze mil; os Estados Unidos da América em 1920 teve em vinte e quatro estados a aprovação da prática da esterilização involuntária e até o ano de 1945 setenta mil pessoas foram esterilizadas. Na Alemanha um por cento de toda população foi esterilizada (STEPAN, 2005).

Diante de um tema tão complexo, é importante destacar dois detalhes do artigo Gomes. O primeiro deles é que, abaixo do título desse artigo, o autor é identificado pelo cargo de “Assistente da Faculdade de Medicina”. Em outros artigos escritos por ele o cargo de identificação descrito é o de “Secretário Geral da Sociedade Pestalozzi”. O segundo é que ao final da publicação de seu texto há uma nota da redação da revista que diz o seguinte:

O delicado e complexo problema da esterilização dos anormais não foi ainda assunto de estudos e de discussões no seio da Sociedade Pestalozzi; por isso as tendências contidas no presente artigo devem ser consideradas apenas como opiniões pessoais do autor deste artigo. (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1934, p. 95).

Diante do exposto podemos concluir que há um esforço de parte do grupo da SPMG em se desvincular deste tipo de tendência, seja para não se comprometer diante de tamanha polêmica, ou por não concordar com o conteúdo da publicação, ou, ainda, porque de fato não tinham uma opinião formada acerca das práticas de esterilização ou de segregação com finalidade eugênica.

A revista traz um artigo com a exposição de um caso em que as dificuldades de educação de um menor internado em uma escola de reforma foram contornadas através do preceito do *direito positivo*. Nele a educação e proteção da criança se sobrepõem às práticas de repressão e punição. Destacamos que um artigo que aponta um caso de êxito na educação de uma criança considerada *anormal* foi publicado logo depois de um artigo que aponta a

eliminação dos *anormais* como solução social. Isso nos mostra o fato de que a revista não limitava suas publicações a um único ponto de vista, mas se abria para discutir as diversas pautas relacionadas à infância *excepcional*.

Para encerrar essa publicação, há uma seção com indicações bibliográficas acerca da infância *excepcional*, uma ata de uma assembleia geral da SPMG e um balancete com prestação das contas financeiras da instituição. Ao final da revista encontramos também informações gerais como: a situação de atendimento da criança *anormal* em outros países; dados das doenças mentais dos negros de Pernambuco, apresentados por Ulysses Pernambucano; e informações acerca da assistência prestada ao *excepcional* no restante do país, dando continuidade às divulgações da primeira revista.

O terceiro volume da coleção *Infância Excepcional* também integra o boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais e foi publicado no ano de 1937. Diferentemente dos dois primeiros números da coleção, este não trouxe um subtítulo em sua capa. Ao invés disso informou quais assuntos seriam abordados nas 163 páginas dessa publicação: formas de *anormalidade*; hereditariedade; endocrinologia; biotipologia; psicologia individual; educação especial; orientação profissional; assistência à infância desamparada.

Esse volume se inicia com a apresentação do relatório geral das atividades da SPMG no ano de 1935 e pela primeira vez nos é apresentado o conceito de *infância excepcional*. Apesar da expressão já ter sido utilizada nos números anteriores, esse volume pela primeira vez apresenta que *infância excepcional* se define por:

[...] crianças que pela sua própria natureza ou pelas condições do meio em que foram criadas, em virtude de causas endógenas ou influências do meio acham-se, comparadas às demais crianças, sem o ajustamento necessário para crescer sadias, física e moralmente, na família, na escola, na sociedade. (ANTIPOFF, 1937, p. 8).

De acordo com essa definição, a *infância excepcional* seria então caracterizada em relação às demais crianças. No âmbito das comparações a criança é ou não é *excepcional*. Importante ainda salientar que a *excepcionalidade* pode ser algo intrínseco à criança ou adquirido em função do meio em que é criada.

Este artigo de abertura apresentou também muitos elementos relacionados ao financiamento dos trabalhos da SPMG e reforçou a visão que tinham sobre a importância dessa instituição no cenário educacional. Ao encerrar este artigo o balanço das receitas e despesas da instituição foi exposto e dele é relevante destacar que as publicações da SPMG geravam alguma receita para a instituição, mas que naquele momento as doações e as

mensalidades dos sócios constituíam a sua principal fonte de renda.

Em seguida encontramos “O problema dos Menores” escrito pelo padre Álvaro Negromonte. O reverendo discute o problema da evasão escolar entre as crianças pobres que, apesar de ser a maioria dos estudantes dos grupos escolares, não encontrariam um modelo de escola que atendesse às suas necessidades. Negromonte explana sobre as realidades dessas crianças, que enfrentavam longas cargas horárias de trabalho e aceitavam quaisquer tarefas por uma baixa remuneração. Ele chamou atenção ainda para o fato de o trabalho ser proibido aos menores de quatorze anos, mas pouco fiscalizado pelo Poder Público. Além disso, o padre pondera que o trabalho era uma condição essencial para subsistência dessas crianças e que a situação deveria ser encarada com realismo, no sentido de ser regulada. Entre críticas e sugestões em relação às ajudas e caridades que os menores recebiam e as poucas providências tomadas pelo governo, Negromonte fez uma proposta para melhorar a situação dos estudantes das escolas primárias: “a criação de Grupos Escolares que terão um mínimo de escolaridade, e dedicarão o mais do tempo ao aprendizado de artes e ofícios” (NEGROMONTE, 1937, p. 32). Na análise feita por Rafante (2006) sobre o percurso de Helena Antipoff junto ao ensino mineiro, mais especificamente sobre a Fazenda do Rosário, a pesquisadora conclui que “nas instituições criadas por Helena Antipoff, a partir da Sociedade Pestalozzi [...] o trabalho foi o fio condutor do processo educativo” (RAFANTE, 2006, p. 221). Esse resultado corrobora com as ideias expressas por Álvaro Negromonte, que chegou a enviar sua proposta ao secretário de educação. No entanto, Rafante (2006) faz uma crítica a essa educação que prioriza a aquisição de técnicas para o trabalho em detrimento do ensino teórico ou da equiparação entre teoria e prática:

Na Fazenda do Rosário, a união entre ensino e trabalho visava a formação do caráter e a profissionalização dos meninos e, ainda, a construção de uma relação de respeito frente ao trabalho, para que, em última instância, alcançassem uma maior adaptação à sociedade, que, ao contrário do que pensava Marx, não caberia ser transformada, já que os meninos eram encaminhados à instituição justamente para manter a ordem social estabelecida. (RAFANTE, 2006, p. 227).

Conforme a citação indica, Rafante (2006) entende que o modelo que privilegia a profissionalização acima da aquisição do conhecimento teórico e que busca a adaptação do estudante à sociedade em que ele está inserido não seria o suficiente para transformar a realidade dessas crianças. No entanto, o que o Padre Negromonte pondera é que a realidade existente, de grande evasão escolar e dos menores que trabalham em condições inadequadas, estava posta e deveria ser enfrentada como tal. Assim, sua proposta estava direcionada à

melhoria da situação desses estudantes dentro da estrutura existente. Negromonte se adiantou também em rebater as possíveis críticas relacionadas ao “perigo do espírito de classe” que sua proposta poderia gerar. Para tais questionamentos ele antecipa a resposta: “[...] não haverá o perigo do espírito de classe. Não só porque ele já existe (o mal é a luta de classe, e não o espírito), mas porque uma educação como a proposta eleva o nível da classe pobre, agora praticamente abandonada e, portanto, muito inferior.” (NEGROMONTE, 1937, p. 32).

Após a explanação do vice-presidente da SPMG, encontramos alguns artigos que discutem: a relevância da noção da idade mental ser levada em consideração em julgamentos de crimes cometidos por menores; a importância do trabalho realizado pela SPMG; explicações sobre pesquisas em endocrinologia; pesquisas realizadas na SPMG; uso do método da Experimentação Natural; a realidade francesa na assistência às crianças *anormais*. Para encerrar essa publicação encontramos um pequeno resumo das atividades de 1936 da SPMG.

### 3.1.3 - Segunda Fase: Suplementos do Mensageiro Rural

A segunda fase da revista *Infância Excepcional* é composta pelos números 4, 5 e 6. Esses três números foram montados a partir de seis edições da década de 1960. Trata-se de suplementos encontrados dentro do jornal *Mensageiro Rural*.

O *Mensageiro Rural* foi uma publicação mensal da Fazenda do Rosário iniciada em maio de 1953. Segundo a edição número 30 de 1963 a sua finalidade era “chegar aos mais longínquos municípios de nosso Estado, para ajudar e estimular os que trabalhavam no meio rural, e, mais especialmente os que se dedicam à educação.” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1963b, p. 1). As fotos a seguir mostram a identidade visual do jornal e o editorial sobre sua finalidade.



FOTO 4 - Publicação do Mensageiro Rural número 30, ano V, 1963.



# MENSAGEIRO RURAL

(FOLHA DOS EX-ALUNOS DOS CURSOS PARA PROFESSORES RURAIS)

ANO V - N. 30 - FAZENDA DO ROSÁRIO - JANEIRO-FEVEREIRO DE 1963 - IBIRITÉ - E.F.C.B. - MINAS GERAIS

## IN MEMORIAM

### Gustavo de Sá Lessa

#### Extratos de Publicações

Gustavo Lessa era, sobretudo, um grande caráter. O Professor Antão Teixeira, numa expressão feita, definiu-o como um espírito de verdade, (Boletim Informativo de MEC - Dezembro de 1962).

«Homem essencial, aquele que ignora o significado da vida para dedicarse às coisas fundamentais. (Fórum Junior - «Correio da Manhã», de 18-12-62).

Início de tribuna, ele falou por escrito a favor da... (Marecos Ladeira - Presidente da Associação Brasileira de Educação, 18-12-62).

«Homem de espírito, incapaz de suportar a injustiça sem protestar, de sentir fraqueza ou a sua verdade sem a defender, de esboçar uma resposta sem a vencer». (Alves da Mata Machado).

Quando a autógrafo distribuído aos amigos pouco dias antes de sua morte.

«Espírito aproximava-se o fim da vida, o Dr. Gustavo Lessa fez o que poucos homens se lembrariam de fazer: prestou contas a amigos e conhecidos do que foi sua existência.

O trabalho tem a exatidão sem ser a frieza dos relatórios. Assume-se alguma coisa que se chama de vibração das coisas.

Ato de consciência, e de consciência intelectual.

(C. D. A. - «Correio da Manhã» - 7-12-62).

Aquele que chamamos de «Amigo próximo» não está mais entre nós. Foi no dia 4 de dezembro de 1962, acometido de um acidente cardíaco. Faleceu enquanto se encontrava em viagem, após pedir licença de se ausentar, sem se despedir. Sem nenhuma interrupção com os amigos e sua esposa, deixando a esposa e filhos de não ter podido tratar de sua saúde como prova de um grande caráter e a quem se dedicava todo o pensamento. Não se sabe ainda qual a causa da morte. Mas gostaria de saber se si esse homem essencial. O trabalho de verdade, aquele que ignora o significado da vida para dedicarse às coisas fundamentais. (Fórum Junior - «Correio da Manhã», de 18-12-62).

DR. GUSTAVO DE SÁ LESSA não está mais entre nós. A última visita que nos fez foi logo depois de seu aniversário natalício, 8 de setembro de 1962, data em que comemoramos o 30º aniversário de sua criação. Passou conosco três dias, no IBER, na Fazenda do Rosário, trabalhando para obter que tanto o pessoal quanto as coisas estivessem bem, sem qualquer preocupação com o futuro. Foi uma visita de despedida, com o coração cheio de saudade e de saudade social a muitos, vinculando seu nome a uma série de nobres atividades de fundador de elementos decisivos nos campos da Educação Nacional, da Ciência, do Instituto Brasileiro de Estatística, Associação do País e Amigos da Indústria Brasileira, e do Instituto Brasileiro de Estatística, com a sua Fazenda do Rosário, e instituições que não menciono as que ajudou a criar incluindo aquelas com caráter executivo no setor de administração e de regulamentação jurídica, para a lei. Reforçamos a executivo executivo que,



Gustavo Lessa

contatamos com uma centena de pessoas dedicadas à Sociedade Pastoralista tais como Monsenhor Álvaro Neumann, Helena Dias Carneiro, Renato Rocha Aragão da Silveira, Domènica de Oliveira, Roberto Cardoso, do Rio de Janeiro, fez o nosso amigo com a finalidade de transformar a Sociedade Pastoralista de Minas Gerais em uma Fundação Educacional.

Em tal o desejo de que a Fazenda do Rosário um futuro mais definido, mais bem estruturado pelo seu e a possibilidade de conseguir recursos de manutenção, equipamento, construção, etc., que permitia das atividades na procura de argumentos, na procura de obras e pessoas a fim de estar permanentemente atualizado e sem risco de sentir qualquer tipo de significação para o projeto em estudo.

Amigo não se preocupou muitas vezes nas, conforme iniciativa do Dr. Gustavo Lessa, reuniram-se juntamente com o Sr. Secretário de Interior e atual Presidente da Sociedade Pastoralista, Dr. César Bezerra de Lima, Sua Excelência Dr. José de Paula Torres, Secretário de Educação de Minas Gerais, membros da Diretoria das Sociedades Pastoralistas e APAS de todo o Rio. Sem ser aceita, entrava em permanente discussão e provocava necessárias debates para fixar claramente as idéias. Além a base da clareza era a grande preocupação do nosso amigo. Procurava-a com o impulso de um espírito autônomo.

(Continua na pag. 7)

Tudo o que existe tem uma finalidade. O «Mensageiro Rural» tem a sua: chegar aos mais longínquos municípios de nosso Estado, para ajudar e estimular os que trabalham no meio rural, e, mais especialmente os que se dedicam à educação.

Pequenas escolas ou grandes centros pedagógicos podem trocar mensagens servindo-se do nosso «MENSAGEIRO RURAL».

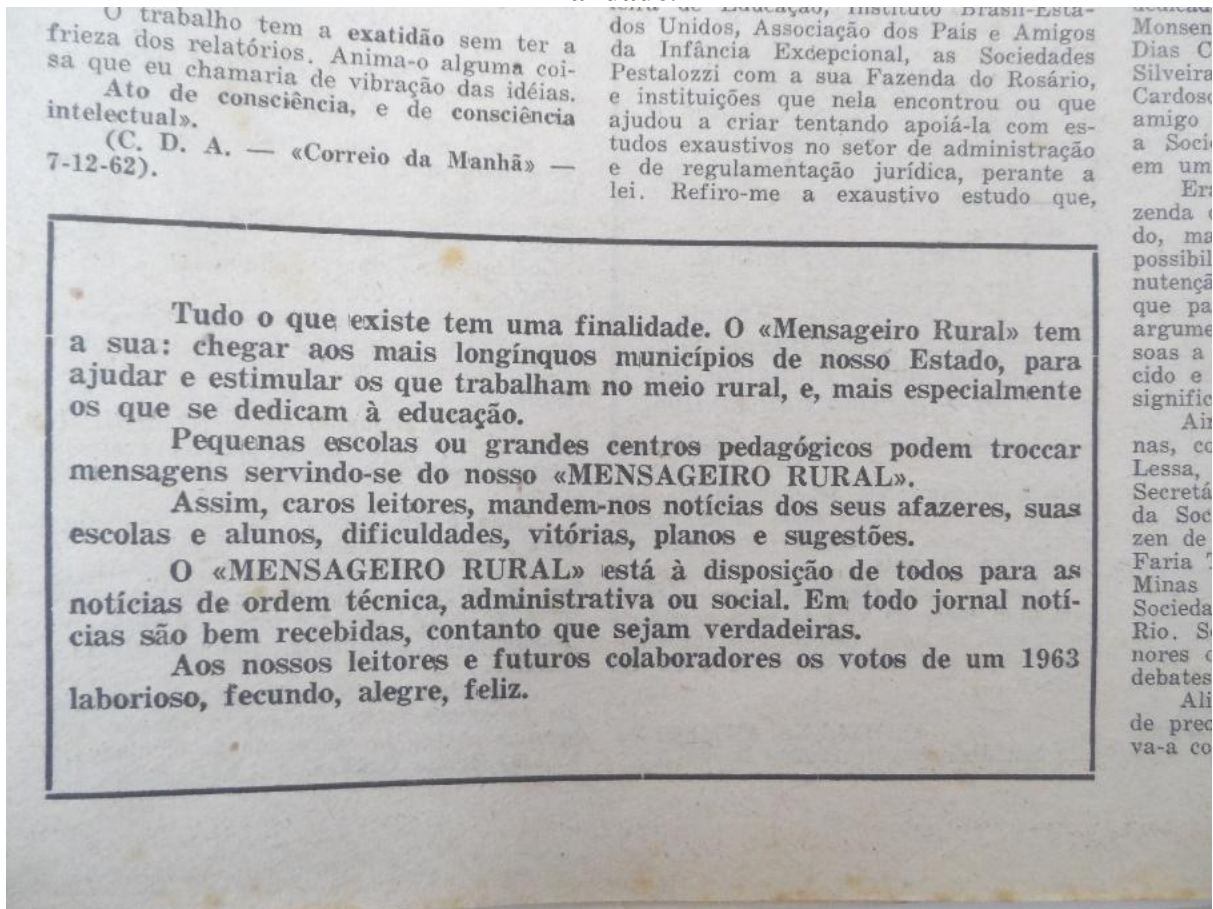
Assim, caros leitores, mandem-nos notícias dos seus afazeres, suas escolas e alunos, dificuldades, vitórias, planos e sugestões.

O «MENSAGEIRO RURAL» está à disposição de todos para as notícias de ordem técnica, administrativa ou social. Em todo jornal notícias são bem recebidas, contanto que sejam verdadeiras.

Aos nossos leitores e futuros colaboradores os votos de um 1963 laborioso, fecundo, alegre, feliz.

Fonte: Fotografia da autora

**FOTO 5 - Publicação do Mensageiro Rural número 30, ano de 1963. Nota sobre sua finalidade.**



Fonte: Fotografia da autora

Como vemos na Foto 5, o *Mensagem Rural* se dispunha a ser um veículo de comunicação, troca de mensagens e experiências entre as escolas, além de um instrumento de informações de ordem técnica, administrativa ou social. Segundo Almeida (2013), o jornal funcionava também como um meio de divulgação das atividades realizadas na Fazenda do Rosário.

Dentro de alguns números do *Mensagem Rural*, foram publicados suplementos sobre a assistência ao *excepcional*. São esses suplementos que formam nossa coleção de interesse. São eles: 1º Suplemento do *Mensagem Rural* publicado em 1962; 2º Suplemento do *Mensagem Rural* publicado em 1963; 3º Suplemento do *Mensagem Rural* publicado em 1963; 4º Suplemento do *Mensagem Rural* publicado em 1964; 5º Suplemento do *Mensagem Rural* publicado em 1964; e o número 34, do ano IX do *Mensagem Rural* de 1965, que todo ele é considerado o 6º suplemento.

A foto 6, a seguir, apresenta a identidade visual do 1º ao 5º suplementos, a mesma do jornal que ele acompanhava. Já a foto 7 apresenta o 6º suplemento, que possui uma identidade

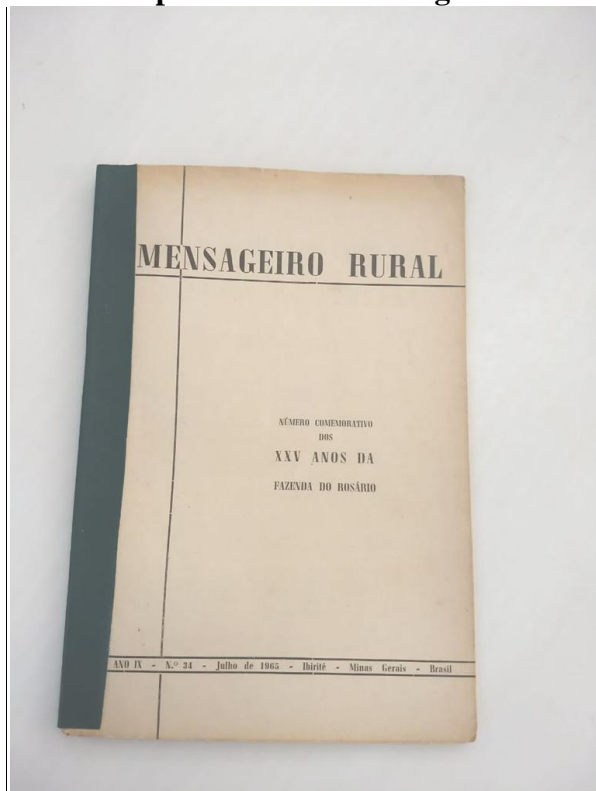
visual diferente dos demais.

FOTO 6 - 3º, 4º e 5º Suplementos do Mensageiro Rural



Fonte: Fotografia da autora

FOTO 7- 6º Suplementos do Mensageiro Rural



Fonte: Fotografia da autora

O primeiro suplemento nos apresenta um conceito de *infância excepcional* extraído do

Boletim Pestalozzi do Brasil<sup>54</sup>. Nele há algumas diferenças que serão discutidas na próxima parte desta dissertação, em relação ao que foi divulgado no boletim número três de 1937. Nesse suplemento encontramos também algumas considerações acerca de: um curso de ensino emendativo realizado na Fazenda do Rosário; recursos e possibilidades para o “trato com o retardado” da zona rural; oficinas pedagógicas; importância da higiene mental em sala de aula; ensino nas classes e escolas especiais; e uma pequena nota sobre a Escola Dom Bosco. É relevante destacar outros dois pontos desta edição. O primeiro é a publicação das conclusões do grupo de pais e amigos dos excepcionais. Nesse texto encontramos informações sobre o início, influência, objetivos e estratégias da organização de associações de pais e amigos dos excepcionais em Minas Gerais. E o segundo é a publicação dos artigos 88 e 89 da LDBEN de 1961, que passou a garantir apoio e colaborações oficiais à iniciativa privada relativa à educação dos *excepcionais*.

No 2º Suplemento encontramos: um artigo sobre meditação; uma nota e um artigo sobre o Seminário de Estudos realizado em comemoração ao trigésimo aniversário da SPMG; a Lei Estadual nº 2.726 de 1962, que reconheceu a SPMG como utilidade pública; uma nota em agradecimento às doações recebidas da Associação Médica de Minas Gerais; informações sobre a SPB e de outros estados; e um resumo do relatório de orientações às classes especiais da Fazenda do Rosário.

O 3º Suplemento traz os objetivos da educação e dos cursos de Ensino Emendativo; uma investigação sobre as obras de assistência à infância *excepcional*; informações sobre o Lar Pestalozzi de Volta Redonda no Rio de Janeiro; uma pequena nota com informações sobre o atendimento direcionado a crianças e adolescentes *excepcionais* em Belo Horizonte; uma nota sobre a necessidade de autoanálise do professor que se propõe a trabalhar com os *excepcionais*, por se tratar de tarefa difícil; e um artigo de Teresinha Rey sobre a importância das ações em âmbito privado para chamar a atenção do Poder Público para a educação dos *excepcionais*.

O 4º Suplemento apresenta o projeto do Instituto Rural Édouard Claparède e inicia uma campanha de doação de verbas para sua execução e transcreve as conclusões do Simpósio de Educação Especial ocorrido em 1963 em Brasília. A publicação traz também notícias das Sociedades Pestalozzi de outros estados, de Juiz de Fora e do curso de férias que teve na Fazenda do Rosário.

O 5º Suplemento celebrava um convênio realizado entre a SPMG e o Governo Estadual de Minas Gerais e noticiava a Portaria nº 03 de 1964 que regulamentava o ensino

<sup>54</sup> Esse boletim era publicado pela Sociedade Pestalozzi do Brasil (SPB), no Rio de Janeiro.

emendativo no estado de Minas Gerais. O suplemento de 1964 também trazia as novidades da SPB e da chegada de um serviço de alto-falante para a Fazenda do Rosário. Encontramos ainda nesta publicação informações sobre o Instituto Naytres Maria de Rezende, sobre o Seminário de Educação Emendativa de 1963 e uma pequena nota com pedido de doações para a SPMG.

O 6º Suplemento foi dedicado ao aniversário de 25 anos da Fazenda do Rosário. A revista rememorou um pouco da história da instituição, agradeceu a diversos atores que passaram e colaboraram com a entidade, divulgaram a programação de comemoração do aniversário e apresentaram algumas notícias novas da instituição. Na publicação há a divulgação de muitas atividades e parcerias promovidas pela Fazenda do Rosário, tanto com o Poder Público quanto com a comunidade de forma geral. Como destaque, apontamos a publicação da minuta de uma lei que pretendia criar o Departamento Nacional De Educação Especial (DNEE). Essa minuta foi escrita a partir de um estudo aprovado pelo grupo de trabalho designado pelo ministro da educação e cultura em 1964. Com essa minuta a educação especial seria organizada por um órgão central ligado ao Ministério da Educação. Com a criação do DNEE as campanhas seriam extintas e suas dotações orçamentárias e seus patrimônios seriam absorvidos pelo novo órgão. Esse órgão não foi instituído, no entanto oito anos depois desta publicação o CENESP foi criado com finalidade similar.

Importante salientar que o período de publicação da segunda fase da revista coincide com os debates acerca do movimento de integração escolar. Segundo Mendes:

Os movimentos sociais pelos direitos humanos, intensificados basicamente na década de 1960, conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com *status* minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável. Tal contexto alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração escolar, sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiências teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças. (MENDES, 2006, p. 388).

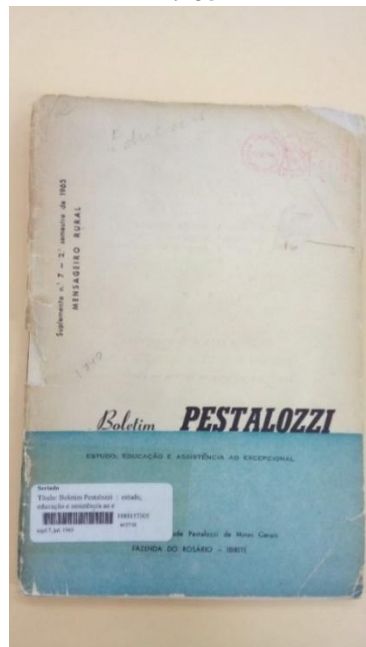
O argumento de que as crianças com deficiência deveriam participar das atividades juntamente com as demais crianças começa a ser difundido nas publicações da segunda fase da revista. O artigo “Recursos para o trato com o retardado da zona rural” publica sugestões de atividades “em prol de uma maior aceitação do retardado na comunidade, dita normal.” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1962, p.4) e diz ainda que “[...] precisamos, pois, trabalhar pra diminuir esse vão, existente entre o pretense normal e o retardado. E isto só será alcançado, diminuindo o isolamento, no qual é feita a reeducação do

menor retardado.” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1962, p.4). Mas, nas fases seguintes o paradigma da integração é ainda mais notável.

### 3.1.4 Terceira Fase: Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural, 2º semestre de 1965 - Definição da identidade visual

Para compor a coleção da revista *Infância Excepcional*, o número 7 corresponde ao boletim publicado com o título Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural, no segundo semestre de 1965. Por se tratar de mais um suplemento do Mensageiro Rural, poderíamos alocar esta publicação no que estamos definindo como a segunda fase da coleção. No entanto, o número 7 possui características que não são semelhantes aos demais suplementos, especialmente no que tange ao formato de impressão e identidade visual. Se os suplementos anteriores eram publicados em formato de jornal, o número 7 foi publicado em formato de livreto e a imagem da capa, com duas cores, foi mantida nas publicações seguintes até seu encerramento.

#### FOTO 8- Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural, 2º semestre de 1965



Fonte: Fotografia da autora

Dentre as publicações da coleção da *Infância Excepcional*, o número 7 é o primeiro a informar quem são as pessoas responsáveis pela publicação. Os três nomes de destaque são de Helena Antipoff como diretora técnica, Fernando Costa como diretor secretário e Yolanda

Martins e Silva como redatora chefe.

No que diz respeito ao conteúdo, encontramos: artigos com apelo religioso; notas de falecimento; divulgação de concessão de prêmio de incentivo ao profissional que atuava em prol do *retardado*; uma retratação com a instituição “Amigos da Criança da Fazenda do Rosário” (ACRIFAR), seguida do seu estatuto, por não ter sido mencionada na publicação especial do *Mensageiro Rural* número 35 dedicado à história da Fazenda do Rosário; divulgação das instituições atuantes na área da educação do *excepcional*; artigos com orientações pedagógicas; um artigo com apresentação de alguns dados educacionais recolhidos por meio do Censo Escolar de 1964, que foi descrito como “das maiores realizações do poder público na área da educação” (SALGADO, 1965, p. 12). É importante lembrar que a ausência de dados acerca da realidade educacional foi muito criticada na primeira fase da revista e que a própria SPMG angariou esforços para tentar constituir uma base de dados em Belo Horizonte para subsidiar seus trabalhos. A revista divulgou também políticas públicas e verbas federais disponíveis para educação do *excepcional* por meio da CADEME, que pela primeira vez foi citada na coleção. Um dos artigos da revista denominado de “Instituto do Excepcional” expôs um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados em Belo Horizonte propondo a criação de um instituto e as formas de o Poder Público acolher as pessoas *excepcionais* após a morte ou a impossibilidade dos pais cuidarem das pessoas com deficiência.

A publicação de número 7 também mostrou a Resolução nº 1.292 de 1964 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>55</sup> a respeito da educação dos *excepcionais*. Nela há a recomendação de que a *educação de deficientes* sempre esteja presente na composição de qualquer plano educacional. Apontando, assim, que a temática relacionada ao ensino especial estava sendo consolidada nos debates públicos.

### 3.1.5 Quarta Fase: *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional*

A quarta fase de publicação da revista *Infância Excepcional* se caracteriza pela definição da coleção. Nesta etapa fazem parte os números 8, 9, 10 e 11. O último número da

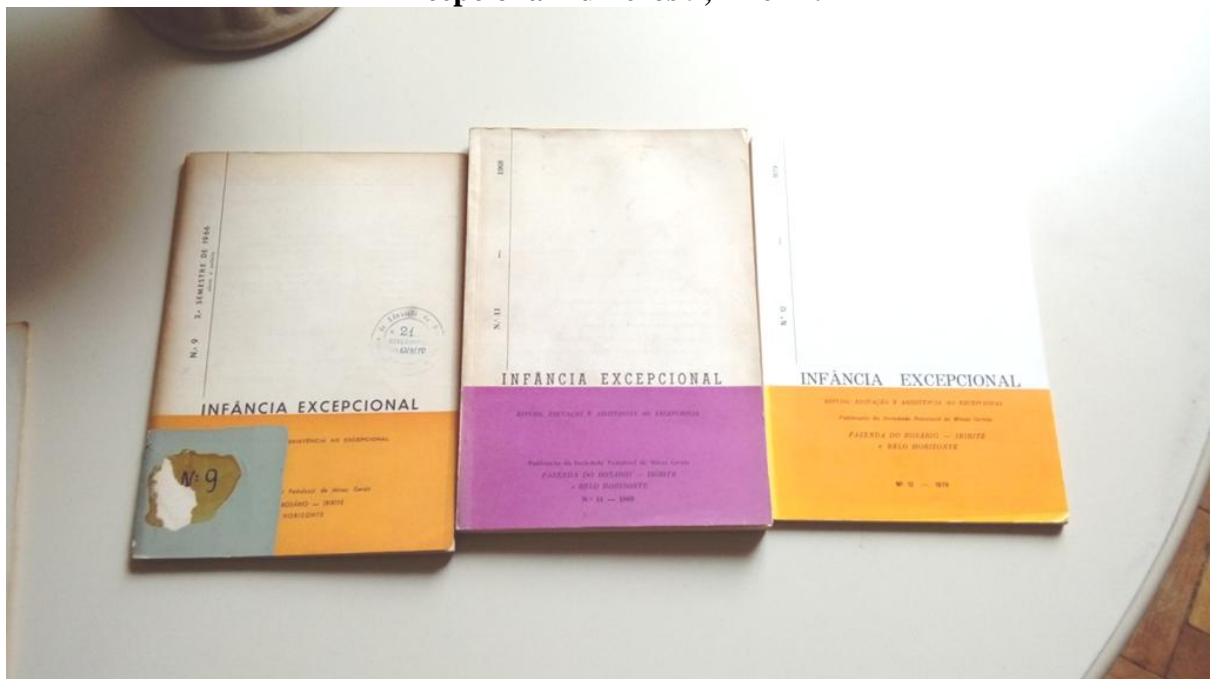
---

<sup>55</sup> “A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades.” Disponível em <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acessado em 02 de fevereiro de 2019.

coleção ficará em uma fase à parte e será caracterizada em seguida.

A partir do ano de 1966 a SPMG deu continuidade às publicações de suas revistas. Para tanto, ao invés de iniciar uma nova revista para compor uma coleção específica, o grupo decidiu iniciar sua publicação pelo número oito. Utilizaram a identidade visual do Boletim Pestalozzi – Suplemento nº 7 do Mensageiro Rural, como pode ser visto na foto 9, e iniciaram a partir de então uma publicação periódica, aproveitando-se de outras publicações para marcar seu início, conforme já apresentado nos tópicos anteriores.

**FOTO 9 - Capa da revista *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional* números 9, 11 e 12.**



**Fonte: Fotografia da autora**

Os três primeiros números das revistas dessa fase foram publicados bimestralmente. Após uma pausa de um ano, a revista de número 11 foi lançada. Esses quatro números possuem, ainda, como características em comum: a manutenção dos responsáveis pela sua publicação; a publicação constante de leis, decretos, portarias e atos dos poderes executivos nacional e mineiro que se relacionam com a temática da revista; considerações acerca da assistência social ao *excepcional*; artigos pedagógicos; a divulgação de cursos oferecidos pela Fazenda do Rosário; e alguns artigos científicos da área da saúde.

A revista de número 8 foi publicada no primeiro semestre de 1966, tem o total de 87 páginas e inicia sua publicação com a explicação dos motivos pelos quais essa coleção possui a numeração 8 e apresenta um resumo breve sobre os conteúdos dos suplementos do



Mensageiro Rural que fazem parte da coleção. Essa publicação, dentre outros artigos, pontuou também as atividades e publicou palestras desenvolvidas no 1º Encontro - Curso Pró Infância Excepcional. Este evento ocorreu no ano de 1966 e teve por finalidade preparar profissionais das áreas jurídicas, da saúde, da educação, da assistência social e da psicologia para trabalharem de forma intersetorial no atendimento da criança *excepcional*. Em seguida encontramos um artigo que celebra os aniversários e conta um pouco da história do IPBH, da Fazenda do Rosário e da SPB.

Destaca-se a publicação das Diretrizes da Educação Emendativa, publicadas no Programa para o Ensino Normal em Minas Gerais de 1964; as recomendações da XXIII Conferência Internacional de Instrução Pública reunida em Genebra em 1960; o decreto que instituiu a CADEME; informações sobre auxílios e verbas disponibilizadas pela CADEME; a publicação da criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor; lista de escolas e classes de ensino emendativo em instituições públicas e particulares no interior e na capital de Minas Gerais; e o relato sobre uma turma de crianças cegas em uma escola em Juiz de Fora. Nesse texto a autora conclui que cegos poderiam frequentar escolas comuns e obter sucesso no aprendizado, mas que os demais alunos deveriam ser preparados para receber os colegas com deficiência visual e tratá-los com normalidade.

A revista número de 8 publicou ainda uma carta assinada pelas Sociedades Pestalozzi e pelas APAEs e dirigida ao presidente do CFE. Nela, dentre outras recomendações, há a apresentação de sugestões para regulamentação do Título X da LDBEN de 1961, que trata da educação especial. As instituições pediam que fossem estabelecidas as regras para distribuição de verba pública e para o funcionamento de estabelecimentos de educação de *excepcionais*.

A nona publicação da coleção foi publicada no segundo semestre de 1966 com 74 páginas e trouxe informações acerca do 2º Encontro - Curso Pró Infância Excepcional de julho de 1966. Nesse registro encontramos as conclusões de grupos de estudos promovidos no encontro. Dentre eles, há sugestões e pedidos direcionados à Secretaria de Educação para que professoras sem estabilidade também pudessem participar dos cursos de educação emendativa, e para que a Assembleia Legislativa Estadual estruturasse os serviços relacionados aos *excepcionais* naquela secretaria. Encontramos também artigos com: divulgações científicas, que relacionam algumas doenças com o desenvolvimento de *retardo mental* nas crianças; a apresentação da organização da educação especial nos Estados Unidos; discussões educacionais; divulgação das publicações da SPMG; exposição das classes de ensino emendativo no interior de Minas Gerais e das Delegacias Regionais de Ensino de

Minas Gerais; notícias do Brasil e de Minas Gerais.

A revista de número 10 foi publicada com 54 páginas que mesclam temáticas pedagógicas; uma homenagem a André Rey, que havia morrido no ano anterior; a portaria estadual de 1963 regulamentando o ensino emendativo; e divulgação de cursos e de instituições, de classes e de escolas especiais em Minas Gerais. Essa revista divulgou também uma política iniciada no estado de São Paulo que passaria, por meio da Secretaria de Saúde, a aplicar o “Teste da Fralda” em recém-nascidos para detectar na terceira semana de vida a carência de uma enzima que apontaria a possibilidade de desenvolvimento de *retardo mental*. A publicação apontava que se tratava de um teste para diagnóstico e intervenção precoce que já era obrigatório em diversos países e indica a leitura da revista número 9 para compreender melhor sobre essa carência enzimática. Dessa publicação destaca-se a publicação de um ato do secretário da educação de Minas Gerais que, em cumprimento à solicitação feita pela CADEME, constituiu um Grupo de Trabalho presidido por Helena Antipoff. O objetivo seria fazer um levantamento da assistência ao *excepcional deficiente mental* em Minas Gerais. O resultado desse trabalho foi publicado em 1968 na revista *Infância Excepcional* número 11. Sobre essa publicação e as sugestões nela contidas serão tratadas na próxima parte dessa dissertação. A revista de número 11, de 159 páginas, também tratou de temas relacionados aos campos da assistência social, da medicina, do ensino da aritmética, da história da Fazenda do Rosário e divulgou o decreto de 1964 que instituiu a Semana Nacional da Criança Excepcional e uma lista de instituições de assistência ao *deficiente mental* em Minas Gerais.

### 3.1.6 Quinta Fase: *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional*

A quinta fase da publicação se caracteriza pelo encerramento da coleção. O número 12 anuncia o fim das publicações da revista *Infância Excepcional* e o motivo seria a falta de recursos financeiros. Como encerramento da revista, o número 12 dedicou suas 84 páginas ao aniversário de cinquenta anos da chegada de Helena Antipoff ao Brasil.

A derradeira revista foi publicada após a morte de Helena Antipoff e de Yolanda Martins e Silva, em 1979. Então os redatores foram: João Franzen de Lima<sup>56</sup>; Archimedes Pereira Guimarães<sup>57</sup>; Maria do Carmo Coutinho de Moraes<sup>58</sup> e Benedita de Paula Rodrigues.

Os artigos dessa publicação rememoram a história das obras e institutos idealizados

<sup>56</sup> Presidente da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.

<sup>57</sup> Neste momento era vice-presidente da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.

<sup>58</sup> Diretora do Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário.

por Helena Antipoff, prêmios que recebeu, apresentam alguns trabalhos realizados pela SPMG e o projeto de criação do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) e do encontro anual. O CDPHA foi oficialmente criado em 1980 e teve Daniel Antipoff, filho de Helena Antipoff, como primeiro presidente até o ano 2000, quando a professora Regina Helena de Freitas Campos assumiu a presidência. E até os dias atuais o CDPHA realiza anualmente o encontro Helena Antipoff e publica o anuário conforme sugerido por Helena Dias Carneiro nas páginas 75 e 76 da revista número 12.

Diante das descrições feitas anteriormente podemos compreender o formato e o ambiente de suas publicações. Percebemos que apesar da construção da coleção, há elementos comuns a todas elas que conferem um caráter orgânico à revista.

Ainda não conseguimos compreender os motivos pelos quais os redatores da revista optaram por reaproveitar e resgatar antigas publicações da SPMG ao invés de iniciar uma nova publicação. No ano de 1966, os formatos das revistas eram outros, a legislação traçava outro olhar sobre a criança *excepcional* e, como veremos a seguir, a SPMG mantinha outra relação com a educação do *excepcional*.

A lógica existente por trás dessa escolha nos importa menos que as informações contidas nessas publicações, que por meio de opiniões e de silêncios, nos apontam diversas mudanças de olhares que a SPMG lançava sobre a educação da criança *excepcional*, sobre os familiares destas crianças, sobre o papel do Estado e da sociedade na assistência ao *excepcional*. A seguir analisaremos as políticas públicas difundidas e propostas nas publicações.

## 4 OLHARES E PERSPECTIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO ESPECIAL: PÚBLICO ALVO, FINANCIAMENTO E FAMÍLIA

### 4.1 Difusão das políticas vigentes

As revistas da coleção *Infância Excepcional* divulgaram diversas políticas públicas existentes para a organização e a promoção da educação especial. Por vezes as notícias acerca das políticas vigentes vinham por meio de um artigo que as contextualizava, outras vezes apenas publicavam-se dispositivos normativos vigentes, como leis, decretos, portarias ou atos do executivo. Importante destacar que nem sempre a publicação desses dispositivos era realizada no mesmo ano de sua instituição. Isso se deve tanto ao fato de as revistas não terem tido uma periodização regular na publicação quanto à necessidade de se reforçar algo que consideravam relevante. Outro fator de destaque refere-se à questão de que muitas legislações não foram efetivadas logo após sua criação. No quadro 3 destacamos os instrumentos normativos publicados nas revistas.

**QUADRO 3 - Dispositivos legais publicados pela coleção *Infância Excepcional*: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional.**

DISPOSITIVOS LEGAIS	REVISTA	OBSERVAÇÃO
Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.	Revista número 4 <sup>59</sup>	Publicaram-se os artigos 88 e 89 da Lei de diretrizes e Bases, referentes à educação do <i>excepcional</i> . A redação da revista destacou que a iniciativa privada passaria a receber mais apoio.
Lei 2.726, de 24 de dezembro de 1962.	Revista número 4 <sup>60</sup>	Reconhece a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais como uma instituição de utilidade pública.
Portaria nº 3 de 1963.	Revista número 5 <sup>61</sup>	Portaria do Estado de Minas Gerais em que o governo estabelecia as normas para a Educação de Excepcionais nas escolas estaduais.
Plano de aplicação dos recursos do ano de 1965.	Revista número 7	Apresentação da dotação orçamentária do ano de 1965 e apresentação das finalidades de cada verba.

<sup>59</sup> 1º Suplemento do Mensageiro Rural - 1962. Ver quadro 1.

<sup>60</sup> 2º Suplemento do Mensageiro Rural - 1963. Ver quadro 1.

<sup>61</sup> 5º Suplemento do Mensageiro Rural - 1964. Ver quadro 1.

Programa para o Ensino Normal em Minas Gerais.	Revista número 8	Publicação da parte do Programa que se refere à área da Educação Emendativa, ofertada como disciplina optativa.
Decreto nº 48.961 – 22 de dezembro de 1960.	Revista número 8	Decreto que instituiu a CADEME.
Lei nº 4.513, de 1 de dezembro de 1964.	Revista número 8	Lei nacional que autorizava o poder executivo a criar a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, que mantinha um representante das APAEs como membro do conselho nacional.
Portaria nº 3 de 1963 – Regulamenta a Educação Emendativa em Minas Gerais.	Revista número 10	A revista de 1966 publica outra vez a portaria que regulamenta a Educação Emendativa no estado de Minas Gerais.
Atos do Secretário, Diário do Executivo de 20 de dezembro de 1966 - nº 22.	Revista número 10	Constitui um grupo de trabalho para responder algumas demandas da CADEME.
Decreto nº 54.188 de 24 de agosto de 1964.	Revista número 11	Instituição da Semana Nacional da Criança Excepcional. A revista 11 foi publicada quatro anos após a publicação deste decreto.
Lei Federal que regula a Educação dos Excepcionais.	Revista número 12	O título “Lei Federal que regula a Educação dos Excepcionais” está na publicação da revista, no entanto não encontramos o número da lei que se refere a publicação. Em seu conteúdo aponta-se que o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Previdência e Assistência Social deveriam se organizar para integrar os diversos serviços e atendimentos ao <i>excepcional</i> .

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados extraídos das revistas *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional*.

Podemos notar que algumas legislações decretadas durante a edição das revistas não foram publicadas nelas, enquanto outras foram divulgadas mais de uma vez. A exemplo do que não apareceu nas revistas, podemos citar o Decreto nº 24.794 de 14 de julho de 1934 em que o Ministério da Educação e Saúde Pública criou a Inspetoria do Ensino Emendativo com finalidade de fiscalização, bem como sua extinção, por força, de lei no ano de 1937. Outros dispositivos de maior expressão, como a LDBEN de 1971 e a instituição do CENESP, também não foram publicados nas revistas. Nesses casos, entendemos que o silêncio diz mais a respeito do momento de organização da própria revista do que da intenção de não divulgá-

los. Isso se deve ao fato de que na década de 1970 houve a publicação da última revista da coleção, que tinha um caráter ensimesmado, voltando-se para a história da própria SPMG.

Como destacado na exposição da metodologia da pesquisa, as políticas públicas não são realizadas apenas por meio da instituição de normas e, por isso, os dispositivos contidos no quadro 3 são apenas exemplos das políticas difundidas pela coleção. Além desses instrumentos podemos citar também a difusão dos diversos convênios celebrados entre a SPMG e a CADEME, materializados por meio de cursos de especialização para professoras, de encontros e de congressos dedicados à educação especial. A SPMG também divulgou as parcerias realizadas com a Secretaria de Educação de Minas Gerais, a exemplo do IPBH, que previa em seu projeto a possibilidade do estabelecimento de parcerias entre Poder Público e a SPMG. Outros convênios como a instalação e o funcionamento de institutos no interior da Fazenda do Rosário para formação de professoras rurais e professoras de educação emendativa também foram destacados.

Outra política destacada na coleção foi a publicada na revista de número 11. Tratava-se da iniciativa do Governo de São Paulo de diagnosticar precocemente, por meio do teste da fralda, os bebês com carência enzimática capaz de atrapalhar o desenvolvimento intelectual da criança. Anteriormente, na revista de número 9, foi publicado um estudo acerca da fenilcetonúria e da oligofrenia pirúvica, detectada por meio do teste da fralda. Essa sequência de publicações aponta o diálogo estabelecido pela revista entre as pesquisas científicas, o estabelecimento das políticas públicas baseadas em evidências científicas e o resultado promovido ou esperado para a população. A revista promoveu esse diálogo de forma indireta, mostrando as vantagens para a sociedade da existência de pesquisas científicas.

Além da exposição das legislações, convênios, parcerias e iniciativas públicas vigentes, a coleção *Infância Excepcional* apontou algumas pressões, incentivos e apoios internacionais para que a área da educação especial fosse desenvolvida. Para tanto, publicou durante a primeira fase<sup>62</sup> da revista as formas de atendimento ao *excepcional* em diversos países da Europa e na revista de número 9 deu maior destaque à experiência transcorrida nos Estados Unidos da América. Como incentivo aos que se dedicavam à área, a coleção divulgou premiações internacionais entregues aos profissionais voltados à educação e a carta divulgada pelo Vaticano em que o Papa parabenizou e incentivou o trabalho em prol dos *insuficientes mentais*. Tais publicações podem ser entendidas como importantes mecanismos para conquistar mais profissionais e voluntários dispostos a se dedicar à temática. Como exemplo de pressão e apoio internacional a revista divulgou algumas conclusões do Congresso

---

<sup>62</sup> Ver quadro 2.

Mundial sobre os Direitos da Criança, realizado em Beirute no Líbano em abril de 1963, que contou com representantes de diversos países. Dentre as ações definidas coletivamente como essenciais para garantia de direitos da criança, está o apoio do Estado para a família das crianças *desajustadas* e a garantia de tratamento respeitoso. As revistas *Infância Excepcional* da década de 1960 também apontaram o apoio financeiro e de capacitação oferecido pela UNESCO. Tais exemplos mostram que a revista estava acompanhando o debate internacional acerca da educação especial e optou por apresentar a seu leitor um pouco do movimento existente fora do país, elucidando-o que a educação do *excepcional* não se limitava mais a iniciativas pontuais. Tratava-se, portanto, de uma causa a ser estudada, desenvolvida e atendida.

A publicação das revistas *Infância Excepcional* está intimamente ligada à história da SPMG e à história da educação especial no Brasil. Conforme o cenário da educação no Brasil se alterava, as publicações também sofriam mudanças expressivas em seu conteúdo e em seu posicionamento. Da mesma forma ocorreu com a SPMG, sua história se modificou ao longo dos anos e, como não poderia ser diferente, cada uma de suas publicações refletia essas mudanças. A começar pela definição do público o qual a revista se dedicava: a *infância excepcional*.

## 4.2 Público Alvo

A ideia de excepcionalidade da infância aparece em todas as revistas da coleção estudada, mas ela é definida de modo diferente com o passar dos anos. A partir da análise das nossas fontes identificamos três motivos para a alteração das definições. O primeiro deles é a tentativa de reduzir o estigma existente contra as crianças *excepcionais*; o segundo é a tentativa de definir com maior precisão o público alvo do ensino especial; e o terceiro motivo é a tentativa de abarcar grupos que não tinham uma atenção especial do Poder Público, mas que também não tinham sucesso na organização escolar.

### 4.2.1 Definição do público alvo

As três revistas publicadas na década de 1930 traziam diversas nomenclaturas para dizer de seu público alvo, o primeiro deles era *anormal*. O conceito da infância *anormal* era amplo e carregava diversas outras designações. Na primeira revista da coleção a definição é exposta:

Considera-se anormal todo o ser que, por sua condição hereditária, ou acidentes mórbidos ocorridos na infância, não pode, por falta de inteligência, ou distúrbios de caráter, adaptar-se a vida com os recursos comuns ministrados só pela família, ou pela escola pública primária, suficientes para a maioria das crianças da mesma idade. (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1933, p. 11).

Pela definição exposta, podemos entender que a causa da *anormalidade* seria inerente à criança. Ela não poderia adaptar-se à vida como as demais crianças por falta de inteligência ou por distúrbio de caráter. Residiria nela o foco do problema. Seja por condição hereditária ou por acidente. Dessa forma, ela deveria ser o foco do trabalho. Consta da revista que a criança não se organizaria e não se desenvolveria dentro da norma padrão estabelecida como outras crianças consideradas normais. Logo, ela seria o foco da intervenção educativa e científica.

O conceito de *anormalidade* circulava nesse período, tanto em artigos quanto na legislação vigente. Mas, ainda faltava precisão acerca de qual criança se encaixava nesse perfil.

A clientela que a Sociedade Pestalozzi pretendia assistir era, de acordo com seus estatutos, aquela formada por crianças “anormais”. Ocorre que, o conceito de anormalidade da época, abarcava as mais diferentes manifestações psíquicas, deficiências de toda ordem, além da delinquência e da infância abandonada. A palavra “anormal” servia para nomear um sem número de casos. (BORGES, 2014, p. 67).

Conforme Borges (2014), havia um excesso de perfis diferentes que eram nomeados como anormais. Essa multiplicidade aparece nas publicações da *Infância Excepcional*, mas todos de alguma forma mantêm a ideia do conceito exposto em 1933: o foco está na criança, é ela que não se desenvolve como as demais.

A busca pela compreensão exata de qual estudante se encaixaria no perfil de *anormalidade* é tarefa bastante árdua. A linha desta distinção é tênue e a classificação poderia ser efêmera.

Definir com precisão o que sejam os anormais não é tarefa de execução fácil [...] por que depende do aspecto ou do sentido com que o problema seja fixado. Por isso, as divergências de conceito entre os autores, conforme critério [...] seguido por cada um. (TEIXEIRA, 1933, p. 26-27).

De modo que um estudante poderia ser considerado *anormal* por determinada linha de análise, mas ser considerado *normal* por outra a depender do ponto de vista profissional. A imprecisão poderia chegar ao ponto de produzir os “falsos deficientes”. Ou seja, por falha na



análise da situação, algumas crianças que não tinham deficiências passaram a ter diagnósticos equivocados em decorrência de: frequência irregular na escola; falhas pedagógicas dos educadores; desnutrição; problemas diversos de saúde; e problemas sociais diversos. (SANTOS, 1937).

Podemos identificar os critérios apontados como *anormalidade* expressos nas revistas, geralmente definidos a partir da educabilidade das crianças. Para Borges (2014), ao analisar as classificações na década de 1930, a imprecisão na definição do público alvo do ensino especial é decorrente de dois fatores principais: da dificuldade para estabelecimento de diagnósticos precisos e confiáveis e pela entrada maciça de um grande número de crianças nas escolas, cujo ambiente extremamente padronizado ressaltava as crianças que escapavam do padrão estabelecido. Para a pesquisadora a categoria *anormal* poderia ser compreendida a partir de três critérios: a inteligência, o comportamento e os déficits físicos e sensoriais.

Os critérios de inteligência tinham nos testes psicológicos as principais fontes de medida e as escolas como principais fontes de queixa. As nomenclaturas que mais aparecem nas revistas publicadas na década de 1930 são: *falta de inteligência; débeis mentais; retardados; deficitários de inteligência retardados mentais; incompletos de inteligência; anormais profundos; anormais psíquicos; idiotas; imbecis; ineducáveis; e mentalmente deficientes.*

Importante salientar que as revistas faziam distinção entre as crianças *anormais* e as crianças *subnormais*. As crianças *subnormais* ou *retardadas pedagógicas* eram classificadas como aquelas que possuíam dificuldades ou atrasos pedagógicos em relação às demais crianças e não aproveitavam adequadamente o ensino coletivo e padronizado. Tal separação era vista como necessária para que, socialmente, houvesse menor estigma em relação à criança e, ao mesmo tempo, para confortar o coração de seus pais (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1933). Essas eram as maiores causas de procura por atendimento nos consultórios médico-pedagógico da SPMG. Para esses casos e para os em que as crianças apresentassem um *retardo* pouco pronunciado a solução sugerida era, geralmente, de cunho pedagógico (BASTOS, 1934).

Quanto ao âmbito comportamental, as revistas citam as crianças que não se adaptavam ao ambiente social e ao sistema educativo. Nesse ponto, a dificuldade de aprendizagem das crianças era atribuída aos maus comportamentos que possuíam. São classificadas como nervosas e antissociais.

Dentro do item referente a perturbações de conduta se contém uma grande

modalidade de estados psicológicos que se podem ligar ao retardo escolar, motivando a má aprendizagem, ou que venham alarmando os mestres e pais, como os tiques, nervosismos, gagueiras, condutas anormais, etc. (BASTOS, 1933, p. 43).

Ao expor esse critério encontramos definições vagas do que seriam “perturbações de conduta”. Ora elas são descritas como uma questão patológica e orgânica, ora elas são descritas como uma questão social, cuja influência do meio é capaz de educar ou prejudicar a criança. Juntamente com essa classificação encontramos em algumas revistas<sup>63</sup> um discurso marcado pelo determinismo<sup>64</sup> biológico e social que se referiam a essas crianças como vítimas da hereditariedade e do meio social em que viviam.

Em finais do século XIX e início do XX, os higienistas, médicos e psiquiatras centravam as explicações de condutas consideradas socialmente indesejadas na hereditariedade e, conseqüentemente, no caráter orgânico e inato dos desvios. Neste caso, tratava-se de um determinismo biológico sem localização [das lesões cerebrais] precisa. Perante a impossibilidade que os primeiros estudos neurológicos encontraram para localizar lesões orgânicas no cérebro que pudessem explicar os desvios de comportamento, a Psiquiatria construirá um grande corpo, um corpo ampliado, que é o da família afetada por patologias. Desde o século XIX e durante grande parte do século seguinte, o discurso dos higienistas, psiquiatras e médicos vai se referir ao caráter hereditário dos comportamentos. (CAPONI, 2007, p. 347).

Essas crianças eram definidas como um risco social futuro, possíveis *delinquentes*. Definidos assim como “[...] *inadaptáveis* – o grande e variado celeiro da delinquência infantil; os futuros criminosos, os anti-sociais” (TEIXEIRA, 1933, p. 17). Não obstante, as revistas apontavam a educação e as ciências afins como meio para combater a força da hereditariedade. À vista disso, uma educação que estivesse organizada em uma metodologia adequada às necessidades dessas crianças poderia ser eficaz na “prevenção à delinquência” e em “prevenir o mal antes que ele se concretize” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1964a, p. 2). Junto a esse discurso de prevenção à *excepcionalidade* a SPMG se colocava, por meio da revista, como uma instituição indispensável para a sociedade, pois responderia à demanda de redução da criminalidade e do combate à *anormalidade* por meio da educação das crianças e de seus pais.

Na publicação da revista de número 5<sup>65</sup> a SPMG divulgou o projeto de criação de uma nova instituição de seu complexo educacional. Tratava-se do Instituto Rural “Edouard

<sup>63</sup>As revistas que mais apresentam essa característica são as revistas número 1, 2, 3 e 5 (ver quadro 1).

<sup>64</sup>Determinismo causal é, vulgarmente falando, a ideia de que todo evento precisa de um evento anterior e condições, bem como leis da natureza. A ideia é antiga, mas se tornou objeto de explicação e análise matemática no século dezoito. [...] Não há acordo se determinismo é verdadeiro (ou sequer se pode ser definido como verdadeiro ou falso) e qual a relevância da ação humana em ambos os casos. (Tradução nossa). <https://plato.stanford.edu/entries/determinism-causal/>.

<sup>65</sup>Que corresponde, juntamente com o 3º Suplemento do Mensageiro Rural, a publicação do 4º Suplemento do Mensageiro Rural publicado em 1964.

Claparède”, descrito na revista como “Obra de assistência a menores desajustados e de prevenção à delinquência [...]” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1964a, p. 1). A revista publicou o abaixo-assinado realizado em julho de 1963 pelas professoras-alunas do 4º Curso de Educação Emendativa do ISER e que foi enviado para o secretário<sup>66</sup> de educação de Minas Gerais da época. O documento apontava a importância da obra para, segundo elas, prevenir o mal e evitar a delinquência juvenil (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1964a), apontando assim a relação direta entre a criança de *conduta difícil* e um futuro relacionado ao crime. Para que a relação entre a má conduta e o crime fosse rompida a intervenção seria a única alternativa. Dessa forma, a classe dos intelectuais representada pela SPMG apresentava tanto para os governantes, por meio do abaixo-assinado, quanto para a sociedade civil, através da publicação na revista, a importância de uma intervenção educativa específica sobre as crianças *desajustadas*.

Quanto aos critérios de *anormalidade* por déficits físicos e sensoriais, eles abarcavam aqueles que possuíam doenças, deficiências sensoriais, ou sequelas de traumas.

As doenças físicas, embora fossem mais fáceis de detectar, traziam um problema para a escolarização das crianças. Algumas dessas crianças podiam ter problemas físicos associados ao atraso ou retardo, mas muitos casos eram de crianças que tinham limitações físicas, sem no entanto, possuir limitações mentais. Novamente, o conceito de anormalidade engloba esses casos, sem distinção. (BORGES, 2014, p.82).

Como podemos perceber, apesar de possuir um diagnóstico um pouco mais preciso esses casos ainda englobavam uma diversidade de situações. Nesse grupo, encontravam-se as crianças com sequelas de lesão cerebral, as crianças com deficiência auditiva e deficiência visual, as crianças que tiveram sequelas diversas em decorrência de doenças que sofreram ou as que a mãe sofreu ao longo da gestação. Essas crianças também eram acolhidas pela SPMG.

Borges (2014) problematiza o excesso de nomeações transmitidas às crianças classificadas dentro do espectro do conceito de *anormais*. A pesquisadora aponta que a abundância de termos e critérios para que uma criança seja considerada normal invertia a lógica de análise, tornando a *criança normal* uma exceção à regra. A revista *Infância Excepcional* não tratava especificamente do público alvo da educação especial como conhecemos hoje, mas das crianças classificadas como alvo do ensino especial de cada período em que a revista era publicada. Nas publicações da década de 1930 o termo mais utilizado era infância *anormal*, apesar de já trazer em seu título a ideia de infância

---

<sup>66</sup> O abaixo assinado foi endereçado ao Dr. José de Faria Tavares, Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais entre 15/05/62 e 17/04/64.

*excepcional*. Mas o conceito de excepcionalidade só foi definido e utilizado com mais frequência com o passar dos anos.

#### 4.2.2 *Infância Excepcional*

A ideia de excepcionalidade esteve presente em todas as fases da coleção *Infância Excepcional*, da primeira a última revista. No entanto, foi apenas em 1937, na revista de número 3 que o conceito de infância *excepcional* foi definido para o leitor:

[...] infância excepcional; isto é, criança que pela própria natureza ou pelas condições do meio em que foram criadas, em virtude de causas endógenas ou influências do meio acham-se, comparadas às demais crianças, sem o ajustamento necessário para crescer sadias, física e moralmente, na família, na escola, na sociedade. (ANTIPOFF, 1937, p. 8).

Consoante ao seu período de publicação, o conceito ainda abarcava a comparação com as demais crianças e depositava nelas e no meio social em que viviam a responsabilidade pelas suas condições. Alterou-se a nomenclatura, mas a definição ainda guardava resquícios da ideia de *anormalidade*.

Embora não tenha sido criado por Helena Antipoff, ela foi uma entusiasta da utilização do termo *excepcional* no Brasil. A proposta era empregar esse vocábulo em substituição a diversas nomenclaturas com o objetivo de reduzir os estigmas que rondavam as crianças. Em entrevista concedida em 1934 ao Jornal Estado de Minas, Helena Antipoff esclarece os motivos:

[...] Na verdade, sou eu mesma que estou lançando esta denominação [excepcional] aqui em Belo Horizonte e não sei se vai ser aceita nos demais estados. Destina-se a atenuar as denominações que tinham sido utilizadas nas nossas primeiras publicações, tais como crianças anormais, imbecis, idiotas, um tanto pejorativas. Não acha? (CIRINO e VIANA, 1984, p. 14).

Dessa forma, a escolha do nome *Infância Excepcional* para a revista é, por si só, um posicionamento político e aponta uma postura não monolítica da SPMG. Ademais, difundir o novo conceito por meio de uma revista que tinha um público leitor tão diversificado, como pais, professores e médicos, pode ter sido uma estratégia para influenciar na adoção da nova terminologia para que seu uso se tornasse público.

No ano de 1966 a revista de número 8 expôs uma nova definição para o conceito de *infância excepcional*. Essa publicação, além de apresentar algumas mudanças conceituais,

avança na busca por maior precisão do conceito.

O termo “Infância Excepcional” é interpretado de maneira a incluir os seguintes tipos: os mentalmente deficientes, todas as crianças fisicamente incapacitados, os emocionalmente desajustados, bem como as crianças superiormente dotadas, enfim, todos os que requerem consideração especial no lar, na escola e na sociedade. Tais excepcionais compreendem os seguintes grupos:

- a) retardados mentais de vários graus,
- b) os total ou parcialmente deficientes de visão, audição e linguagem,
- c) os indivíduos com desordem neuro-psiquiátricas, distúrbios emocionais e desvios de conduta,
- d) os portadores de defeitos físicos manifestos, sobretudo no aparelho motor,
- e) os superdotados do ponto de vista do caráter, das aptidões artísticas ou científicas. (LIMA, ANTIPOFF, PEREIRA e GUERINO, 1966, p. 67).<sup>67</sup>

Nessa conceituação as causas atribuídas à *excepcionalidade* da criança não são mencionadas. Define-se, na revista, que “todos os que requerem consideração especial no lar, na escola e na sociedade” estão incluídos nesse grupo, especificando ainda as características desse conjunto. A mudança mais expressiva em relação à ideia de *anormalidade* ou ao primeiro conceito de *infância excepcional* é o acréscimo das crianças *superdotadas*. O termo *excepcional* deixaria de ser vinculado, exclusivamente, àquilo que faltava nas pessoas, ao déficit. Os *excepcionais* passariam a ser todos aqueles que requeressem considerações especiais na sociedade.

[...] ninguém gosta de achar que é atípico ou diferente, assim como o fato de que o termo excepcional historicamente tenha sido usado para crianças bem dotadas e de que as qualidades de talento são essencialmente positivas na mente popular significa que quando usadas com grupos de indivíduos incapacitados, o termo também lhes transfere as mesmas qualidades positivas (CRUICKSHANK *apud* BUENO, 2011, p. 36).

Dessa forma, a carga negativa atribuída às expressões anteriores seria substituída pela ideia de *excepcionalidade*, de algo que é diferente, mas não necessariamente ruim ou danoso. No entanto, não há consenso na literatura acerca dos benefícios dessa mudança vocabular. Para Jannuzzi (2012) as mudanças terminológicas não promoveram a diminuição de estigmas, uma vez que a centralidade do debate está naquilo que falta à criança, assim substituir termos pejorativos por outros só reduziria a carga negativa temporariamente.

Bueno (2011) afirma que o debate acerca da mudança terminológica não pode se limitar ao aspecto linguístico, mas deve englobar as relações sociais historicamente

<sup>67</sup> O 1º Suplemento do *Mensageiro Rural: Assistência ao Excepcional*, que foi incluído na coleção como o quarto número da revista *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional* publicou em 1962 uma definição semelhante para o conceito, mudando apenas uma palavra: “O termo” ‘Infância Excepcional’ é interpretado de maneira a incluir os seguintes tipos: os mentalmente deficientes, todas as crianças fisicamente **empeçadas**, os emocionalmente desajustados, bem como as crianças superiormente dotadas, enfim, todos os que requerem consideração especial no lar, na escola e na sociedade. (SPMG, 1962, p. 1, grifo nosso).

construídas. Para o pesquisador, a utilização do termo *excepcional* relaciona-se com o processo de participação e exclusão da camada empobrecida da população nas escolas por dois motivos: primeiro por depositar no âmbito individual o problema do rendimento escolar e segundo porque rotula e exclui a criança da escola comum, mas não fornece atendimento suficiente, por falta de vagas, para todas as crianças designadas como *excepcionais*.

É dentro desse contexto histórico, quando se intensifica o processo de participação/exclusão das camadas populares, que o termo *excepcional* passa a ser utilizado. (...) porque responde de forma mais precisa ao processo de seletividade da escola, o qual, por sua vez, reproduz no âmbito da educação o processo de participação-exclusão do extrato mais baixo da classe trabalhadora. (BUENO, 2011, p. 50).

Para Bueno (2011) além do processo de participação e de exclusão, o termo ainda não contribuiu para a redução dos estigmas, uma vez que a explicação do termo *excepcional* não excluía as denominações pejorativas que se pretendia substituir como: *diminuídos*, *deficientes*, *retardados* ou *incapacitados*. Porém, no que tange a análise de nossas fontes documentais, é possível notar que a nomeação das crianças ao longo das publicações sofreu alteração significativa. As revistas publicadas nas décadas de 1960 e 1970 contêm uma variedade menor de nomenclaturas para se referir à *criança excepcional* e o termo *anormalidade* caiu em desuso. Para além do debate da nomenclatura utilizada, a revista publicou artigos que discutiam diversas questões que, direta ou indiretamente, contribuía para precisar o público alvo do ensino especial e para desmistificar os estigmas que rondavam os estudantes *excepcionais*. A exemplo disso, citaremos dois artigos publicados na década de 1960.

Em 1966 foi publicado na revista de número 10 o artigo “Estudo de alguns casos que cursaram o 4º ano no Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte<sup>68</sup>”. Esse texto noticiava os resultados alcançados por alguns estudantes do IPBH e a vida profissional que conquistaram. O artigo apontava como, com a ajuda da família, os estudantes poderiam se desenvolver e superar as expectativas impostas sobre suas capacidades.

No ano de 1968 a revista 11 da *Infância Excepcional* publicou o artigo “Aspectos Pediátricos no Diagnóstico da Deficiência Mental<sup>69</sup>”. O texto aborda a importância do diagnóstico precoce da *deficiência mental* e os fatores que interfeririam no desenvolvimento intelectual da criança. Nele o autor chama a atenção para as diversas dificuldades de

<sup>68</sup> O texto é de autoria da professora Joanita Saraiva e foi transcrito do Boletim Psico-Pedagógico do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, publicado originalmente em março de 1960. Alguns artigos publicados na *Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional* eram transcritos de outros boletins ou revistas, ao mesmo tempo em que outras revistas publicavam artigos da revista da SPMG.

<sup>69</sup> Artigo de autoria de Waldemar Monastier, berçarista do Hospital São Vicente – Curitiba.

aprendizagem apresentadas pelas crianças e que poderiam ter causas variadas e não configurar um caso de *deficiência mental*. Dentre elas o autor cita: dificuldades de organização de linguagem; erros pedagógicos dos profissionais de ensino; insuficiência visual ou de audição; e a superdotação.

É preciso frisar que no ciclo de políticas públicas, definido por Stephen Ball e Richard Bowe e exposto por Mainardes (2006), o contexto de influência é definido como aquele que inicia o debate acerca de uma questão de interesse público. Essa influência é exercida por diversos meios e colocada como pauta de debate público:

O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social. Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência. (MAINARDES, 2006, p.51).

Assim, o discurso em formação sofre interferência das manifestações disponíveis nas arenas públicas<sup>70</sup> de ação. É desta maneira que os artigos e o próprio nome da revista *Infância Excepcional* trabalharam em prol da redução dos estigmas: por meio da substituição da nomenclatura *anormal* por *excepcional*, e da busca, ao longo do tempo, por uma definição mais precisa do público alvo do ensino especial.

Essa busca, por parte da revista, era importante na medida em que as primeiras políticas públicas de âmbito nacional para o *deficiente mental* começavam a ser definidas. Quando o Governo Federal se ocupava das deficiências sensoriais, a definição era mais clara: deficientes auditivos e deficientes visuais. Mas, quando o decreto que institui a CADEME foi publicado, a destinação da verba federal é especificamente para “[...] crianças retardadas e outros deficientes mentais [...]” (BRASIL, 1960, art. 3º). Logo, a infinidade de termos anteriormente utilizados e as definições vagas deveriam dar lugar a uma delimitação que correspondessem ao disposto na política que começava a nascer.

---

<sup>70</sup> “As arenas públicas são o palco em que se defrontam atores estatais, privados e redes de interesses, onde as interações acontecem com mais vigor na interpretação e na problematização de determinado desafio.” (SARMENTO, 2012, p. 25).

#### 4.2.3 A inclusão dos inadaptados<sup>71</sup>

Quando a CADEME foi instituída, a SPMG já estava consolidada como um complexo institucional que trabalhava em prol de diversas situações educacionais. Dentre essas situações, conforme já mencionamos anteriormente, encontravam-se as *crianças desajustadas*. Ao longo dos anos a *Infância Excepcional* publicou diversos artigos que tratavam da situação e dos desafios relacionados aos estudantes que não se comportavam dentro dos padrões estabelecidos, naquela época, para uma sala de aula, na maior parte das vezes tratava-se de: crianças que viviam nas ruas; crianças com histórico de agressividade doméstica; crianças que haviam cometido algum delito; e crianças pobres no geral. No entanto, o decreto da CADEME especifica que sua finalidade era a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional das crianças *retardadas* e de outros *deficientes mentais*. Ou seja, as *crianças desajustadas* não estavam incluídas como público alvo dessa política.

A LDBEN de 1961 estabeleceu que “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e **relativa à educação de excepcionais**, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (BRASIL, 1961, art. 89, grifo nosso). Porém, a mesma lei não definiu quem eram os estudantes alvo da *educação dos excepcionais*, deixando em aberto esse conceito tão complexo de ser definido. Na explicação, já citada anteriormente, publicada pela revista *Infância Excepcional* os *emocionalmente desajustados* estavam inclusos nessa definição, mas no âmbito das políticas nacionais não havia clareza quanto a sua inclusão.

Em 20 de dezembro de 1966 foi publicado no Diário do Executivo de Minas Gerais a formação de um grupo de trabalho o qual Helena Antipoff presidiu. O objetivo desse grupo era responder a uma demanda da CADEME e do MEC no tangente a quatro pontos:

- 1 – Quais os recursos disponíveis, no Estado, para atender os deficientes mentais [...].
- 2 – Quais as medidas necessárias ao estabelecimento de programa global de educação e reabilitação dos deficientes mentais.
- 3 – Como coordenar as atividades do Estado, com as dos Municípios, e entidades particulares, para uma ação conjunta.
- 4 – Quais as medidas sugeridas para esclarecimento público sobre o problema da deficiência mental. (SPMG, 1968, p. 71).

<sup>71</sup> “Entre os diversos termos para caracterizar esses indivíduos irrequietos, instáveis, desajustados, transviados, pré-delinquentes, pré-doentes mentais, foi escolhido termo ‘inadaptado’ (em uso na terminologia francesa) porquanto todos eles, do ponto de vista de conduta, apresentando problemas de adaptação à vida social comum no lar, na escola e na comunidade – requerem ambientes, tratamento e pessoal médico-pedagógico e auxiliares especializados.” (SPMG, 1968, p. 74).



Em 1968, na revista de número 11, foi publicado o relatório de conclusão do grupo de trabalho. A primeira sugestão feita, ainda na introdução do relatório, foi a de ampliação do grupo de *excepcionais* atendidos pela CADEME, com inclusão do grupo de *inadaptados*. Essa sugestão foi justificada da seguinte forma:

[...] são numerosos os indivíduos não deficientes mentais, porém, com problemas de conduta, para os quais não foi previsto setor especial no esquema da administração oficial de ensino e educação [...] no entanto, numerosa presença de menores desse tipo nas Escolas representa problemas da mais difícil solução. (SPMG, 1968, p. 73 - 74).

Ou seja, a revista publica uma sugestão direta feita ao Poder Público para que crianças *inadaptadas* sejam incluídas nas políticas da CADEME. Helena Antipoff esteve à frente de todo esse processo, agindo como uma empreendedora da causa<sup>72</sup>. Ela trabalhou tanto para que o Poder Público assumisse a ação, quanto para dar publicidade à questão e mobilizar a opinião pública acerca da importância, segundo o ponto de vista da SPMG, da inclusão desse grupo de estudantes no rol das *excepcionalidades*, argumentando a partir da falta de amparo especial destinado a essas crianças.

Para Bueno (2011), a inclusão dos *desajustados emocionais e sociais* no conceito de *excepcionalidade* funcionou como mecanismo de seletividade social ao mesmo tempo em que legitimava a pretensão de democratização da escola. Dessa forma, os estudantes que possuíam condutas sociais indesejáveis eram, por meio da classificação de *excepcional*, retirados das escolas e classes comuns por necessitarem de tratamento e metodologias especializadas.

[...] além da ampliação de oportunidades educacionais para crianças que possuíam dificuldades pessoais que prejudicavam sua inserção em processos regulares de ensino, a ampliação da educação especial espelhou muito mais o seu caráter de avaliadora da escola regular, a qual, por trás da igualdade de direitos, oculta a função fundamental que tem exercido nas sociedades capitalistas modernas: a de instrumento de legitimação da seletividade social (BUENO, 2011, p. 98).

A análise de Bueno (2011) é de fundamental importância para pensarmos as diversas nuances e complexidades da história da educação especial. Ela pode ser analisada tanto pela ótica da luta pelo direito à educação quanto pelas disputas que envolvem a constituição das políticas educacionais. No entanto, essa análise não pode ser realizada na dicotomia inserção / segregação.

---

<sup>72</sup> “[...] *empreendedores da causa* [...] São atores que assumem a ação pública em defesa de determinada causa de interesse coletivo. Eles têm a tarefa de mobilizar a opinião pública, apresentar documentos, relatórios, estudos técnicos; publicizar o desafio mediante comícios, entrevistas, filmagens, articulação de redes de apoio, difundir as reivindicações.” (SARMENTO, 2012, p. 245-25).

### 4.3 Financiamento

A temática relacionada ao financiamento das atividades desenvolvidas pela SPMG é importante para compreendermos as publicações das revistas da coleção *Infância Excepcional*. Com o passar dos anos a fonte de financiamento dos trabalhos realizados pela SPMG se diversificou e as revistas acompanharam essas mudanças como veremos a seguir.

#### 4.3.1 Financiamento e Autoimagem

A revista de número 1<sup>73</sup>, publicada após um ano de fundação da SPMG, apresentou o estatuto da instituição. Nele havia a informação de que o orçamento previsto para patrocinar as atividades da entidade seria oriundo de “[...] contribuição dos sócios, subvenções, legados, donativos, produtos de jogos esportivos, festas, conferencias e dos bens que a sociedade vier a adquirir” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1933, p. 14).

Como organização privada de cunho filantrópico, a SPMG deveria buscar os meios para sustentar seu próprio trabalho. Para tanto, a instituição deveria apontar para a sociedade civil que o trabalho desenvolvido por ela era importante o suficiente para receber doações, atrair sócios e angariar simpatizantes voluntários para apoiar as suas ações. Nesse sentido, a promoção da imagem da SPMG por meio da publicação da revista era uma estratégia para mostrar para o público geral a importância do atendimento realizado pela instituição. Na revista de número 1 essa intenção fica evidente quando o vice-presidente da SPMG esclarece a justificativa para publicação da revista: “Eis os motivos desta publicação, que é, ao mesmo passo, uma apresentação de trabalhos realizados, e um apelo à inteligência, ao coração e a generosidade do nosso povo em prol do melhoramento mental e moral das crianças retardadas”. (NEGROMONTE, 1933, p. 7). Ou seja, os trabalhos da recém-criada SPMG seriam mostrados para seus leitores ao mesmo tempo em que estes poderiam se sensibilizar e apoiar as ações da instituição. Na revista de número 2 a importância desse esforço fica mais clara quando o vice-presidente da SPMG revelou que havia opositores aos trabalhos da instituição:

Por aí fica bem claro que não tinham razão os que se opunham à nossa Sociedade, como coisa inútil. O bem que se fez evidencia não tanto a sua utilidade, mas uma

---

<sup>73</sup> Que corresponde ao Boletim da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais de número 12, publicado em 1933. Ver quadro 1.

verdadeira necessidade. Ao mesmo tempo ficam refutados os que pensavam ou pensam, que não existe, entre nós, o material humano de que a “Pestalozzi” tem cuidado. (NEGROMONTE, 1934, p. 07).

Nesse trecho Negromonte aponta algumas adversidades sofridas pela SPMG: o fato de algumas pessoas entenderem que a sua manutenção seria irrelevante para a sociedade e a crença de que não havia tantas crianças *anormais* para que fosse necessária a manutenção de uma entidade dedicada a elas. Nesse contexto a educação da criança *anormal* não fazia parte dos debates públicos, não estava na agenda governamental e havia invisibilidade desse público na sociedade belorizontina.

Em outro artigo, na mesma revista, um dos médicos da instituição escreveu que “é verdade que não poucos desconhecem a magnitude do problema da infância excepcional e a grandiosidade de sua solução. Não tem faltado quem censure a aplicação de verbas à educação e socialização dos retardados” (GOMES, 1934, pg. 29). A crítica à aplicação de verbas para educação dessas crianças era algo nocivo aos trabalhos da SPMG que dependia do apoio da sociedade civil e das autoridades para manter e expandir suas atividades. Tendo em vista tais apontamentos, era necessário que a SPMG divulgasse os benefícios de suas ações para toda a sociedade, não somente para as crianças que seriam atendidas.

Para conquistar o apoio social, a coleção *Infância Excepcional* foi uma aliada. Durante todo o período em que os trabalhos da SPMG foram financiados por doações, na lógica da caridade, seja da sociedade civil ou do Poder Público, a publicação da revista apresentou um forte apelo à construção e promoção da imagem da entidade. Para construção dessa imagem as revistas da primeira fase<sup>74</sup> recorriam: às narrativas dos atendimentos realizados nas escolas, mostrando os materiais doados e as instruções repassadas às professoras; aos apontamentos das falhas existentes nas escolas e propunham formas de melhorias; à publicação de inquéritos e atendimentos realizados nos consultórios médicos-pedagógicos e os benefícios alcançados; à crítica da falta de estatística no Brasil relacionada às crianças *excepcionais*; e à divulgação da situação de atendimento em outros países e a atenção dada aos *excepcionais* fora do Brasil. Ou seja, por meio da revista a SPMG colocava o tema do ensino especial em pauta para seus leitores, dava a visibilidade necessária às crianças *excepcionais*, mostrava que fora do Brasil este era um tema que já estava sendo trabalhado, apontava as possíveis soluções para a educação dos *excepcionais* e divulgava as competências e qualidade do trabalho da SPMG para tal empreitada.

Para extrapolar o atendimento às crianças, as publicações indicavam a relação

---

<sup>74</sup> Ver quadro 2.

existente entre a falta de educação específica voltada às crianças *excepcionais* e os males sociais que futuramente poderiam causar, segundo a visão da revista. No caso das crianças *desajustadas* as revistas apontavam que elas seriam futuros criminosos. No caso das crianças com déficits intelectuais e físicos elas seriam um peso custoso para o governo sustentar e, conseqüentemente, para toda a sociedade. Assim, a SPMG auxiliaria essas crianças a serem capazes de promover o autossustento e se ajustarem aos padrões sociais esperados, aliviando futuramente a sociedade civil. Na revista de número 3, por exemplo, há a publicação do discurso de Teixeira na inauguração do Pavilhão Noraldino de Lima no IPBH. Nele há a defesa da educação dos *excepcionais*, com os métodos considerados adequados à época, para que pudessem deixar de ser um peso social e econômico e para que se evitasse um futuro criminoso.

Por isso, os povos civilizados não se poupam despesas nem cuidados cada vez maiores no sentido de ampliar e aperfeiçoar os meios de educação das crianças deficientes.

Por puro humanitarismo? Não, certamente, embora só essa feição justificasse iniciativas dessa ordem.

Mas, é que sobreleva a tudo o aspecto econômico do problema, aspecto esse que é o único capaz de mobilizar medidas coletivas de caráter amplo e de duração permanente.

O sentimentalismo puro, os impulsos filantrópicos, por si sós, nas ações coletivas, são sempre maus mobilizadores de capital. (TEIXEIRA, 1934, p. 22).

Teixeira (1934) mostra que a justificativa para a educação do *excepcional* não residiria em puro humanitarismo, mas no bem comum da sociedade. O autor mostra-se convicto de que esse seria o melhor caminho para mobilizar a sociedade e as autoridades para apoiarem as atividades da SPMG.

O trabalho desenvolvido pela SPMG para convencer a sociedade e as autoridades da importância do atendimento à criança *excepcional* foi um dos primeiros passos dados em Minas Gerais para que essa questão fosse encarada como uma demanda política a ser problematizada. A SPMG foi criada em um contexto em que estratégias para educação da criança *anormal* ainda não haviam sido traçadas pelo governo. O ensino especial ainda não era um problema político a ser resolvido.

[...] o fato social só se torna problema público quando a sociedade civil perceber que pode agir objetivamente para melhorar a situação. É, por conseguinte, o produto de uma ação coletiva que implica a interação de vários atores sociais. A partir do momento em que a solução do fato problematizado passar por medidas a serem adotadas pelo poder público, nasce o chamado *problema político*. (SARMENTO, 2012, p. 23).

Por mais que a SPMG, na década de 1930, ainda não trabalhasse no sentido de exigir que o Poder Público assumisse a educação dos *excepcionais* como um dever, ao colocar essa demanda no debate público a instituição estava apontando a necessidade da adoção de medidas para resolução do problema<sup>75</sup>. Com o passar dos anos a SPMG foi capaz de colocar a temática em pauta e de envolver diversos atores na construção de uma rede de debates e atendimentos à infância *excepcional* em Minas Gerais<sup>76</sup>.

Esses atores mobilizados pela SPMG estavam, na década de 1930, integrando-se aos poucos no debate promovido pela instituição. Naquele momento o apoio dado pelo governo às atividades da SPMG ainda estava no âmbito da caridade, visto como um favor. O secretário geral da SPMG ao agradecer o apoio e as doações que receberam para manutenção da instituição colocou o governo no mesmo patamar que a sociedade civil. Ou seja, ambos apoiavam voluntariamente a educação das crianças *excepcionais*.

É confortador assinalar que, na consecução dos nossos objetivos, não nos faltaram a simpatia, o interesse e o amparo da Sociedade, da Igreja, da Imprensa e do Governo, na elevada compreensão de suas finalidades. Associação popular, teve suas rendas mantidas exclusivamente pela modesta contribuição popular. [...] Todos os jornais da capital abriram as suas colunas para a propaganda dos fins e ideais da Sociedade Pestalozzi. Ao Rotary Club devemos o presente de 60 capotes e outro tanto ao Secretário do Interior. E do Governo, na pessoa ilustre de Noraldino Lima, perfeitamente integrado no magno problema da infância excepcional, todas as facilidades, incentivo e apoio material temos amplamente recebido. (GOMES, 1934, p. 28).

Ou seja, o governo apoiou as atividades desenvolvidas pela SPMG por meio de uma autoridade que se sensibilizou pela temática. Esse apoio ainda não era considerado uma obrigação do estado.

As publicações traziam constantemente a prestação de contas do financiamento de suas atividades. Elas agradeciam aos doadores, como feito por Gomes (1934), e divulgavam o balanço financeiro anual da SPMG, mostrando como as verbas eram angariadas e onde eram investidas. Se nas primeiras revistas percebemos o esforço da instituição em apresentar seu trabalho e buscar apoio financeiro, as revistas da década de 1960 trazem outra característica: a marca do financiamento oficial do Estado para as atividades da SPMG.

<sup>75</sup> Como resolução do problema a SPMG trabalhava na perspectiva da educação e da prevenção. Por um lado, na educação das crianças *excepcionais* para que essas conquistassem a vida mais autônoma que fosse possível. Por outro lado, na prevenção dos casos em que se pudesse ser evitado por meio da adequada alimentação, hidratação ou correção hormonal nos primeiros anos de vida.

<sup>76</sup> Lembramos que o trabalho da SPMG inicialmente centrou-se em Belo Horizonte, mas com o passar dos anos as atividades, principalmente de formação, expandiu-se por algumas cidades do interior.

#### 4.3.2 Financiamento oficial

A revista *Infância Excepcional* de 1962 publicou na primeira página o artigo 89 da LDBEN de 1961 seguido de um pequeno comentário que diz muito sobre a nova fase da revista:

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. Assim, do âmbito da iniciativa privada, a educação do excepcional passou a encontrar apoio e colaboração oficiais. (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1962, p. 1).

A revista aponta que, do âmbito da iniciativa privada, o apoio recebido de autoridades e do Estado passaram a ser oficiais. Ou seja, deixam de ser uma colaboração movida pela caridade de autoridades ou de acordos pontuais como eram anteriormente. O financiamento das atividades de instituições como a SPMG passou a ser um direito adquirido por lei. Apesar de a CADEME existir oficialmente antes da LDBEN, para a revista foi essa lei que marcou o apoio oficial à iniciativa privada.

No ano de 1960 a CADEME já previa o fomento das atividades de entidades públicas e privadas que se dedicassem às crianças *retardadas*<sup>77</sup> e dos outros *deficientes mentais*<sup>78</sup>. No entanto, segundo Rafante (2006)

[...] até 1964 a Cademe não tinha saído do papel e, mais uma vez, as ações da educadora [Helena Antipoff] foram fundamentais, uma vez que ela buscou se reunir com a esposa do então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, conseguindo a instalação oficial da campanha em agosto daquele ano. (RAFANTE, 2006, p. 156).

Ou seja, a instituição oficial da CADEME não promoveu mudanças no cenário do ensino especial até 1964, quando Helena Antipoff interveio para efetivação dessa política. Isso elucida o motivo pelo qual a CADEME só foi divulgada pela revista *Infância Excepcional* na publicação de número 7 em 1965. Nessa edição há a explicação do que era a CADEME e a publicação dos recursos financeiros previstos para o ano de 1965, pontuando qual o valor destinado a cada atividade proposta. Desde então a revista passou a divulgar inúmeros cursos e eventos promovidos pela SPMG com financiamento da CADEME, mudando a forma como mencionava o financiamento das atividades da SPMG. A partir do

---

<sup>77</sup> Termo utilizado no decreto.

<sup>78</sup> Idem.

momento em que o apoio financeiro do Poder Público passou a ser oficial, a revista começou a difundir a educação do *excepcional* como um direito e a divulgar os meios de se efetivar essa conquista.

#### 4.3.2.1 Educação do Excepcional como direito

A revista de número 7 publicada no ano de 1965 apresentou um texto intitulado “Direitos da Criança”. O título desse artigo foi escrito com uma letra maior do que todos os outros, chamando bastante atenção para a sua publicação. Ele apresentava as conclusões tiradas por uma comissão destinada a estudar os direitos das crianças *desajustadas*<sup>79</sup>. Essa comissão foi composta durante o Congresso Mundial sobre os Direitos da Criança, realizado em Beirute, no Líbano, em abril de 1963. O conteúdo desse artigo apresenta um marco nas publicações da coleção, pois é a primeira vez que a educação da criança *excepcional* é apresentada como um direito.

A criança desajustada tem direito de ser respeitada: termos pejorativos não lhe serão aplicados em nenhum caso. [...] **A criança desajustada tem direito a completa educação** e total recuperação de que seja capaz. A noção de “educabilidade” deverá, aliás ser ajuntada aquela de perfectibilidade. Este direito supõe uma ajuda financeira especial ao desajustado. (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1965a, p. 9, grifo nosso).

O trecho aponta que a educação do *desajustado* é um direito e que para sua efetivação seria necessária disponibilização de verba especial. Ou seja, o orçamento comumente destinado à educação não seria suficiente para promover esse direito. A ideia de que o ensino especial demandaria verbas específicas já havia sido divulgada por meio de revistas anteriores, por exemplo, a revista de número 5<sup>80</sup> que afirmava que “quanto menos comum for o grupo de educandos, maiores recursos exigem os ‘excepcionais’ em sua manutenção, educação e preparo para a vida.” (SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS, 1964a, p. 2). O texto “Direitos da Criança” mostrava também outros aspectos indispensáveis para que esse direito fosse respeitado, tais como: suporte à família da criança; rede de apoio multidisciplinar; e formação religiosa, uma vez que o evento foi organizado por entidades católicas, dentre outras proposições. Assim, a educação desse público passou a ser compreendida como um direito, estabelecendo-se o debate, da terceira fase<sup>81</sup> da revista em

<sup>79</sup> Neste texto *crianças desajustadas* são descritas como: deficientes físicos, mentais e delinquentes.

<sup>80</sup> Publicada originalmente como 4º Suplemento do Mensageiro Rural. Ver quadro 1.

<sup>81</sup> Ver quadro 2.

diante, quanto às formas de se promovê-la. Não encontramos mais artigos que buscavam convencer a sociedade dos benefícios de educá-los, mas a difusão de como promover essa educação.

Na revista de número 8 há a publicação do discurso realizado pelo professor Abgar Renault durante o encerramento do 1º Encontro-curso pró Infância Excepcional. Nele Renault afirma que “[...] a educação é um direito de todos e não apenas dos melhores, dos mais bem dotados. Não há razão para que se forceje em atenção a uns e não a outros.” (RENAULT, 1966, p. 14). Na mesma revista encontramos a divulgação da área da Educação Emendativa contida no Programa para o Ensino Normal em Minas Gerais, publicado oficialmente no formato de lei em 1961. O documento estadual em sua fundamentação afirmava que

A educação do excepcional decorre, antes de tudo, da consciência dos educadores no que diz respeito ao direito que toda criança tem de ser assistida no processo de seu desenvolvimento. [...]

Num país democrático não se compreende que alguns de seus filhos fiquem à margem do sistema educativo oficial. É justo, pois, que o poder público colabore com a família e instituições particulares que, sozinhas não poderão resolver problema de tão difícil solução do ponto de vista técnico e econômico. (MOURÃO, PORTILHO e SILVA, 1966, p. 33).

As autoras lançaram mão da Declaração dos Direitos do Homem, da Constituição Federal e dos preceitos democráticos para defender que um direito que é estabelecido como comum a todos os homens não poderia comportar exceções. Dessa forma, se todos são iguais perante a lei e todos possuem direito à educação, o *excepcional* também teria esse direito garantido. Assim, os meios para efetivar esse direito deveriam ser promovidos pelo Poder Público, juntamente com as famílias dos estudantes e com as instituições privadas dedicadas a este fim.

Nas revistas seguintes os debates acerca da educação especial estão consolidados como um direito, havendo o aprofundamento da discussão de como organizar esse ensino. A revista de número 9, por exemplo, publicou a forma como os Estados Unidos da América se organizavam, as questões metodológicas de organização das classes, dentre outros aspectos de ordem prática da sala de aula. Nas revistas 10 e 11, dentre questões pedagógicas, há o levantamento diagnóstico, o debate e as sugestões de melhoria para o atendimento aos estudantes *excepcionais* em Minas Gerais. A revista de número 12, como um exemplar de despedida, se dedicou a uma retrospectiva de partes da história da SPMG. Ou seja, a revista abandona a ênfase que dava anteriormente na tentativa de convencer a sociedade civil e as autoridades acerca da importância do atendimento educacional dos *excepcionais*. A



divulgação dos motivos pelos quais se deveria educar esse público cedeu espaço à difusão do debate acerca da maneira como esse direito deveria ser efetivado.

#### 4.4 Família

A família dos estudantes *excepcionais* é um tema recorrente nas publicações da revista *Infância Excepcional*. Elas eram retratadas nas revistas por meio das publicações de: relatórios frutos de visitas realizadas nas escolas estaduais de Minas Gerais<sup>82</sup>; anamneses de estudantes que buscavam atendimento nos consultórios médico-pedagógicos; diagnósticos realizados nas crianças; propostas de intervenção para melhoria dos estudantes; e artigos direcionados aos familiares. Ao longo das publicações da revista, as famílias dos estudantes foram expostas de três formas diferentes. Primeiramente elas eram retratadas como um grupo prejudicial para a educação dos estudantes e que deveriam ser distanciadas dos mesmos, em seguida passaram a ser parceiras, na condição de coadjuvantes, na educação dos *excepcionais*. A partir da década de 1960, elas passaram a ser retratadas como protagonistas na busca pelo direito à educação dessas crianças. Tais mudanças não se apresentam como uma ruptura rígida com o passado, como se uma publicação negasse a anterior. A passagem da imagem que se difundia acerca das famílias é fluida e a mudança na difusão do seu papel na educação da criança *excepcional* ocorre aos poucos, de modo que na publicação de 1964 ainda encontramos algumas ideias que dialogam com artigos de 1934. Ao mesmo tempo, alguns artigos das primeiras revistas parecem dialogar mais com as ideias que circulavam na década de 1970. No entanto, a análise dos documentos permite concluir que o discurso difundido produziu as três formas de alocar a famílias das crianças *excepcionais* em seu processo educacional: em afastamento; em parceria; e em protagonismo.

##### 4.4.1 Do afastamento familiar

Devemos nos lembrar de que, mesmo fragmentada, a coleção estudada foi publicada ao longo de quarenta e seis anos e abarcou um período de grandes transformações nacionais. Ela inicia sua publicação ainda na década de 1930 em um período entre guerras mundiais. Nesse momento as ideias eugênicas eram correntes e bem aceitas por parte da sociedade e dos

---

<sup>82</sup> O trabalho da SPMG inicialmente concentrava-se em Belo Horizonte, capital mineira. Desde o início as revistas apontavam o desejo de interiorizar as atividades e aos poucos publicavam trabalhos e acompanhamentos realizados em escolas do interior de Minas Gerais.

cientistas. O melhoramento das raças e a proteção social era um discurso aceito e possuía um forte apelo nacionalista. O Brasil passava pelo processo de busca de identidade nacional, e para se constituir enquanto uma nação forte sua população deveria ser sadia e alfabetizada. Os índices de mortalidade infantil eram altos e a infraestrutura de muitos lares era precária, a rede de esgoto e o saneamento básico não eram acessíveis a todos. Todas essas questões aparecem de alguma forma nas três revistas publicadas na década de 1930. No entanto, elas aparecem voltadas à questão problema das revistas: a criança *excepcional*. Tais pontos são tratados na medida em que interferem no desenvolvimento infantil. A criança *excepcional* era o foco do trabalho da SPMG e, na mesma medida, ela era o foco das publicações da revista *Infância Excepcional*.

Ao mesmo tempo em que a revista visava a difundir as ideias, as pesquisas e a promover um intercâmbio com outras entidades no âmbito da educação do *excepcional* ela também objetivava divulgar trabalhos realizados pela SPMG. Nesse sentido, a busca pela prevenção da *anormalidade* aparece nas revistas tanto quanto as opiniões acerca do melhoramento educacional da criança *anormal*. Nessa perspectiva, afastar as crianças do que havia de prejudicial em seus lares era uma das soluções propostas inicialmente nas publicações. Muitas das crianças consideradas *anormais* em decorrência do comportamento inesperado encontrado nas escolas não possuíam quaisquer diagnósticos orgânicos claros.

Na medida em que não se pode achar no corpo do doente um substrato orgânico para sua doença, trata-se de encontrar na família certo número de eventos patológicos que, embora sejam de outra natureza (se seu pai era apoplégico, ou se a mãe tinha reumatismo, ou se possui ou não um primo idiota), referem-se à existência de um substrato material patológico (FOUCAULT *apud* CAPONI, 2007, p. 348).

Quando não havia uma explicação precisa acerca do que aquelas crianças apresentavam, a extensão do diagnóstico chegava às famílias que muitas vezes foram responsabilizadas pela *inadequação* das crianças. Para exemplificar podemos citar Bastos (1933), na revista de número 1, que associava o alcoolismo paterno ou materno como causa do *nervosismo* da criança. As revistas publicavam artigos explicando como os maus hábitos familiares, seja por excesso de zelo ou por negligência, tornavam o ambiente nocivo à educação dessas crianças. A educação realizada em internatos ou semi-internatos era a proposta, inicialmente difundida nas revistas, para solucionar esses desafios educacionais de maneira profícua.

A ideia de escolarização em internatos não desaparece das revistas, mas com o passar dos anos ela deixa de ser difundida como a melhor opção para as crianças. A revista de

número 8, publicada em 1966, chegou a apontar um problema relacionado ao regime de internato:

Julgando o internamento da criança excepcional (a bastante inteligente para compreender que a família, ao internar o filho, comete um ato de rejeição, o qual não rara vez culmina ao abandono definitivo do excepcional ao estabelecimento) iniciou-se em 1964, o sistema de semi-internato, trazendo diariamente menores de belo Horizonte em ônibus, às 8 horas da manhã e devolvendo-os às famílias às 5 horas da tarde.

[...]

Para afastar os males do internamento coletivo está sendo estudada a possibilidade do regime de colocação familiar. Certos países, (Uruguai, por exemplo) preconizam sobremaneira esta modalidade de assistência. (ANTIPOFF, 1966, p. 26).

Pelo apontamento realizado na revista, podemos verificar que o sistema mencionado gerava desafios para o processo de escolarização dos estudantes, mas, sobretudo, para a instituição que muitas vezes tinha que lidar com o estudante sem o apoio da família. Para solucionar a questão o sistema de semi-internato foi uma das alternativas.

#### 4.4.2 A parceria com a família

Enquanto a revista de número 1 trabalha com a perspectiva do afastamento da criança e da família como meio de educação dos *excepcionais*, a partir da revista de número 2 encontramos um discurso que reserva aos pais o lugar de parceira na educação de seus filhos. A ideia exposta na revista é a de que “[...] o trabalho do educador deve se estender a família.” (ASSUMPÇÃO, 1937, p. 115).

Outro meio de colaboração entre educadores e família difundido pela revista é a importância de os pais ficarem atentos aos sinais fora do padrão apresentados pelas crianças e admitir as necessidades específicas apresentadas pelos seus filhos. A ideia divulgada pela revista é a de que atentar para tal situação permitiria que as crianças possam ser educadas pelos meios adequados a elas. Na revista de número 2 o vice-presidente da SPMG aponta a situação:

Magoa-se facilmente a sensibilidade dos pais, e sobretudo o amor das mães, ao ver o filhinho mandado a classe dos sub-normais. Quando mais inteligente e proveitoso seria calar este amor cego, e colaborar com a escola para levar a criança ao desejado termo. Para o conhecimento da criança a colaboração dos pais é coisa indispensável. (NEGROMONTE, 1934, p. 8).

Negromonte (1934) expõe a importância para a educação das crianças que os pais

admitissem a si mesmos as necessidades dos filhos e que colaborassem para que a escola tivesse êxito em seu trabalho. Para que essa parceria fosse concretizada a proposta difundida pelas revistas era a de que os profissionais da educação realizassem um trabalho educativo também com a família, ensinando de técnicas e estratégias para dar continuidade aos estímulos necessários às crianças em seus lares. Para os casos em que o estudante estivesse em regime de internato o trabalho com a família seria ainda mais intenso para que as crianças tivessem o devido amparo ao retornar aos seus lares nas férias escolares ou ao término da escolarização.

Na primeira metade do século XX, a especialidade médica da puericultura<sup>83</sup> se dedicava a orientar as mães para o que seria a correta educação de seus filhos. Como a família nesse período era vista ao mesmo tempo como um bem e como um mal para as crianças, e conseqüentemente para sociedade, o profissional da medicina e da educação seriam os responsáveis por ensinar aos pais como educar seus filhos. Dessa forma, ambos os profissionais travestidos sob a égide da autoridade, em contraposição a da mãe moldada pela natureza e por seus instintos, mas sem conhecimento, ditavam as regras de cuidado e educação das crianças (MARTINS, 2008).

Por fim, o agente considerado mais importante e vital para que essas medidas protetoras tivessem eficácia é a mãe. Consideradas as responsáveis diretas pelo bem e pelo mal das crianças, as mulheres sofreram um processo de culpabilização pelas doenças e pela morte dos filhos, pois segundo os médicos, algumas eram teimosas, ignorantes e apegadas às práticas da medicina popular, fonte de abusos e de erros, segundo a interpretação da medicina clínica. Cabia aos médicos, apoiados pelo Estado e pela iniciativa privada, orientar as mães, conduzi-las pelo reto caminho da puericultura, disciplinando-as e fiscalizando as suas práticas. (MARTINS, 2008, p. 140).

A mãe era considerada de modo mais enfático por uma questão de gênero: nesse período as mulheres eram tidas como responsáveis diretas, por vezes exclusivas, dos cuidados domésticos. É nesse contexto que a primeira fase<sup>84</sup> da revista está inserida e passa a difundir a necessidade, do Estado e da SPMG, de apoiar a família na educação de seus filhos *excepcionais*. No entanto, esse apoio seria oferecido segundo os preceitos e metodologias ditadas pela instituição.

---

<sup>83</sup> A puericultura foi uma especialidade médica da área pediátrica constituída no século XIX e tinha como projeto formativo e educativo a melhoria da saúde e das condições de vida das crianças por meio do aconselhamento e educação das mães (responsável direta da criação dos filhos neste período). (MARTINS, 2008).

<sup>84</sup> Ver quadro 2.

#### 4.4.3 Do protagonismo das famílias

As revistas da década de 1960<sup>85</sup> apresentam uma visão diferente em relação aos pais dos *excepcionais*. Se anteriormente eles eram expostos na dicotomia entre o bem e o mal na educação das crianças e a proposta era ora afastá-los, ora instruí-los como coadjuvantes, a partir da revista número 4<sup>86</sup> as famílias são apresentadas segundo um novo olhar: o de protagonista.

Em 1962 a revista *Infância Excepcional* de número 4 publicou um artigo denominado “Conclusões Apuradas pelo Grupo de Pais e Amigos dos Excepcionais”. Nele é apresentado um apelo para que pais e amigos dos *excepcionais* fundassem associações de assistência a essas crianças em diversas cidades de Minas Gerais. Para fomentar essa formação, a revista divulgou algumas ações importantes para que as novas associações conquistassem o apoio da sociedade civil e das autoridades nessa empreitada. O artigo apresentou também a associação criada em Belo Horizonte, no bairro Floresta, fundada por pais dos *excepcionais* a partir do apoio de Helena Antipoff e de Helena Dias Carneiro e da orientação de Beatrice B. Bemis<sup>87</sup>.

Em 1963 a revista número 5<sup>88</sup> publicou, em artigos diferentes, duas constatações que alteraram significativamente a forma como a família era apresentada ao leitor da revista da SPMG. A primeira delas traz a seguinte fala:

Não é preciso se indignar contra esta atitude [ausência do poder público diante da educação do *excepcional*]; ela nos mostra mais uma vez que os pais e a iniciativa privada devem unir seus esforços para obter certos resultados. Diante destes o Estado é obrigado a tomar consciência do trabalho feito e vem, então, voluntariamente em auxílio, tocado pela **autenticidade que só os pais sabem dar a estas iniciativas**. (REY, 1963, p. 3, grifo nosso).

Ou seja, haveria maior autenticidade quando a luta pelo direito à educação da criança *excepcional* fosse fruto da iniciativa da família. O trecho mostra a estratégia utilizada para que o Estado assumisse a questão como política pública. A iniciativa privada iniciaria as atividades, até então fora da agenda governamental, para que o Poder Público assumisse a responsabilidade da demanda apontada pela sociedade.

A segunda ideia difundida pela revista é a de “[...] que são os pais que devem exigir

<sup>85</sup> Revistas de número 4 ao número 11.

<sup>86</sup> Que corresponde ao 1º Suplemento do Mensageiro Rural, publicado em 1962, ver quadro 1.

<sup>87</sup> “George e Beatrice Bemis, pais de uma menina com Síndrome de Down, haviam participado da fundação de mais de 250 Associações de Crianças Retardadas nos Estados Unidos (NARC), e por isso, juntamente com Helena Antipoff e colaboradores além de participarem da fundação da 1ª APAE, incentivaram o movimento em favor da criança com deficiência mental proferindo palestras em vários locais do Brasil, principalmente na Fazenda do Rosário e Sociedade Pestalozzi do Brasil.” (DRUMOND, 2015, p. 87).

<sup>88</sup> Que corresponde ao 3º Suplemento do Mensageiro Rural, publicado em 1963, ver quadro 1.

dos governos melhores possibilidades de tratamento, de ensino, de orientação, enfim de condições de vida mais humanas para seus filhos (ESTRAZULAS, 1963, p. 3).” Dessa forma, a família deveria, segundo a revista, assumir o papel principal na busca pelos direitos educacionais e assistenciais de seus filhos.

O momento em que a revista começou a difundir a ideia da família como protagonista da ação de busca pela educação da criança *excepcional* coincide com o período de instalação das primeiras APAEs no Brasil<sup>89</sup>. Nesse período a revista expressava a influência sofrida pelo movimento apaeano, na medida em que o discurso em relação a família passava a ser mais positivo, ao mesmo tempo em que influenciava seu leitor a apoiar a fundação de novas APAEs. Houve forte relação entre os trabalhos realizados por Helena Antipoff e a instalação das primeiras APAEs no Brasil<sup>90</sup>. O jornal Correio da Manhã de 1954 publicou indícios dessa relação:

Ao chegarem a nossa terra uns seis meses, o Sr. e a Sra. Bemis sentiram a falta de uma associação de pais, com as finalidades daquela a que dedicaram tanto de seus esforços nos Estados Unidos. E, mais uma vez, a Sra. Beatrice Bemis preferiu agir a resignar-se. O terreno estava bem preparado pela fundadora da Sociedade Pestalozzi do Brasil, a Sra. Helena Antipoff, que iniciou aqui as suas atividades com o “Círculo das Mães”. Do entusiasmo de Beatrice, dos ensinamentos de Helena Antipoff, da dedicação de Pestalozzianas incansáveis surgiu a APAE, Associação de Pais e Amigos de Excepcionais. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ *apud* DRUMOND, 2015, p. 87).

Havia, portanto, o reconhecimento público de uma conjuntura propícia para fundação de associações de assistência aos *excepcionais*, essa situação foi constituída por meio dos trabalhos desenvolvidos por Helena Antipoff. A educadora incentivou os trabalhos em relação à família dos *excepcionais*, influenciou a formação dos profissionais da área, mas, sobretudo, fomentou o debate acerca do ensino especial no Brasil. Ela, juntamente com seu grupo de trabalho, colocou a temática em pauta entre profissionais da área, autoridades políticas e a sociedade de maneira geral por meio de publicações como a revista *Infância Excepcional*.

A família dos *excepcionais* passou a ser vista e difundida para o leitor como protagonista na luta pela educação de seus filhos e como parceira das instituições de assistência que já se dedicavam a essa temática. Passaram inclusive a ser parceiras nas cobranças feitas ao Poder Público. Para a instituição da CADEME em 1960, por exemplo, foi

---

<sup>89</sup> Em 1954 foi fundada a primeira APAE do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1961 foi instalada a de São Paulo e a de Belo Horizonte.

<sup>90</sup> Para aprofundar nesse tema ver: DRUMOND, Adriana Cláudia. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com síndrome de Down (1962-1976): diálogos com pestalozzianos. Tese: UFMG, Belo Horizonte. 2015. 192 f.

exercida pressão sobre as autoridades para que a política fosse instituída.

De acordo com César (1992), para criar esta campanha, Antipoff, junto com Gustavo Lessa e Helena Dias Carneiro, acompanhados por familiares de crianças “excepcionais”, “pressionaram as autoridades competentes da época, que ocupavam altos cargos no MEC, inclusive o próprio Ministro de Estado” (CÉSAR *apud* RAFANTE, 2015, p. 4).

Segundo Mazzotta (2011), essa influência foi exercida pelos líderes dos movimentos pestalozziano e apaeano do Rio de Janeiro. Ou seja, os familiares que acompanharam Helena Antipoff na pressão ao Ministério da Educação já estavam organizados em associações lideradas pelos familiares das crianças *excepcionais*. É nesse contexto que as revistas apontam outro lugar ocupado pelos pais dos estudantes, divulgando para seus leitores a importância do protagonismo desses atores.

#### **4.5 Influências e propostas em políticas públicas: público alvo, financiamento e família**

A revista *Infância Excepcional* foi analisada a partir das três categorias expostas tendo por base o entendimento de que ela estava inserida no contexto de influência do ciclo de políticas públicas explicado anteriormente. A revista era porta voz de uma instituição privada de cunho filantrópico, composta por membros da sociedade civil, e mantinha estreitas relações com diversos governos. A difusão de suas ideias por meio do periódico era uma influência social e indiretamente ao Poder Público. Trata-se da circulação das ideias de um grupo de cidadãos que ocupavam uma posição privilegiada de escuta frente aos governantes e profissionais da área.

Diante do exposto, podemos afirmar que a classificação do público alvo da educação especial variou com o passar do tempo. O debate acerca da estigmatização dos estudantes classificados inicialmente como *anormais* e posteriormente como *excepcionais* foi promovido, mas pouco se discutiu de forma direta nas revistas sobre esse estigma. As revistas difundiram a nomenclatura que acreditavam ser a mais adequada e reforçaram seu uso com a explicação de seu significado. Ao mesmo tempo, as políticas e legislações começaram a usar o conceito de *excepcionalidade*, corroborado pela revista. Com a mudança da nomenclatura mudou-se também o grupo de estudantes classificados como público alvo do ensino especial, reduzindo ligeiramente a imprecisão do conceito.

Quando as primeiras políticas nacionais começaram a despontar e a definição de público alvo centrou-se nas características intelectuais das crianças, no caso da CADEME,

deixando as questões sociais e comportamentais de fora, a revista *Infância Excepcional* defendeu a educação da criança *desajustada*. Para isso, a revista reforçou seu ponto de vista em relação às necessidades e importância de se trabalhar com foco nesse público. Para tanto, publicou tanto projetos voltados a esse público quanto a sugestão de agregá-los como público alvo da CADEME. A justificativa para que os estudantes *com problemas de conduta* fossem considerados público do ensino especial dizia mais acerca da escola e dos métodos educacionais do que das crianças e de suas especificidades. A revista de número 11 explicou que esses estudantes não tinham a devida orientação nas escolas comuns e, em decorrência disso, eram expulsos ou atrapalhavam o ambiente escolar. Dessa forma, a revista difundia como solução imediata para o desafio escolar a ampliação do público alvo do ensino especial, sem propor uma mudança estrutural da escola.

Esse debate promovido pela revista reforça nosso entendimento de que o público alvo da educação especial muitas vezes é fruto das limitações da própria sociedade e, conseqüentemente, da escola, em estabelecer metodologias diversificadas para lidar com o estudante que foge aos padrões esperados. Assim, o público alvo das políticas voltadas para educação especial varia em cada período da história, porque ele é construído a partir das expectativas e limitações de cada época e de cada contexto social.

Outro ponto apreendido a partir dessa pesquisa diz respeito à forma como o financiamento das ações voltadas para a educação especial influenciou todo o debate dessa área. A necessidade de cativar a sociedade civil para a causa, o trabalho para colocar o tema em pauta na agenda pública e a busca por verba para patrocinar as atividades da SPMG foram determinantes na difusão das ideias contidas na *Infância Excepcional*. A revista desenvolveu um trabalho sistemático de difusão da importância de o Poder Público assumir o financiamento da educação especial. No entanto, a revista apontava que o apoio financeiro deveria ser prestado para as entidades que já trabalhavam com a temática ou as que viessem a ser criadas. Mesmo nos casos em que a revista divulgava uma proposta de ação do Poder Público, como o projeto do IPBH, por exemplo, a parceria com a SPMG ou com instituições análogas a ela estava expressa na publicação.

Quando as políticas de financiamento foram instituídas e novas sugestões de aperfeiçoamento foram publicadas nas revistas, a parceria entre o Poder Público e as instituições privadas era reforçada ou estava implícita. Na revista de número 11 há a publicação de propostas como: criação de um selo *pró deficientes mentais e inadaptados* com renda voltada para a construção de prédios para instituições voltadas à educação desse público; definição de um percentual fixo para a educação especial em todos os planos de



financiamento da educação, principalmente na aplicação dos fundos financeiros criados pela LDBEN de 1961; e cobrança do apoio concreto da UNESCO para fomento das atividades. Nessas propostas estão implícitas que as ações desenvolvidas a partir desses financiamentos teriam as entidades privadas como executoras, uma vez que o artigo 89 da LDBEN de 1961 preconizava que toda iniciativa privada considerada competente seria financiada pelo Poder Público. Logo, quanto mais financiamento garantido por parte do Estado, mais a SPMG teria garantia da continuidade de suas ações. Não obstante o fato da SPMG se beneficiar das cobranças e propostas de financiamento divulgadas na revista, essa divulgação ligava a necessidade de o estado assumir tal demanda ao direito à educação da criança *excepcional*. Assim, a revista passou aos poucos a difundir a noção de direito à educação em detrimento à ideia de caridade.

As famílias dos estudantes público alvo do ensino especial passaram a ter mais visibilidade nas revistas, que começaram a considerá-los como atores essenciais na educação de seus filhos e na pressão frente ao Poder Público. Ao dar voz às famílias, a revista passou a estimular a formação de entidades lideradas pelos pais dos *excepcionais* e a difundir a ideia de que a escuta desse grupo seria indispensável para sensibilizar governantes e, principalmente, educar as crianças.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto inicial desta pesquisa visava a identificar as influências de Helena Antipoff, como representante da sociedade civil, na formulação das políticas públicas estaduais e nacionais para educação especial. No entanto, a linha que separava suas ações enquanto agente do governo ou da sociedade civil se mostrou tênue e quase impossível de serem separadas. Da mesma forma, a instituição a qual ela idealizou e ajudou a fundar nasceu em um misto de relações entre Poder Público e sociedade civil. Mesmo no início das atividades da SPMG, quando a caridade da sociedade belorizontina e a mensalidade de seus sócios financiavam a maior parte de suas atividades, o apoio recebido por parte de autoridades públicas e as diversas parcerias que foram estabelecidas com o Poder Público fortaleceram o nome e oportunizaram o desenvolvimento de muitas ações da instituição. Por isso, estabelecer uma divisão rígida entre qual ação foi desenvolvida pelo Poder Público e qual teria sido desenvolvida pela instituição privada tornou-se uma tarefa difícil e pouco profícua. Assim, reformulamos a pesquisa e buscamos analisar a forma como a revista *Infância Excepcional* difundia as políticas públicas existentes para educação especial ao longo de suas publicações e como a revista publicava propostas de ações públicas para o campo educacional em questão.

Assim, nosso estudo buscou identificar e analisar como a SPMG difundia as políticas públicas para o ensino especial e como ela expunha novas propostas para este campo através da publicação da revista *Infância Excepcional*. Esse periódico foi inteiramente dedicado à temática de nosso interesse e, por isso, escolhido como fonte principal de investigação.

Por meio da análise das revistas foi possível identificar diversas etapas pelas quais a SPMG passou para consolidar seu trabalho. Inicialmente a questão da educação especial foi colocada em pauta nos debates sociais e a demanda apontada publicamente. Posteriormente, conquistaram o apoio de autoridades públicas locais e, com o passar dos anos, consolidaram o tema como algo a ser tratado e solucionado pelo Poder Público. Segundo Sarmiento (2012):

Para Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès, o ingresso na agenda pública está condicionado a três requisitos: (1) a situação deve ser considerada verdadeiramente problemática, o que justifica a intervenção governamental; (2) o desafio deve ser considerado de interesse geral; (3) o desafio deve ser formatado e requalificado para que se enquadre nas competências administrativas estatais. Porém, a inserção na agenda não dá nenhuma garantia de resolução definitiva, mas a esperança de que o tema será objeto de soluções concretas mediante a adequada alocação de recursos financeiros, projetos e ações governamentais. (SARMENTO, 2012, p. 24).

Dessa forma, podemos afirmar que a SPMG, com apoio da revista *Infância*

*Excepcional*, trabalhou para colocar a educação do *excepcional* na agenda pública do país, acompanhando o contexto e organização educacional de cada época.

Começando seu trabalho mostrando para a sociedade belorizontina que havia um cenário que não poderia mais ser ignorado, a SPMG evidenciou a demanda educacional existente nos grupos escolares. Em um primeiro momento, quando as políticas públicas nacionais para educação dos *excepcionais* eram restritas a poucas instituições escolares, o conteúdo da revista se preocupava em apontar a demanda existente e buscar apoio social e de autoridades públicas para financiamento e apoio de suas atividades. Nesse período o conteúdo da revista corroborava com esse trabalho ao publicar: exemplos internacionais desse atendimento; críticas às ausências e escolhas do Poder Público no atendimento à infância, principalmente à *excepcional*; análise e exposição de alternativas de atendimento à infância *excepcional*; narrativas dos trabalhos da SPMG; campanhas de sensibilização social para apoio à área de trabalho da entidade; e pedido de apoio financeiro e exposição das finanças da instituição.

Ao mesmo tempo, a SPMG trabalhou em suas publicações a difusão da ideia de interesse geral. Ou seja, o discurso promovido pela SPMG, por meio da coleção *Infância Excepcional*, continha a ideia de que a educação das crianças *excepcionais* fazia parte do escopo de situações que beneficiaria toda a sociedade, a curto e principalmente a longo prazo, quando essas crianças se tornassem adultos autossuficientes. Dessa forma, a justificativa para que a temática entrasse na agenda pública estava sendo construída.

Por fim, a revista *Infância Excepcional* requalificou a questão e apontou que a educação, como um direito de todos, deveria extrapolar as ações da iniciativa privada no caso dos *excepcionais* e passar a ser parte das ações governamentais, devendo, dessa forma, o Poder Público assumir o financiamento, a fiscalização e as diretrizes das atividades em prol do *excepcional*. Nesse contexto, a revista incentivava e divulgava exemplos de formas de organização para o atendimento ao *excepcional*, mostrando a importância de conquistar o apoio de autoridades para o desenvolvimento dos trabalhos.

Ao contribuir para que a educação dos *excepcionais* entrasse na agenda pública estadual e nacional, a SPMG se envolveu nos processos de escrita das políticas para esse fim e participou de vários grupos de estudo que subsidiaram a elaboração dessas políticas. Concomitantemente a isso, a instituição também atuava nos processos de controle e cobrança da efetividade das políticas desenvolvidas, publicando na revista *Infância Excepcional* sugestões de melhorias na educação dos *excepcionais*; fontes de recursos públicos disponíveis; leis e decretos que tratavam da temática; e pesquisas elaboradas e que deveriam

ser desenvolvidas para subsidiar a prática educacional.

As políticas públicas também estão intimamente ligadas ao debate de uma delimitação mais objetiva do público alvo e da terminologia utilizada. Em um contexto em que começaram a ser destinadas verbas públicas para o financiamento da educação do excepcional, é de fundamental importância que se soubesse com clareza qual estudante faria jus às políticas traçadas. Esse debate foi promovido de modo transversal nas publicações da *Infância Excepcional*, que aos poucos mudou a nomenclatura que fazia referência ao público alvo do ensino especial. A SPMG, por meio da revista, trabalhou em prol de maior definição conceitual e apontou a necessidade de modificação do grupo de estudantes que faria parte deste público.

Com a análise do material pudemos identificar a importância e o poder da organização da sociedade civil em prol de uma demanda ainda não assumida pelo Poder Público. O estudo das revistas nos revelou como a SPMG construiu um projeto de longo prazo e alcançou resultados que, talvez, extrapolaram as expectativas e reivindicações iniciais. Com a publicação da revista, a instituição iniciou seu trabalho apontando a existência de um atendimento educacional que era ignorado naquele momento, construiu junto à sociedade civil a necessidade de seu acolhimento, colaborou para que a temática entrasse na agenda pública e apoiou e cobrou dos governos a construção de políticas públicas voltadas para os *excepcionais*. A revista disseminou as ações governamentais para a educação especial ao mesmo tempo em que incentivou que outras instituições filantrópicas fossem fundadas com esse fim. A revista divulgou também foram divulgadas as demandas internacionais, as cobranças estrangeiras, as ações desenvolvidas em outros países e os incentivos prestados por institutos internacionais para que a educação do *excepcional* se desenvolvesse. Dessa forma, a SPMG apresentava que o acolhimento da demanda não era uma exclusividade do Brasil e aos poucos construiu a ideia de que a necessidade de educar essas crianças fazia parte do escopo dos direitos humanos, extrapolando a noção de caridade.

A SPMG modificou sua opinião em relação a diversos fatores como: o lugar ocupado pela família na educação de seus filhos; a nomenclatura utilizada para se referir às crianças com deficiência; os lugares e formas mais apropriadas para educação das crianças com deficiência ou em sofrimento mental; e as justificativas para promover a educação desse público.

Essas mudanças de posicionamento da instituição nos ajudam a entender melhor as diversas fases pelas quais a educação da pessoa com deficiência enfrentou no Brasil. Do modelo da segregação ao da inclusão, a educação especial no Brasil sofreu influências e

pressões internacionais, mas também foi desenvolvido a partir das experiências, dos erros e dos acertos promovidos por grupos que levavam a pauta do ensino especial de forma pioneira no país. Talvez por isso, a revista tenha mudado tanto de posicionamento ao longo de sua publicação. Ao montar a coleção da revista *Infância Excepcional*, a SPMG inseriu publicações com opiniões e experiências que já não praticavam mais. Mas as revistas passadas ajudavam a organizar a história da instituição e ao mesmo tempo apontavam a busca pelo aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas.

A colaboração da SPMG no campo da educação especial foi além da constituição das políticas de financiamento, de organização de diretrizes e de educação formal das crianças. Entendemos que a instituição contribuiu para que a sociedade civil voltasse suas atenções para as crianças com deficiência. Essa contribuição ocorreu por meio da promoção de eventos de esclarecimento da pauta e publicação de artigos acessíveis ao público leigo, extrapolando a ideia de educar para economizar no futuro e construindo a noção do direito de todos pela educação. Não obstante, o debate acerca da marginalização da população com deficiência e do preconceito que sempre enfrentaram não foi promovido de forma direta pela *Infância Excepcional*, que se limitava a mostrar o que profissionais e sociedade poderiam fazer por essa população dentro da estrutura social existente, tampouco foi dado à pessoa com deficiência a oportunidade de falar em primeira pessoa. No que tange aos pais, por muitos anos, a SPMG levou em conta seu próprio ponto de vista acerca das crianças *excepcionais* e das suas famílias, o ponto de vista profissional e científico era o predominante. E apesar de ter havido mudanças importantes no posicionamento da SPMG, quando a família passou a ter voz ativa, essa foi restrita a poucas famílias, àquelas que se organizavam em torno das APAEs ou das famílias diretamente envolvida nos processos políticos.

Como mencionado anteriormente, a busca e análise das propostas e divulgações de políticas públicas contidas nas revistas teve como referencial teórico o conceito de políticas públicas como uma ação pública, uma construção coletiva que envolve diversos atores sociais e está inserido em um ciclo complexo de construção. Nesse sentido, a análise da coleção *Infância Excepcional* mostrou como a SPMG atuou no contexto de influência, incitando tanto a sociedade civil quanto o Poder Público a enxergarem e agirem em favor da criança com deficiência. Nesse processo, influenciaram a forma como essas crianças seriam denominadas, conceituadas e atendidas. A instituição construiu também padrões de participação da família nesse processo, apontando em cada tempo qual seria a melhor forma de cuidarem de seus próprios filhos.

Importante frisar que a pesquisa apresentada nessa dissertação analisou as revistas a

partir de uma chave de leitura dividida em três pontos principais: família, público-alvo e financiamento. No entanto, a revista apresenta muitas outras possibilidades de análise e leitura. Lembramos que os artigos publicados possuíam autorias variadas e que quando nos referimos ao posicionamento da revista estamos apresentando o posicionamento que nossa análise encontrou a partir do nosso fio condutor. Esse estudo foi centralizado no contexto de influência das políticas públicas, mas a coleção *Infância Excepcional* fornece dados que possibilitariam a análise dos demais contextos do ciclo de política.

Para além do contexto de influência das políticas para educação especial, foco da nossa pesquisa, a SPMG atuou: no contexto de produção de texto, participando do processo de escrita dos textos públicos destinados a esse fim; no contexto da prática, promovendo o atendimento educacional das crianças com deficiência, capacitando professores e promovendo outras ações ligadas à área; no contexto dos resultados, analisando os efeitos obtidos por meio das diversas ações desenvolvidas na SPMG e em outras instituições; e no contexto de estratégia política, uma vez que a SPMG pontuava as áreas que necessitava de aperfeiçoamento e os pontos em que a política vigente não funcionava adequadamente. Além disso, a SPMG chegou a indicar para o Poder Público e a publicar na revista a necessidade de definição de padrões mínimos para manutenção de instituições análogas a ela e de aumento da fiscalização dos estabelecimentos de atendimento à infância *excepcional*, para que as verbas destinadas pelas políticas estabelecidas fossem encaminhadas apenas a instituições que promovessem um trabalho de qualidade.

A história da SPMG é complexa e agrega múltiplos atores e representantes. Por uma questão de recorte chegamos ao final dessa pesquisa com muitas nuances que não foram trabalhadas e que permitiriam novos estudos relevantes para a área, como: aprofundar na relação entre o envolvimento dos políticos de cada época, o desenvolvimento da educação especial e os desafios atuais no debate dessa área; analisar como a vida das pessoas com deficiência foi alterada e se as expectativas em relação ao seu processo educacional foram atendidas; a relação da pobreza com a classificação do público alvo da educação especial; os ganhos e as perdas relacionados à nomeação das deficiências e o estabelecimento de um diagnóstico mais preciso para as crianças; o debate acerca do papel do Estado e as expectativas da sociedade civil em relação ao mesmo e o debate atual acerca da aparente consolidação do direito a educação da pessoa com deficiência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marilene Oliveira. **O Ensino de Arte em Minas Gerais (1940-1960):** diálogos e colaborações entre a arte e a educação nova. Dissertação (Mestrado). 2013. UFMG FaE. 228p.
- AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Verbete Políticas Públicas. Carmem Lúcia Freitas Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo e Antônio Eduardo de Noronha Amabile (Org.) **Dicionário de Políticas Públicas**. 1. ed. Barbacena: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais - Eduemg, 2012. v. 1. p. 390-391.
- ANTIPOFF, Helena. A questão dos anormais no estrangeiro. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (sub-normais) n.12, p. 53-69, 1933.
- ANTIPOFF, Helena. Relatório Geral de 1936. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, n. 20, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional, p. 7-21, 1937.
- ANTIPOFF, Helena. Círculo de estudos médico-pedagógicos. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, n.20, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional, p. 41-44, 1937.
- ANTIPOFF, Helena. Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. **Infância Excepcional: Revista Semestral da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais**. Belo Horizonte, n. 1, p. 10 – 27, 1963.
- ANTIPOFF, Helena. [Carta]. 15 de outubro de 1965, Ibirité [para] PINTO, José de Magalhães Pinto. 2f. Solicita autorização para imprimir na Imprensa Oficial o livro de Alice Descoedres. Disponível em: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – Memorial Helena Antipoff. Ibirité. 1965a.
- ANTIPOFF, Helena; LIMA, João Franzen de. [Carta]. 12 de outubro de 1965, Ibirité [para] Representante da Aliança para o Progresso em Brasília. 1f. Solicita a instalação da Gráfica Pestalozzi na Fazenda do Rosário. Disponível em: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – Memorial Helena Antipoff. Ibirité. 1965b.
- ANTIPOFF, Helena. De Lustró em Lustró. **Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional**. Belo Horizonte, n. 8, p. 20-27, 1º semestre de 1966.
- ANTIPOFF, Helena. M.H.A. **Caderno de Anotações Sociedade Pestalozzi e ISER. 1965-1966**, página 148 (enumerada à mão), 30/06/1966. Anotações sobre a venda dos boletins Mensageiro Rural.
- ANTIPOFF, Helena. Uma expressiva mensagem de D. Helena Antipoff, datada de 25 de maio de 1964, dirigida ao professor Archimedes Pereira Guimarães, 1º vice-presidente, atualmente no exercício da presidência da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. **Infância Excepcional Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional**. nº 12, p. 79 - 83, 1979.
- ASSIS, Raquel Martins. A divulgação da psicologia pela cultura escrita impressa e seus jogos

de apropriações. Raquel Martins Assis e Sávio Passafaro Peres (org.) **História da psicologia: tendências contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2016. p. 207-232.

ASSUMPTÃO, Esther. Surdo-mudez, suas origens e educação dos surdo-mudos. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, n. 20, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional, p. 109 -119, 1937.

BARBOSA, Iolanda. [Carta]. 23 de março de 1968, Ibirité [para] ANTIPOFF, Helena, Ibirité. 2f. Pede desculpas pela discussão e solicita que documentos do Laboratório de Psicologia não sejam divulgados.

BASTOS, Aureliano Tavares. O físico dos alunos das classes especiais. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (sub-normas) n.12, 1933, p. 35-46.

BASTOS, Aureliano Tavares. Consultório médico pedagógico da “Sociedade Pestalozzi”. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (sub-normas e desamparados) n.16, p. 31-53, 1934.

BORGES, Adriana Araújo Pereira. **Entre tratar e educar os excepcionais: Helena Antipoff e a Psicologia na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932-1942)**. 2014. 348f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A Escolarização de Alunos com Deficiência em Minas Gerais: das Classes Especiais à Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. spe, p. 69-84, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382018000500069&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500069&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 de março de 2019.

BRASIL. **Lei nº 939**, de 26 de setembro de 1857 - Aprova verba anual e pensão para alunos indicados pelo Imperador Dom Pedro II para o Instalação do Instituto dos Surdos-Mudos. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=542530&tipoDocumento=L EI-n&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.069**, de 20 de fevereiro de 1932 - Sobre a Reorganização do Instituto Benjamin Constant e do Instituto de Surdos-Mudos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21069-20-fevereiro-1932-515761-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 de março de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 24.794 de 14 de julho de 1934** - O Ministério da Educação e Saúde Pública Cria a Inspeção do Ensino Emendativo com finalidade de fiscalização. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 02 de julho de 2017.

BRASIL. **Diário do Poder Legislativo** - 04 de maio de 1937, Terça-feira, p. 30089.

BRASIL. **Lei nº 378** – De 13 de Janeiro de 1937 - Dá nova, organização ao Ministério da



Educação e Saúde Pública.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.073**, DE 30 DE JANEIRO DE 1942 - Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 de março de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 14.165**, de 3 de dezembro de 1943 - Aprova o regimento do Instituto Benjamin Constant. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14165-3-dezembro-1943-469402-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 de março de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 40.269**, de 15 de fevereiro de 1957 - Fundação para o Livro do Cego Nacional é declarada como instituição de utilidade pública nacional.

BRASIL. **Decreto nº 42.728**, de 3 de dezembro de 1957 - Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (SESB). 1957a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.198**, de 6 de julho de 1957 - Altera o nome do Instituto Nacional de Surdos-Mudos para Instituto Nacional de Surdos. 1957b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3198-6-julho-1957-354795-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 44.236**, de 1 de agosto de 1958 - Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44236-1-agosto-1958-383373-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 48.961**, de 22 de setembro de 1960 - Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48961-22-setembro-1960-388634-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 04 de abril de 2018.

BRASIL. **Lei 2610**, de 08 de janeiro de 1962 - Institui o Código do Ensino Primário. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-novamin.html?tipo=Lei&num=2610&ano=1962>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

BRASIL. **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**, 16 de março de 1963, Sábado - p. 43.

BRASIL. **Decreto nº 54.188**, de 24 de agosto de 1964 - Institui a Semana Nacional da Criança Excepcional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54188-24-agosto-1964-394252-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 de março de 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971 - Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 06 de março de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 72.425**, de 3 de julho de 1973 - Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e extinção das Campanhas. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 de março de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 06 de março de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dez. de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 02 de abril de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira**: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC, 2011. 208p.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. **Helena Antipoff**. Coleção Educadores MEC. Recife: Editora Massangana, 2010. 152p.

CAPONI, Sandra. Da herança à localização cerebral: sobre o determinismo biológico de condutas indesejadas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 343-352, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312007000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 de março de 2019.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª Ed. 1978. 130p.

CAVALCANTI, Eliane Pereira. **O costume e o risco na aplicabilidade da lei: educação especial em Porto Alegre 1960-1970** – Porto Alegre, 2009. 164 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

CIRINO, Oscar; VIANA, Francisco José Machado. **Da ortopedia mental aos meninos de Barbacena**: uma perspectiva histórica da assistência pública à saúde mental infantil. Trabalho elaborado para o I Congresso Internacional de Saúde Mental Infantil, realizado no Rio de Janeiro de 09 a 12/08/1984.

DRUMOND, Adriana Cláudia, 1966- **A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com síndrome de Down (1962-1976)**: diálogos com pestalozzianos / Adriana Cláudia Drumond. - Belo Horizonte, 2015.

ESTRAZULAS, Alda Moreira. **3º Suplemento do Mensageiro Rural**: Assistência ao Excepcional, p. 3, março-abril de 1963.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade federal de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **A multiplicidade no estudo das políticas públicas**. In. A Política Pública como Campo Multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FERREIRA, Paulo Felicíssimo. Recorte histórico: do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant. **Revista Comemorativa de 150 anos do Instituto Benjamin Constant s Setembro de 2004**. Publicação técnico-científica do Centro de Pesquisa, Documentação e Informação do Instituto Benjamin Constant – IBCENTRO: RJ. Disponível em: <[http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin\\_constant/2004/edicao-especial-01-setembro/Nossos\\_Meios\\_RBC\\_RevSet2004\\_E\\_Parte\\_1b.pdf](http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2004/edicao-especial-01-setembro/Nossos_Meios_RBC_RevSet2004_E_Parte_1b.pdf)> Acesso em: 01 de junho de 2018.

GOMES, Fernando Magalhães. Exposição sobre a actividade da Sociedade Pestalozzi. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** - Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (sub-normas e desamparados), n.16, 1934, p. 89-95.

GOMES, Fernando Magalhães. Segregação dos sub-normas. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** - Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (sub-normas e desamparados), n.16, 1934, p. 26-30.

GUADET, J. **O Instituto dos Meninos Cegos de Paris. Sua História, e seu Método de Ensino**. Traduzido por José Álvares de Azevedo. Rio de Janeiro – Tipografia de F. de Paula Brito, 1851.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. “Tudo presta a quem tudo precisa”: os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 87-116, set./dez. 2013. Disponível em <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40807/PDF>> Acesso em 06 de agosto de 2018.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2. ed. Campinas. SP: Editora Autores Associados, 1992.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 255-256, Abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742005000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 211 p.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação e Sociedade**, [online], v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-)

73302012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

LIMA, João Frazen de; ANTIPOFF, Helena; PEREIRA, Olívia; GUERREIRO, Lisair. Das Sociedades Pestalozzi e A.P.A.E.S. ao Conselho Federal de Educação. (1963). **Infância Excepcional**: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Belo Horizonte, n. 8, 1º semestre de 1966, p. 67-68.

LIMA, Maria Lúcia de Oliveira Feliciano de; MEDEIROS, Janann Joslin. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1251-1270, Oct. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122012000500004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 março de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500004>.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade[online], vol.27, n.94, pp.47-69, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

MARCUSCHI, Luís Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: \_\_\_\_\_. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2003, pp. 19-36

MARTINS, Ana Paula Vosne. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, Mar. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702008000100008>.

MAYRINK, José Maria. **ANJOS DE BARRO**: Histórias de pais e filhos especiais. São Paulo: Ed. Geração Editorial. 2001, 169p.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>.

MINAS GERAIS; **Lei nº 895**, de 10 de setembro de 1925 – Autoriza a criação de um Instituto para Cegos. Minas Gerais. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=895&comp=&ano=1925>>. Acesso em 06 de junho de 2017.

MINAS GERAIS, **Decreto nº 7.970**, de 15 de outubro de 1927. Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais: 1927. Uberaba: Palácio da Presidência do estado de Minas Gerais,

1927.

MINAS GERAIS; **Lei estadual nº 2.726**, de 24 de dezembro de 1962. Reconhece a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais como utilidade pública.

MINAS GERAIS; **Constituição do Estado de Minas Gerais**, promulgada em 13 de maio de 1967.

MINAS GERAIS; **Caderno de Textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Educação. Belo Horizonte: 2006.

MOURA, Renata Heller de; BOARINI, Maria Lucia. A saúde da família sob as lentes da higiene mental. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 217-235, Mar. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702012000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 de abril de 2018.

NASCIMENTO, Jorge. C. do. O engenheiro e o memorialista: Archimedes Pereira Guimarães e a Química como visão de mundo. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão/Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes, 2008. v. CD. p. 1-14.

NEGROMONTE, Álvaro. Prefácio. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (sub-normais) n.12, p. 07, 1933.

NEGROMONTE, Álvaro. A Sociedade Pestalozzi. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais**, Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (Sub-normas e Desamparados) n.16, p. 7-8, 1934.

NEGROMONTE, A. O problema dos menores. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** – Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional, n. 20, p. 29-32, 1937.

OLIVEIRA, Pâmela Faria; **Ações modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926 – 30)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011, 128 f.

PIRES, Nise; **Educação especial em foco**. CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. Rio de Janeiro: CBPE, 1974. 162p.

PORTELA JÚNIOR, Ariteu; Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012, p.9-27. Disponível em <<file:///C:/Users/augus/Downloads/74433-100117-1-SM.pdf>> Acesso em: 01 de junho de 2018.

RAFANTE, Heulália Charalo. **Helena Antipoff e o Ensino na Capital Mineira: A Fazenda do Rosário e a Educação pelo Trabalho dos Meninos "Excepcionais"**. 247f. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

RAFANTE, Heulália Charalo. **Helena Antipoff, as Sociedade Pestalozzi e a educação Especial no Brasil.** (Tese) Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Carlos, 2011.

RAFANTE, Heulalia Charalo. **Política de Educação Especial no Brasil:** A relação entre o Estado, a Sociedade Civil e as Agências Internacionais na Criação do CENESP. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-3916.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2017.

REY, Teresinha. Um olhar aberto sobre o mundo. **3º Suplemento do Mensageiro Rural:** Assistência ao Excepcional, p. 3, março-abril de 1963.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA.** 2006. 375f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Direitos Humanos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RODRIGUES, Ednalva Gutierrez; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 229-243, Março, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022017000100229&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000100229&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 de março de 2018.

ROSA, João Guimarães; **Grande Sertão: veredas.** 21.ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 496p. 1956.

RENAULT, Abgar. Discurso do Prof. Abgar Renault no Encerramento do 1º Encontro-Curso Pró Infância Excepcional (Publicado sem revisão do Autor). **Infância Excepcional:** Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Belo Horizonte, n. 8, 1966, p. 13-16.

MOURÃO, Eunice; PORTILHO, Maria das Dores; SILVA, Yolanda Martins e. **Infância Excepcional:** Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Belo Horizonte, n. 8, 1966, p. 32-50.

SALGADO, Clóvis. Censo Escolar de 1964. **Boletim Pestalozzi:** Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Suplemento nº 7 – 2º Semestre de 1965, p. 11-12.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: 1999. Ed. Best Seller.

SANTOS, Theophilo. Bibliografia: Sessão a cargo do Dr. Theophilo Santos. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** - Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – A Infância Excepcional, n.20, p. 125-159, 1937.

SANTOS, Keisyani da Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves. Da História oficial da educação especial no Brasil à busca por novas histórias e a diversificação das fontes. **X Seminário Nacional do HISTEDBR.** Campinas: UNICAMP, 2016. v. 1. p. 1-22. Disponível em: <<<https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1110-2675-1-pb.pdf>>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

SARMENTO, George. Tradução e Estudo Introdutório. Pierre Lascomes. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 9-30.

SOCIEDADE PESTALOZZI. Estatutos da Sociedade Pestalozzi. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** – Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – A Infância Excepcional (sub-normas), n.12, p. 11-15, 1933.

SOCIEDADE PESTALOZZI. Projecto do Instituto Pestalozzi de Bello Horizonte. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** - Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – A Infância Excepcional (sub-normas e desamparados), n.16, p. 09 - 15, 1934.

SOCIEDADE PESTALOZZI. Nota. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** - Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – A Infância Excepcional (sub-normas e desamparados), n.16, p. 95, 1934.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. Recursos para o trato com o retardado da zona rural. **1º Suplemento do Mensageiro Rural**: Assistência ao Excepcional, p. 4, agosto de 1962.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. Registro Necessário. **Infância Excepcional**: Revista Semestral da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 1, p. 3, 1963a.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. Nota da Redação. **Mensageiro Rural**: Folha dos ex-alunos dos cursos para professores rurais. n. 30, p. 1, 1963b.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais projeta nova Instituição na Fazenda do Rosário: Instituto Rural “Edouard Claparède”. **4º Suplemento do Mensageiro Rural**: Assistência ao Excepcional, p. 1-2, janeiro-fevereiro de 1964a.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. **5º Suplemento do Mensageiro Rural**: Assistência ao Excepcional, março a junho de 1964b.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. Direitos da Criança. **Boletim Pestalozzi**: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Suplemento nº 7 – 2º Semestre de 1965a, p. 9-10.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. Editora Pestalozzi. **Boletim Pestalozzi**: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Suplemento nº 7 – 2º Semestre de 1965b, p. 13-14.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. Razão do nº 8. **Infância Excepcional**: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Belo Horizonte, n. 8, contracapa. 1º semestre de 1966.

SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. Relatório do Grupo de Trabalho. **Infância Excepcional**: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional. Belo Horizonte, n.

11, 1968, p. 71-135.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 março de 2018.

SEGABINAZZI, Marília; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça. Caminhos possíveis em contextos reais: o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais na perspectiva de análise da tradução de políticas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: Acesso em 20 de setembro de 2017.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Carta de Anísio Teixeira para Archimedes Pereira Guimarães** – 03 de junho de 1961 – Rio de Janeiro. Cf. GUIMARÃES, Archimedes Pereira. Dois sertanejos baianos do século XX. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1982. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/index.html>. (Produção científica sobre o educador). Acesso em: 16/08/2018.

TEIXEIRA, J. Mello. O problema dos anormais. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** – Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (Sub-normas), n.12, p. 17-33, 1933.

TEIXEIRA, J. Mello. Palavras Inauguraes. **Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais** - Publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi – Infância Excepcional (Sub-normas e Desamparados), n.16, 1934, p. 19-25.



## ANEXOS

**Anexo I - Sumário das Revistas da coleção Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional**

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 01 - 1933</b>		
<b>Nº</b>	<b>ARTIGO</b>	<b>AUTORIA</b>
1	Prefácio	Reverendo Padre Álvaro Negromonte - Vice-presidente da Sociedade Pestalozzi
2	Os Estatutos da Sociedade Pestalozzi	A redação
3	O problema dos anormais	Dr. J. Mello Teixeira - Conselho Técnico da Sociedade Pestalozzi
4	O físico dos alunos das classes especiais	Dr. Aureliano Tavares Bastos - Conselho Técnico da Sociedade Pestalozzi
5	Assistência aos menores em Minas	A redação
6	A questão dos anormais no estrangeiro	Helena Antipoff - Presidente da Sociedade Pestalozzi
7	<p>As atividades da Sociedade Pestalozzi:</p> <p>a) A orientação pedagógica e auxílio às classes especiais, pela Prof<sup>a</sup> Naytres de Resende;</p> <p>    A classe especial 1º ano D, pela Prof<sup>a</sup> Alice R. de Toledo;</p> <p>    A classe especial 1º ano D, pela Prof<sup>a</sup> Marieta Nascimento;</p> <p>b) O consultório médico-pedagógico, pelo Dr. Aureliano Tavares Bastos;</p> <p>c) O inquérito sobre as instituições brasileiras ao serviço da infância anormal;     Instrução dos Surdos-Mudos no Instituto Santa Terezinha (São Paulo);</p> <p>d) Balancete da Sociedade Pestalozzi.</p>	

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 2 - 1934</b>		
<b>Nº</b>	<b>ARTIGO</b>	<b>AUTORIA</b>
1	A Sociedade Pestalozzi	Reverendo Padre Álvaro Negromonte - Vice-presidente da Sociedade Pestalozzi
2	Projeto do Instituto Pestalozzi	A redação
3	Palavras inaugurais	Prof. Dr. J. Mello Teixeira - Conselho Técnico da Sociedade Pestalozzi
4	Exposição sobre a atividade da Sociedade Pestalozzi	Dr. Fernando Magalhães Gomes - Secretário Geral da Sociedade Pestalozzi
5	Consultório médico-pedagógico	Dr. A. Tavares Bastos - Conselho Técnico da Sociedade Pestalozzi
6	Orientação do ensino nas classes especiais	Dr. Naytres Rezende - Sócia da Sociedade Pestalozzi
7	Nossa experiência como ensino dos surdos-mudos	Prof. Esther Assumpção - Sócia da Sociedade Pestalozzi
8	Estudo de um caso (anamnese)	A redação
9	A personalidade das crianças dos Asilos	Prof. Helena Antipoff - Presidente da Sociedade Pestalozzi
10	Segregação de crianças subnormais	Dr. Fernando Magalhães Gomes - Secretário Geral da Sociedade Pestalozzi - Assistente da Faculdade de Medicina.
11	Contribuição à psicologia do menor delinquente	Prof. Izabel da Silva - Estagiária do Grupo Barão de Macaúbas
12	Assistência aos menores desamparados	Helena Antipoff - Presidente da Sociedade Pestalozzi
13	Conselhos aos pais	Dr. A. C. Pacheco Silva
14	Informações	A redação
15	Bibliografia	A redação
16	Ata da Assembleia Geral da Sociedade Pestalozzi	A redação
17	Balancete	A redação

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 3 - 1937</b>		
<b>Nº</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autoria</b>
<b>1</b>	Relatório Geral da Sociedade Pestalozzi em 1935  Resumo financeiro da Sociedade Pestalozzi	Helena Antipoff - Presidente da Sociedade Pestalozzi  Naytres Rezende - Tesoureira da Sociedade Pestalozzi
<b>2</b>	Inquérito sobre o estado de saúde, conduta e caráter dos escolares de Minas Gerais	Naytres Rezende - professora
<b>3</b>	O problema dos menores	Pe. Álvaro Negromonte - Vice-presidente da Sociedade Pestalozzi
<b>4</b>	Os crimes dos menores e a noção da idade mental	Aureliano Tavares Bastos - Chefe do Laboratório de Psicologia
<b>5</b>	Círculo de Estudos Médico-Pedagógicos	A redação
<b>6</b>	Cuidados que devemos ter nas leituras de Endocrinologia (Crítica de Zondek)	Henrique Marques Lisboa
<b>7</b>	Contribuição ao Estudo biotipológico das crianças retardadas	Fernando Magalhães Gomes
<b>8</b>	Primeira nota sobre crescimento de alguns alunos do Instituto Pestalozzi	Imene Guimarães
<b>9</b>	Nanismo endocrino	Fernando Magalhães Gomes
<b>10</b>	Experimentação natural no estudo e na educação da criança	Helena Antipoff, Cora Duarte e Francisca Ottoni
<b>11</b>	Surdo-mudez, suas origens e educação dos surdo-mudos	Esther Assumpção
<b>12</b>	Classe dos surdos-mudos do Instituto Pestalozzi	A redação
<b>13</b>	Notas Bibliográficas	Dr. Theophilo Santos
<b>14</b>	Chronica da Sociedade Pestalozzi	A redação

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 04, 05 e 06</b>		
1º SUPLEMENTO DO MENSAGEIRO RURAL - Agosto - Setembro 1962		
<b>Nº</b>	<b>ARTIGO</b>	<b>AUTORIA</b>
1	O que é a criança excepcional?	A redação
2	Lei de Diretrizes e Bases	A redação
3	Encontro Pró-Infância Excepcional	A redação
4	Conclusões apuradas pelo grupo de pais e amigos dos excepcionais	Alaíde Tibo
5	Ensino Emendativo: Considerações sobre um curso	Yolanda Martins
6	30º Aniversário - Sociedade Pestalozzi de M. Gerais	A redação
7	Conselho de Higiene Mental	Extraído do livro SAÚDE do Prof. Arthur Ramos
8	Classes Especiais e Escolas Especiais	Leopoldina Neto
9	Ensino nas Classes Especiais	Fonte: Ortopedia Mental - Livro de D. Helena Antipoff e Naitres Rezende
10	Oficinas Pedagógicas I.S.E.R. 1961	Olívia Pereira
11	Recursos para o trato com o retardado da zona rural	Leopoldina Neto
12	Escola Dom Bosco	A redação

2º SUPLEMENTO DO MENSAGEIRO RURAL - Janeiro - Fevereiro 1963		
<b>Nº</b>	<b>ARTIGO</b>	<b>AUTORIA</b>
1	30º Aniversário - Sociedade Pestalozzi de M. Gerais: 1932 - 1962	A redação
2	Meditação	Pierre Weil
3	Lei nº 2.726, de 24 de dezembro de 1962	João Frazen de Lima José de magalhães Pinto
4	Aos Professores de Classes Especiais	A redação
5	Notícias da Sociedade Pestalozzi do Brasil	A redação

6	Agradecimento	A redação
7	Trabalhos Elaborados no Seminário Pró-Infância Excepcional	A redação
8	Impressões sobre o Seminário	Carolina Araújo Fonseca - Inspetora Secional de Ensino Primário
9	Um amigo Paulista	Dr. Mário Yahn
10	Notícias dos Estados	A redação

3º SUPLEMENTO DO MENSAGEIRO RURAL - Março - Abril - Maio 1963

Nº	ARTIGO	AUTORIA
1	Educação Emendativa	A redação
2	Estudam-se as obras de amparo ao Excepcional	A redação
3	Cursos de Ensino Emendativo: Objetivos	A redação
4	Seleção do Pessoal	Helena Antipoff
5	Estudo e Ação	A redação
6	Lar Pestalozzi	Cora faria Duarte - Volta Redonda
7	Um olhar aberto sobre o mundo	Terezinha Rey
8	Atendimento a Crianças e Adolescentes Excepcionais em Belo Horizonte	A redação
9	Agradecimento ( <i>título nosso</i> )	Alda Moreira Estrazulas - Vice-Presidente da APAE de São Paulo
10	Fazenda do Rosário	A redação
11	Estado da Guanabara - Leme: Notícias da Sociedade Pestalozzi do Brasil	A redação
12	Estudos e Ação	A redação

4º SUPLEMENTO DO MENSAGEIRO RURAL - Janeiro - fevereiro 1964

Nº	ARTIGO	AUTORIA
1	A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais projeta uma nova Instituição na Fazenda do Rosário - Instituto Rural "Edouard	A redação

	Claparède”	
2	Instituto Superior de Educação Rural - fazenda do Rosário	A redação
3	Projetos e recursos	A redação
4	Simpósio de Educação Especial - Brasília, Setembro de 1963	A redação
5	Notícias das Sociedades Pestalozzi	A redação
6	70 anos de uma grande educadora	A redação
7	Curso de férias	A redação
8	Encerramento	A redação
9	Juiz de Fora	A redação
10	Curso de Férias de Educação Emendativa	Yolanda Martins
11	Aniversário	A redação
12	Teoria e Prática	Jefferson Augusto Marotta
13	Medicina	A redação
14	Natal, Ano Novo, Reis	J. Martins
15	Treinamento de	A redação
16	Agradecimento	A redação
17	Rememorando: o primeiro jornal o professor equatoriano	A redação
18	I.S.E.R. Notas de uma aluna	A redação
19	Quando um bom professor entusiasma os alunos	A redação
20	Curso de Preparação Técnica de Economia Rural Doméstica	A redação
21		H.M. Lisboa
22	Grêmio de Estudos Brasileiros	Dr. Gustavo Lessa
23	Ginásio Normal “Caio Martins”	A redação
24	Ginásio Normal Sandoval Soares de Azevedo, Turma de 1964	A redação
25	Um fato? Uma história da Roça?	Myrtes Mathias
26	Do Rio de Janeiro para a Fazenda do Rosário	Marques Lisboa
27	Treinamento de professores supervisores	Helena Tereza de Jesus Silva

28	No ISER, sentida a morte de John Kennedy	A redação
29	O homem, a fome, e a educação	A redação

5º SUPLEMENTO DO MENSAGEIRO RURAL - Março - Junho 1964

Nº	ARTIGO	AUTORIA
1	Secretaria de Educação e Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais Celebram Convênio	A redação
2	Governo dá normas para a Educação de Excepcionais	A redação
3	Notícias do Rio de Janeiro	A redação
4	A voz do Rosário	A redação
5	Ajude a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais	A redação
6	Instituto Naytres Maria de Rezende	A redação
7	Simpósio de Educação Emendativa em 1963	Yolanda Martins
8	Despedida	A redação
9	Curso de Especialização em Educação Emendativa	A redação

6º SUPLEMENTO DO MENSAGEIRO RURAL – julho de 1965

Nº	ARTIGO	AUTORIA
1	Bodas de Prata da Fazenda do Rosário	A redação
2	Gratidão	A redação
3	Programa das Comemorações do XXV aniversário	A redação
4	Seminário de Estudos Pedagógicos: a) Curso de Férias para professores rurais b) Escola Singular c) Ginásio Normal Rural d) Colégio Normal Rural e) Educação Emendativa	A redação
5	As Barracas da Fazenda do Rosário	Bolivar de Miranda Lima

<b>6</b>	Formatura da Turma do Curso Ginásial Normal, 1964	A redação
<b>7</b>	Diplomados pelos Cursos: Ginásio Normal, Inspetores Municipais, Educação Emendativa	A redação
<b>8</b>	Estrutura do I.S.E.R.	A redação
<b>9</b>	Semana do Folclore Mineiro	A redação
<b>10</b>	Trabalho entrosado entre a Campanha do DNCr e a Fazenda do Rosário	A redação
<b>11</b>	Quadro demonstrativo do Movimento Educacional da Fazenda do Rosário 1940 – 1965	A redação
<b>12</b>	Jornadas Educacionais Comemorativas dos 150 anos da Morte de Aleijadinho	A redação
<b>13</b>	Atribuições do Serviço Social da Fazenda do Rosário	Modesta M. Lopes
<b>14</b>	Planejamento Comunitário em favor dos Excepcionais	Modesta M. Lopes
<b>15</b>	Convênio entre Secretaria de Educação de M.G. para instalação do Instituto de Educação Emendativa	A redação
<b>16</b>	Relatório das Atividades Agrícolas do Instituto de Educação Emendativa - Fazenda do Rosário	Professor Sátiro Teixeira Paz
<b>17</b>	Departamento Nacional de Educação Especial (Minuta da Lei)	A redação
<b>18</b>	A Nós, os Mestres de Criança	Heloisa Machado Martins
<b>19</b>	Sociedade Pestalozzi do Brasil, GB	A redação



<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 7 – 1965</b>		
<b>Nº</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autoria</b>
1	O Encorajamento e o Elogio do papa a Beneméritos e generosos Educadores	A redação
2	Assistência Religiosa aos Excepcionais	Henri Bissonnier - Professor de Psicopatologia no Instituto Superior de Catequese de Paris
3	Recordações	A redação
4	Helena Reis	A redação
5	Nosso Irmão	Doris Hoyer de Carvalho
6	Incentivo para as obras em prol de retardados mentais	A redação
7	Associação Brasileira para o Estudo da Eficiência Mental	A redação
8	Direitos da Criança	Contribuição do Serviço de Psicologia do BCRMG à Semana da Criança de Belo Horizonte, em 1963
9	Censo Escolar de 1964	Dr. Clóvis Salgado
10	U.N.E.S.C.O.	A redação
11	Editora Pestalozzi	A redação
12	O que é C.A.D.E.M.E.	A redação
13	Instituto do Excepcional	Marta Nair Monteiro
14	Estudo da Criança a Serviço da Pedagogia	André Rey
15	Encontro Pró-Infância Excepcional	A redação
16	Curso “Estudo da Criança”	A redação
17	Exercícios	A redação
18	Projeto do 1º Curso Intensivo de Férias: “Preparo de Equipes de Técnicos de Nível Superior para o Setor da Infância Excepcional” e Educação Rural	A redação
19	Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário	A redação
20	Associação dos Amigos da Criança da Fazenda do	Judith Ferreira Drummond e

	Rosário	Helena Antipoff
<b>21</b>	Marco Paulo: escoteiro de “Fernão Dias”	Helena Antipoff
<b>22</b>	Amigos da Criança da Fazenda do Rosário (A.C.R.I.F.A.R.) - Estatutos	Judith Ferreira Drummond - Presidente Fundadora da A.C.R.I.F.A.R.
<b>23</b>	Notícias de Brasília	
<b>24</b>	Linhas gerais para a Educação Especial	Zenita Cunha Genter
<b>25</b>	Fundação Dom Bosco	A redação
<b>26</b>	II Convenção do Menor	A redação

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 8 - Janeiro a junho - 1966</b>		
<b>Nº</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autoria</b>
1	Revendo o passado	Professor Archimedes Pereira Guimarães
2	1º Encontro-Curso Pró Infância Excepcional	Yolanda Martins
	Considerações de um juiz de direito sobre o problema da criança excepcional no interior do Estado	A redação
	Considerações do grupo de arte	A redação
	Considerações finais do grupo de Terapia Ocupacional	A redação
	Discurso de encerramento	Abgar Renault
	Apelo aos participantes do 1º Encontro-curso	Helena Antipoff
3	De Lustro em Lustro	Helena Antipoff
4	O clima da Fazenda do Rosário	Prof. Vicente de Oliveira Tôres
5	Programa para o Ensino Normal em Minas Gerais - Educação Emendativa	A redação
6	Classes de Cegos no Grupo "Antônio Carlos" de Juiz de Fora	Aurélia Nardelli
7	Verificação do rendimento Escolar na 1ª Série das Escolas Rurais	A redação
8	Documentário Internacional, Nacional e Estadual	A redação
9	Ministério de Educação e Cultura	A redação
10	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor	A redação
11	Notícias	A redação
12	Delegacias regionais de Ensino - Escolas e Classes de Ensino Emendativo no Interior e Capital	A redação
13	Linhas Gerais para Educação Especial	Zenita Cunha Guenther

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 9 - Julho a agosto - 1966</b>		
<b>Nº</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autoria</b>

1	2º Encontro-Curso Pró Infância Excepcional, Julho de 1966	A redação
	Relatório	Dr. João Frazen de Lima
	Circular	A redação
	Instalação	A redação
	Grupo A: Aulas e Atividades	A redação
	Grupo B, Conclusões	A redação
	Sessões plenárias, aulas, conferências, visitas	A redação
	Participantes que receberam atestado de frequência	A redação
	Encerramento	A redação
2	Retardamento Mental e Toxoplasmose	Drs. Fausto Gonçalves Araújo e Orvile Colombo de Conti
3	Fenilcetonúria (estudo-pesquisa)	Doutoranda Maria Blandina de Melo Todeschi
	Revista Amentia da Associação Belga de Crianças Retardadas - Setembro de 1965. Artigo sobre Fenilcetonúria	Tradução de Maria Amélia Vampré Xavier - APAE de São Paulo
4	Problemas causados por desequilíbrios nas estruturas orofaciais	Lúcia Dias Teixeira Bentes
5	Educação Especial nos Estados Unidos	Dra. Romaine P. Mackie e um grupo de educadores
6	Os problemas da disciplina e Liberdade	Daniel Antipoff
7	O ensino nas classes especiais	Otília Antipoff
8	Linhas Gerais para Educação Especial	Zenita Cunha Guenther
9	Noticiário	A redação

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 10 - Outubro a dezembro 1966</b>		
<b>Nº</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autoria</b>
<b>1</b>	Jogos educativos em Bambu	Profª. Ivone P. Brandão
<b>2</b>	André Rey	Barbel Inheder
<b>3</b>	Estudo de alguns casos que cursaram o 4º ano do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte	Profª. Joanita Saraiva
<b>4</b>	Portaria que Regulamenta a Educação Emendativa no Estado de Minas	A redação
<b>5</b>	Cursos de Educação Emendativa	A redação
<b>6</b>	Teste da Fralda	A redação
<b>7</b>	Linhas gerais para Educação Especial	Zenita Cunha
<b>8</b>	Ato do Sr. Secretário de Educação constituindo um Grupo de Trabalho Pró Infância Excepcional	A redação
<b>9</b>	Delegacias de Ensino, Escolas e Classes de Ensino Emendativo no Interior e na Capital	Inspetoria de Ensino Emendativo

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 11 - 1968</b>		
<b>Nº</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autoria</b>
1	O voluntariado na Assistência ao Excepcional	Helena Antipoff
2	Deficiência mental (aspectos pediátricos no diagnóstico da)	Waldemar Monastier - Berçarista do Hospital São Vicente - Curitiba
3	Fazenda do Rosário	A redação
4	Aritmética nas classes especiais	Zenita Cunha Guenther
5	Aula inaugural do Curso de Especialização em Educação Emendativa	Profª. Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira
6	Relatório do Grupo de Trabalho	Helena Antipoff
7	Votos de feliz ano novo aos membros da Revista	Léa de Araújo Pôrto
8	Decreto nº 54.188, de 24 de agosto de 1964	A redação
9	Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário: Condições para matrícula, setores em funcionamento	A redação
10	II Jornadas Pedagógicas	A redação
11	Novos livros / Cursos	Heloisa Machado Martins

<b>Infância Excepcional: Estudo, Educação e Assistência ao Excepcional Nº 12 - 1979</b>		
<b>Nº</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autoria</b>
1	Nossa Revista	dr. João Frazen de Lima
2	Lei Federal que regula a Educação dos Excepcionais	A redação
3	Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário	Maria do Carmo Coutinho de Moraes
4	Algumas considerações sobre o trabalho psicológico com as crianças na Fazenda do Rosário	Maria Lúcia Gonçalves da Cunha
5	Criança Excepcional - Exceção da Regra - Ano internacional da Criança	Cesar Marcondes da Silva
6	Educação sanitária dentária para as crianças e seus pais	Dr. José Braga de Avelar
7	Treinamento Senso-Perceptivo com Crianças de Nível Pré-primário	Psicóloga Delzita Dias
8	Orientação e aconselhamentos de Grupos do 3º e 4º anos	Psicóloga Delzita Dias
9	Atendimento psicomotor através de atividades livres	Psicóloga Delzita Dias
10	O "time de ensino" nas classes especiais	Supervisora Rita Braga Maciel
11	Serviço social	Assistente social Leda Teixeira Lacerda
12	Projeto da Clínica Rural de Psiquiatria Infanto-Juvenil. "Instituto Rural Edouard Clararèd" - IREC	dr. Hélio Durães Alkimim
13	A Escola, Primeira grande frustração na vida do menino?	Daniel Antipoff
14	O teste MM, de Helena Antipoff	Psicóloga supervisora Irene de Melo Pinheiro
15	Odylo Costa, filho	dr. João Frazen de Lima
16	Dr. Clóvis de Faria Alvim	dr. João Frazen de Lima
17	Helena Antipoff	prof. Archimedes Pereira Guimarães
18	Pensamentos de Helena Antipoff	A redação
19	Medalha de mérito educacional - como patrona Helena Antipoff	A redação
20	Cinquentenário da chegada de Helena Antipoff ao Brasil - 1929 - 1979	A redação

<b>21</b>	Centro de Documentação e Pesquisa "Helena Antipoff"	A redação
<b>22</b>	Bolsas para professores de excepcionais	A redação
<b>23</b>	Desenvolvimento rural - uma carta de Helena Antipoff ao professor Archimedes Pereira Guimarães	A redação



## Anexo II - Eventos que marcaram a história da educação especial no Brasil

ANO	EVENTO
1835	Deputado Cornélio França apresentou projeto de lei para criação do cargo de professor de primeiras letras para o ensino de surdos-mudos no RJ e províncias. O projeto foi arquivado. (JANNUZZI, 2012).
1854	Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854 - Criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos; (BUENO, 2011, p.99).
1857	Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857 (fonte <a href="http://helb.org.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=235:criacao-do-imperial-instituto-de-surdos-mudos&amp;catid=1047:1857&amp;Itemid=2">http://helb.org.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=235:criacao-do-imperial-instituto-de-surdos-mudos&amp;catid=1047:1857&amp;Itemid=2</a> ) - criação legal do Instituto - 26 de novembro de 1857 - Instalação do Instituto dos Surdos-Mudos; (BUENO, 2011, p.99).
1857	Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857 - Aprova verba anual e pensão para 10 alunos indicados pelo Imperador Dom Pedro II para o Instalação do Instituto dos Surdos-Mudos. ( <a href="http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=542530&amp;tipoDocumento=LEI-n&amp;tipoTexto=PUB">http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=542530&amp;tipoDocumento=LEI-n&amp;tipoTexto=PUB</a> ). Acesso em: 29 de maio de 2018.
1867	Instituição do novo regulamento do Instituto do Instituto dos Surdos-Mudo; (BUENO, 2011, p.100).
1874	Hospital Estadual de Salvador inicia assistência aos deficientes mentais (ainda há pouca informação se era atendimento educacional ou médico). (MAZZOTTA, 2011, p. 30).
1882	Em dezembro o Imperador Convoca o 1º Congresso de Instrução Pública - ocorrido em 1883 discutiu também a educação das pessoas com deficiência. (MAZZOTTA, 2011, p. 30).
1887	Escola do México inicia trabalhos com deficientes mentais; (Jannuzzi, 1992, p. 23).
1890	Decreto nº 408 em 17 de maio de 1890 instituição de novo regulamento do Instituto dos Meninos Cegos e alteração do nome para <i>Instituto Nacional dos Cegos</i> ; (BUENO, 2011, p.100) (MAZZOTTA, 2011, p. 28/29).
	Decreto 981, de 8 de novembro de 1890 - Reforma do Benjamin Constant, laicidade, liberdade de ensino, gratuidade. (JANNUZZI, 2012, p. 22).
1891	Decreto nº. 1.320 de 24 de janeiro de 1891 - mudança de nome para Instituto Benjamin Constant (IBC). (MAZZOTTA, 2011, p. 29).
1900	Dr. Carlos Eiras apresentou a monografia “Da educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas” durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. Tal apresentação aponta uma preocupação e um incipiente debate sobre a área. (MAZZOTTA, 2011, p. 31).

1903	Instalação do Pavilhão Bourneville, sua criação data do Império; (BUENO, 2011, p.102).
1905	Criação da Escola Rodrigues Alves no Rio de Janeiro (RJ) - Escola estadual e regular que atendia deficientes físicos e visuais. (MAZZOTTA, 2011, p. 32).
1906	Laboratório de Psicologia Pedagógica, no Rio de Janeiro; (BUENO, 2011, p.103).
1909	Fundação do Colégio Santos Anjos em Joinville (SC) - particular e regular, atendia deficientes mentais. (MAZZOTTA, 2011, p. 32).
1911	Criada Inspeção médico-escolar - SP. Dentro do Serviço de Higiene e Saúde Pública; (BUENO, 2011, p. 103).
1913	Criação do Laboratório de Pedagogia experimental em São Paulo; (BUENO, 2011, p.103).
1917	Criação de Normas de Seleção dos anormais, classes e escolas para eles e formação de profissionais- SP. Iniciativa do serviço médico-escolar de SP; (BUENO, 2011, p. 103/104).
1923	Criação do Pavilhão de Menores do Hospital do Jaqueri; (BUENO, 2011, p.102) .
1924	Surgimento da União dos Cegos Trabalhadores; (BUENO, 2011, p.102).
1925	Lei 895, de 10/9/1925 - AUTORIZA A REORGANIZAÇÃO DO GINÁSIO MINEIRO E DA ESCOLA DE FARMÁCIA E CONTÉM OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ENSINO PRIMÁRIO, ARTÍSTICO E SUPERIOR; AUTORIZA TAMBÉM A CRIAÇÃO DE UM INSTITUTO PARA CEGOS. Minas Gerais (Instituto São Rafael)(Fonte: <a href="https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&amp;num=895&amp;comp=&amp;ano=1925">https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&amp;num=895&amp;comp=&amp;ano=1925</a> ).
	Escola Estadual São Rafael em Belo Horizonte MG. (MAZZOTTA, 2011, p. 32).
1927	Instituto Pestalozzi de Canoas; (BUENO, 2011, p.102).
	Decreto 7.970 - Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais: promulgado em 15 de outubro de 1927. (OLIVEIRA, 2011).
	Criado o Grupo Escolar Paula Soares em Porto Alegre - Escola estadual e regular que atendia estudantes com deficiência mental. (MAZZOTTA, 2011, p. 32).
1928	Fundação do Instituto de Cegos Padre Checo em 27 de maio de 1928 em São paulo (SP). (MAZZOTTA, 2011, p.35).
1929	Trabalhos de Ulisses Pernambucano; (BUENO, 2011, p.102).
	Sodalício da Sacra Família (RJ); (BUENO, 2011, p.102) [atendimento de deficientes visuais].
	Instituto Padre Chico (SP); (BUENO, 2011, p.102) [atendimento de deficientes visuais].
	Instituto Santa Terezinha (SP); (BUENO, 2011, p.102) [atendimento de surdos].
	Criação do Laboratório de Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento - Belo

	Horizonte, MG; (BUENO, 2011, p. 107).
1931	Criação do Pavilhão Fernandinho Simonsen - Santa Casa de Misericórdia São Paulo - Entidade voltada para o deficiente físico; (BUENO, 2011, p. 105).
1932	Decreto nº 21.069 de 20 de fevereiro de 1932 - Sobre a Reorganização do Instituto Benjamin Constant e do Instituto de Surdos-Mudos. ( <a href="http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21069-20-fevereiro-1932-515761-publicacaooriginal-1-pe.html">http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21069-20-fevereiro-1932-515761-publicacaooriginal-1-pe.html</a> ).
	Criação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais- Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104).
1933	Criação da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental no Instituto de Pesquisas Educacionais - Rio de Janeiro, RJ; (BUENO, 2011, p. 106).
1934	Decreto nº 24.794 de 14 de julho de 1934 - O Ministério da Educação e Saúde Pública Cria a Inspeção do Ensino Emendativo com finalidade de fiscalização. ( <a href="http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html">http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html</a> ).
1935	Decreto Estadual 11.908 de 5 de abril de 1935, criação do Instituto Pestalozzi (BORGES, 2014, 225).
	Instituto de Cegos do Recife; (BUENO, 2011, p. 105).
1936	Instituto de Cegos da Bahia; (BUENO, 2011, p. 105).
	Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz - SP - Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104).
1937	DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO - 04 de maio de 1937, Terça-feira, p. 30089. Promessa de ampliação do ensino emendativo.
	LEI N. 378 – DE 13 DE JANEIRO DE 1937 Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Extingue a Inspeção de Ensino Emendativo (criada em 1934).
1938	Criação da Seção de Higiene Mental no Serviço de Saúde Escolar - Estado de São Paulo; (BUENO, 2011, p. 106).
1940	Instituto de Cegos São Rafael - Taubaté - Atendimento ao Deficiente Visual; (BUENO, 2011, p. 105).
1941	1941 - Escola Especial Ulisses Pernambucano - Recife, PE- Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104)
	Instituto de Cegos Santa Luzia - Porto Alegre, RS - Atendimento ao Deficiente Visual; (BUENO, 2011, p. 105).
1942	DECRETO-LEI Nº 4.073, DE 30 DE JANEIRO DE 1942 - Lei orgânica do ensino industrial. Art. 30 exige capacidade física e mental para ser inscrito nos cursos (Reforma de Capanema).
	Escola Alfredo Freire - Recife, PE- Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO,

	2011, p. 104).
1942	Associação Pró-Biblioteca e Alfabetização dos Cegos - São Paulo, SP; (BUENO, 2011, p. 105).
	Instituto Benjamin Constant editou a Revista Brasileira para cegos em Braile. (MAZZOTTA, 2011, p.34).
1943	Decreto nº 14.165, de 3 de dezembro de 1943 - Aprova o regimento do Instituto Benjamin Constant.
	Instituto Benjamin Constant instalou uma imprensa Braile. (MAZZOTTA, 2011, p. 34).
	Instituto de Cegos do Ceará - Fortaleza, CE - Atendimento ao Deficiente Visual; (BUENO, 2011, p. 105).
	Lar Escola São Francisco - São Paulo, SP - Atendimento ao Deficiente físico; (BUENO, 2011, p. 105)
	União Auxiliadora dos Cegos do Brasil - Rio de Janeiro, RJ; (BUENO, 2011, p. 105)
1944	Instituto de Cegos da Paraíba - João Pessoa, PB- Atendimento ao Deficiente Visual; (BUENO, 2011, p. 105)
	Instituto de Cegos do Paraná - Curitiba, PR - Atendimento ao Deficiente Visual; (BUENO, 2011, p. 105) ou Instituto Paranaense de Cegos (MAZZOTTA, 2011, p. 33).
1945	Criação da Sociedade Pestalozzi do Brasil - Rio de Janeiro, RJ - Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104).
1946	Instituto Beneficente Nosso Lar - São Paulo, SP - Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104).
	Fundação para o Livro do Cego no Brasil - São Paulo, SP; (BUENO, 2011, p. 105).
	Portaria Ministerial nº 385 de 8 de junho de 1946 - Ginásio mantido pelo Instituto Benjamin Constant é equiparado ao ginásio de ensino comum. (MAZZOTTA, 2011, p. 34).
1947	Instituto Santa Inês - Belo Horizonte, MG - Atendimento ao Surdo; (BUENO, 2011, p. 105).
1948	LEI 250, DE 27/10/1948 - CRIA NO ESTADO O ENSINO PRIMÁRIO PARA AS CRIANÇAS CEGAS. ( <a href="https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&amp;num=250&amp;comp=&amp;ano=1948&amp;aba=js_textoOriginal#texto">https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&amp;num=250&amp;comp=&amp;ano=1948&amp;aba=js_textoOriginal#texto</a> ).
	Criação da Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, RJ - Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104).
	Escolinha de Arte do Brasil - Rio de Janeiro, RJ - Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104).

1948	Instituto dos Cegos do Brasil Central - Uberaba, MG - Atendimento ao Deficiente Visual; (BUENO, 2011, p. 105).
	Instituto dos Cegos de Lins - São Paulo, SP - Atendimento ao Deficiente Visual; (BUENO, 2011, p. 105).
1949	Escola Nossa Senhora de Lourdes - Santos, SP - Atendimento ao deficiente físico; (BUENO, 2011, p. 105).
	Escola Professor Alfredo Duarte - Pelotas, RS - Atendimento ao Deficiente mental; (BUENO, 2011, p. 104).
	Portaria Ministerial nº 504, de 17 de setembro de 1949 - O Instituto Benjamin Constant passou a distribuir gratuitamente livros em braille às pessoas cegas que solicitassem. (MAZZOTTA, 2011, p. 34).
1950	Criação do Grupo Escolar Miss Browne - Escola estadual e regular que atendia alunos com deficiência mental em São Paulo. (MAZZOTTA, 2011, p. 33).
	Criação do Grupo Escolar Visconde de Itaúna - Escola estadual e regular que atendia alunos com deficiência mental em São Paulo. (MAZZOTTA, 2011, p. 33).
	Fundação da Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) - São Paulo, SP - Atendimento das crianças com distúrbios neuromotores; (BUENO, 2011, p. 110).
	Escola Epheta - Curitiba, PR - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 110)
1952	Instituto Domingos Sávio - Recife, PE - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 110).
	Escola Luiz Braille, Pelotas, RS - Área da deficiência visual; (BUENO, 2011, p. 111).
	Sociedade Pestalozzi de São Paulo.
1954	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 16 de março de 1954, p. 116 - Sobre o ensino emendativo.
	Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) - Rio de Janeiro, RJ - Atendimento das crianças com distúrbios neuromotores; (BUENO, 2011, p. 110).
	Criação da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE) em 11 de dezembro de 1954 - Rio de Janeiro, RJ; (BUENO, 2011, p. 110).
1956	Escola Mundo Infantil, São Paulo, SP - Atendimento a crianças com problema de comportamento; (BUENO, 2011, p. 111).
1957	Escola Santa Cecília, Rio de Janeiro, RJ - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 110).
	Decreto nº 40.269, de 15 de fevereiro de 1957 - Fundação para o Livro do Cego Nacional é declarada como instituição de utilidade pública nacional. (MAZZOTTA, 2011, p.36).
1957	Decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957 - Institui a Campanha para a

	Educação do Surdo Brasileiro (SESB).
	Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957 - Altera o nome do Instituto Nacional de Surdos-Mudos para Instituto Nacional de Surdos. (MAZZOTTA, 2011, p. 29).
1958	Decreto nº 44.236, de 1 de agosto de 1958 - Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais.
	Instituto Educacional São Paulo, São Paulo, SP - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 110).
	Decreto nº. 477, de 17 de setembro de 1958 - Regulamenta organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. (MAZZOTTA, 2011, p.53).
	Portaria nº 566 de 29 de novembro de 1958 - Constituição de Comissão Diretora para Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. (MAZZOTTA, 2011, p. 53).
1959	Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Rio de Janeiro, RJ - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 110)
1960	Decreto nº 48.252 de 31 de maio de 1960 - A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais passa a se chamar Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC) e passou a se subordinar ao Ministério da Educação e Cultura, não mais ao Instituto Benjamin Constant. (MAZZOTTA, 2011, p. 54).
	Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960 - Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME).
	Instituto Dona Conceição, São Paulo, SP - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 111).
1961	15 de abril de 1961 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte foi fundada APAE-BH. Fonte: <a href="https://apaebh.org.br/quem-somos/">https://apaebh.org.br/quem-somos/</a>
	Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Título X trata da educação dos excepcionais.
1962	LEI 2610 DE 08/01/1962 - Institui o Código do Ensino Primário. Estabelece o ensino emendativo à parte da educação comum (em classes e escolas especiais). Ver art. 44, 47, 50, 55 (Seção V), 62 (diz que a finalidade é a restauração da saúde do sujeito), 63, 186, 229, 301.
	Lei estadual nº 2.726, de 24 de dezembro de 1962. Reconhece a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais como utilidade pública.
1963	Federação Nacional das APAEs - (JANNUZZI, 2012, P. 119).
	Portaria ° 3 / 63 - Regulamenta a Educação Emendativa em Minas Gerais (Infância Excepcional, n 10, p. 19).
	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 16 de março de 1963, Sábado - p. 43 -

	Sobre o Plano Trienal: Reorganizar a Rede Nacional de Estabelecimentos de Ensino Emendativo de nível primário e médio, de modo a alcançar melhores resultados do investimento federal, superior, atualmente, a 2 bilhões de cruzeiros e para que as escolas especializadas se somem programas realizados nas escolas comuns, para atender a maior número de jovens carentes de cuidados especiais na educação.
1963	Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste, Campina Grande, PB - Área da deficiência visual; (BUENO, 2011, p. 111).
1964	Portaria Ministerial nº 592 de 25 de agosto de 1964 - Dr. Antônio dos Santos Clemente Filho da APAE de São Paulo assume a diretoria da CADEME. (MAZZOTTA, 2011, p. 57).
	Decreto nº 54.188, de 24 de agosto de 1964 - Institui a Semana Nacional da Criança Excepcional. Deverá ser comemorada de 21 a 28 de agosto a todos os órgãos em todo território nacional.
	Escolas de Cegos do Maranhão, São Luís, MA - Área da deficiência visual; (BUENO, 2011, p. 111).
1965	Fundação da - Associação Internacional para o Estudo Científico da Deficiência Mental (A.B.D.M.) - 09 de julho de 1965 - Recife (PE) - Helena Antipoff era a Presidente Honorário. Revista infância Excepcional nº 8 (1965), página 8.
1967	Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 13 de maio de 1967 - Art. 227 inciso XII.
	Associação dos Cegos do Piauí, Teresina, PI - Área da deficiência visual; (BUENO, 2011, p. 111).
	Diário Oficial da União em 29 de setembro de 1967 - Militar José M. Borba assume a direção da CADEME. (MAZZOTTA, 2011, p. 57).
1968	Centro Ocupacional Avanhandava, São Paulo, SP - Área da deficiência mental; (BUENO, 2011, p. 111).
	Instituto Cearense de Educação de Surdos, Fortaleza, CE - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 111).
1969	Decreto nº 12.123 de 21 de outubro de 1969 – Cria a Escola de Ensino Emendativo junto ao Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil – Belo Horizonte Minas Gerais.
	Parecer nº 252/69 do Conselho Federal de Educação (CFE) - Ao fixar os conteúdos mínimos para o curso de Pedagogia previu as habilitações específicas para a “educação dos excepcionais” (PIRES, 1974, p. 87).
	Parecer 295/69 - Conselho Federal de Educação (CFE) - Indica a necessidade de apressar a regulamentação do Parecer nº 252/69 e constituiu uma Comissão Especial para tal fim. o. (PIRES, 1974, p. 87).
	Escola Jaty, São Paulo, SP - para pessoas com distúrbios neuromotores graves; (BUENO, 2011, p. 111).

1970	Portaria Ministerial nº 3.514 de 28 de setembro de 1970 - A psicóloga Sarah Couto César da Pestalozzi do RJ assume a diretoria executiva da CADEME. (MAZZOTTA, 2011, p. 57).
1970	Década de 1970 - Criação de Serviços de Educação especial em todas as Secretarias Estaduais de Educação; (BUENO, 2011, p. 112).
	Escola Santa Maria, Salvador, BA - Área da deficiência auditiva; (BUENO, 2011, p. 111).
	Instituto Santa Terezinha para surdos em São Paulo deixa de prestar atendimentos no regime de internato. (MAZZOTTA, 2011, p.37).
1971	Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Prevê em seu artigo 9º o tratamento especial aos estudantes com deficiência e aos superdotados.
	Piratinis Instituto Educacional, São Paulo, SP - Para pessoas com distúrbios neropsicomotores pouco acentuados; (BUENO, 2011, p. 111).
	Criação da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzis do Brasil; (BUENO, 2011, p. 110).
1972	Parecer 02 do Conselho Federal de Educação (CFE) - Estabeleceu os mínimos para o magistério de Educação dos Deficientes da Audiocomunicação. (PIRES, 1974, p. 87).
	Portaria nº 86 MEC-S.G., em 23 de julho de 1972 - Nomeia Nise Pires como gerente do Grupo-Tarefa para montar o Projeto Prioritário nº 35 - Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura. (PIRES, 1974, p. 9).
	Parecer nº 848/72 do Conselho federal de Educação - “forneça subsídios para o equacionamento do problema relacionado com a educação do excepcional”. (MAZZOTTA, 2011, p. 57/58).
	Portaria de 25 de maio de 1972 - Grupo-Tarefa de educação Especial (composto por Nise Pires e os diretores das Campanhas). (MAZZOTTA, 2011, p. 58).
	Apresentação do Relatório de Planejamento para o Grupo-Tarefa de Educação especial do Ministério da Educação e Cultura do Brasil - contendo propostas para criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). (MAZZOTTA, 2011, p. 59).
1973	Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973 - Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e extinção das Campanhas.
	Escola da Carminha, São Paulo, SP - Área da deficiência mental; (BUENO, 2011, p. 111).
1974	Projeto Prioritário nº 35, incluído no Plano Setentrional de Educação e Cultura 1972/74. (MAZZOTTA, 2011, p. 58).
1975	Resolução 213, aprovada em 08 de maio de 1975.



	Portaria nº 550, 29 de outubro - Regimento Interno do CENESP. (MAZZOTTA, 2011, p. 59).
--	--

## Anexo III – Carta de Iolanda Barbosa à Helena Antipoff

D. Helena:

Fique conosco no seu aniversário. Pode ser que a senhora pense: não sei se me querem bem, realmente, ou se é só festa externa e barulho no 25 de Março.

Digo-lhe com toda sinceridade: nós todos reconhecemos o quanto a senhora fez pela educação em Minas e no Brasil. As obras que a senhora fundou estão influenciando, direta ou indiretamente, milhares de pessoas.

Eu mesma, D. Helena, aprendi muito na Fazenda do Rosário. Não adianta dizer o que, mas, simplesmente isto: eu vivo a Fazenda do Rosário.

D. Helena, fique conosco, na fazenda que já é de todos nós. A senhora não vai ver a sua casa construída, a casa da mestra, como a designamos, mas vai assistir a inauguração do bonito pavilhão construído para as crianças. Mais uma escola para as crianças! Por causa delas e do D.R. e João e de nós todos, fique.

"Nós somos responsáveis por aqueles que cativamos" a fazenda do Rosário cativou muita gente. A senhora é a fundadora desta fazenda. Fique conosco. Iolanda.

D. Helena:

13-3-68

Fiquei triste comigo mesma e entrego-  
mhada de ser tão impulsiva ao falar  
com a senhora. Desempe-me todas as  
indelicadezas.

Não segui os conselhos de S. Francisco  
de Assis: "antes compreender, do que  
ser compreendido".

Queria, naquela hora, que a  
senhora me entendesse.

Por falar em entender, peço-lhe  
uma medida que é justa: Não deixe  
que os testes do Laboratório se vulga-  
rize. Não é direito divulgá-los.  
Digo isto porque a seleção é do  
Laboratório, quem não é psicólogo ou  
auxiliar de psicólogo não pode ler  
as técnicas e avaliações dos testes.

XXX

Continuo como Diretora do Pestalozzi 0/9  
Fazenda do Rosário... mistério. Por que eu?  
Yolanda (vire)

## Anexo IV – Carta de Helena Antipoff ao Dr. José de Magalhães Pinto

Excelentíssimo Senhor  
Doutor José de Magalhães Pinto  
DD Governador do Estado de Minas Gerais

Senhor Governador,

Tomo a liberdade de me dirigir a Vossa Excelência a fim de solicitar a autorização para imprimir na Imprensa Oficial o livro da autoria de Alice Descoedres "L'éducation des enfants arriérés?"

Traduzido por Dr. Arduino Bolivar e a Prof. Maytres Maria de Rezende, foi publicado, com meu Prefácio em 1936, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com a tiragem de 1000 exemplares, segundo o convênio com a editora Delachaux et Niestlé (Suíça), sendo por mim paga então a importância de 300 francos suíços por ela exigida.

Dos exemplares impressos, 500 foram remetidos à Sociedade Pestalozzi para venda em benefício de sua obra pro-infância excepcional, ficando a Secretaria da Educação do Estado com a outra metade da tiragem para a distribuição gratuita aos estabelecimentos oficiais de ensino: bibliotecas das Escolas Normais, grupos escolares, classes especiais para retardados etc.

Tendo conseguido novamente dos editores o direito de reimpressão da obra, mediante o pagamento da mesma importância de 300 francos suíços a ser efetuado pela Sociedade Pestalozzi, e considerando a nova edição de bastante utilidade como Manual para classes especiais e estabelecimentos para retardados mentais, solicito ver a possibilidade de imprimir, sob o título Educação das Crianças Retardadas (2-a edição brasileira, trad. da 4-a ed. original) na Imprensa Oficial do Estado, nas mesmas condições que da primeira vez, ou entregando à Sociedade Pestalozzi toda a tiragem de um mil exemplares.

Neste ultimo caso, seria maior a contribuição do Estado em beneficio da obra da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que continua a lutar com grandes dificuldades para manter um nivel de ensino e sua qualidade apropriada às necessidades da Infancia Excepcional.

Com o produto da venda de suas publicações a Sociedade Pestalozzi pretende montar uma gráfica - para aprendizagem vocacional dos adolescentes mais desenvolvidos, intelectualmente, na Fazenda do Rosário.

Na certeza de que Vossa Excelencia dará atenção ao nosso pedido, em nome da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e em meu proprio nome peço aceitar o testemunho de elevada consideração e a gratidão por tudo que Vossa Excelencia já tem feito em prol da Infancia Excepcional.

Fazenda do Rosário, Ibirité, 15 de Outubro de 1965

Helena Antipoff, coordenadora dos Cursos e de Serviços da Fazenda do Rosário.

## Anexo V – Carta ao representante da Aliança para o Progresso

Ibirité, Fazenda do Rosário, 12 de outubro de 1965

Exmo. Senhor,  
Representante da Aliança para o Progresso em  
Brasília.

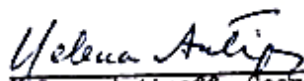
Tenho a honra e o prazer de apresentar a Psicóloga Dona GLÓRIA QUINTELLA como pessoa credenciada pela SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS para solicitar à ALIANÇA PELO PROGRESSO a instalação da "Gráfica Pestalozzi" a funcionar na Fazenda do Rosário.


São Objetivos da GRÁFICA PESTALOZZI:

- 1 - Divulgar obras de Pedagogia e de Ciências afins e principalmente aquelas que visam a educação e o tratamento médico-psicológico de excepcionais e esajugtadas, retardados mentais, bem como das populações em zonas rurais.
- 2 - Ensinar um ofício atualmente de grande procura no mercado do trabalho para estudantes de cursos complementares e normais do ensino primário e médio da Fazenda do Rosário, fornecendo oportunidades para os alunos de famílias pobres possam ganhar algum dinheiro durante seus respectivos cursos.
- 3 - Oferecer a aprendizagem ocupacional dos adolescentes excepcionais.
- 4 - Imprimir apostilhas para estudantes dos Cursos normais, de inspetores e de professores da Fazenda do Rosário.
- 5 - Auferir renda regular para manutenção das obras de assistência aos excepcionais e à comunidade rural da Fazenda do Rosário, com a venda de suas publicações.

A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais já se acha com uma lista de autores e de obras prontas para a publicação faltando-lhe recursos próprios para a realização deste programa.

Agradecendo a atenção para este nossa solicitação pela qual Dona Glória Quintella dará necessários esclarecimentos aproveitamos a oportunidade para exprimir a Vossa Excelência o nosso testemunho de elevada consideração e distinta,

  
Helena Antipoff, Coordenadora  
dos Serviços e Cursos da  
Fazenda do Rosário.

  
Dr. Joao Franzem de Lima  
Presidente da Sociedade  
Pestalozzi de Minas Gerais

## Anexo VI - Agenda de Anotação Helena Antipoff

M.H.A. Caderno de Anotações Sociedade  
Pestalozzi e ISER 1965 - 1966

- Editora Pestalozzi -

117

Verifica a importância que possui a  
Sociedade Pestalozzi na CADERA  
e o empastado dos livros. Livro  
que prouvenhou festa em 1965.

A venda poderia trazer em retorno o  
diário do gosto. Poderia se calcular  
em quanto seria uma venda re-  
gular. De modo a garantir o pagamento  
e, talvez, com alguns juros. Fala  
com o Sr. Jayme - Condições: Todos  
os despesas inclusive a <sup>diretas, autô</sup> Despesas -  
Pestalozzi - Inuus Costa - Revista Semes-  
tral, e a ficha de despesas mensais -

2º Curso Encanto Pro Infância Especial <sup>145</sup>  
 e Higiene Mental e Educação Moral  
 Data provável - 3 a 9 de julho, 1966 -

Reprodução o discurso do dia e encerramento  
 do 1º Encanto, em janeiro 1966 -

Preparar as atividades -  
 fazer pesquisas e levantamentos dos dados  
 sobre os Excluídos - Deleções e Erros,  
 dos Prtos médicos, do TPE -

Venda c/ J. Bosco - em 23.XII.66. <sup>148</sup>

Entregue ao Sr. José Francisco de Lencastre, em 30/VII/66  
 a importância pela venda dos  
 boletins e demais publicações (mês) 82.450.

Entregue ao Sr. Jayme Zvetnik  
 por J. Bosco - pela venda direta a  
 Lemusa e Cia. Retardos 4.XI.66 283.500.

Recebido por J. Bosco - e vai de entrega  
 ainda em dezembro 1966 - últimos

vendas - Cento e trinta e dois mil e 67.000  
 D. Alda Lodi - 25.000. e  
 Precursor 1 - 14.000

432.950.

A saber - da Escola Luiso Social  
 Coleção Clemente Faria é -



Editora Pestalozzi

c/ Modesta Lopes e  
Jusbranco em 2/4/66. (147)

I Biografia de Pestalozzi - Francisco Costa  
Distribuição oficial - Imprensa oficial  
3.000 ex. - 1965 - gratuito

Vai ser vendido ao preço unitário -  
Por maior quantidade 100 ex.

A vender

II Anuário Pestalozzi 7º suplemento de  
Mensagens Rurais - Farda agul.

2.500 exemplares - pago a Imprensa Sta. Maria

150. pelo verba de CADEME - 500.000 - 775.000.

e pelo doador de verba Fundação de Ciências, 1965 200.000.

Obras da unidade (310. cruzin) ? (venda 500)

III Ficha de Desenvolvimento Mental HA

Imprensa Sta. Maria 2.000 ex. 360.000

sendo preço unitário ~~180.000~~ 180.000? -

(a vender por 500)

Com Sr. Jayme Zwetck - dados  
em as informações em 25.4.66 - e muito  
uma coleção de cartas incluídas do 2º número  
H. "Deficiência Excepcional"

IV - Direitos autorais pela reimpressão

15

do Phx de Alice Descouens. Edueces do  
Crimes retentados - à Editora Delachaux-Bastille  
 Nauchâtel - Suíça. 1000 ex. pela Imprensa  
 Oficial, atenu do Sr. Jacques Pinto de 4<sup>ta</sup>  
 edição suíça francesa - fra 2<sup>ta</sup> edição  
 500 ex. a favor do Luciano Bertolotti  
 que pagou 300 (trezentos francos suíços) -  
 correspond a cr\$ 130.000,00 mandado.  
 pelo Banco - Sr. Jacques Zmetch.  
 20 Terceiros do Sr. Bertolotti de 1944.

Terezinha Rey - em entrevista com  
 Nellie Anne Delachaux - a respeito  
 dos direitos autorais de seu avô  
 André Rey - L'arrivati mundial  
 et les premiers exercices -

Carta de Terezinha do dia 19/4 com a  
 proposta de um psicólogo para a Filomena -  
 aluna de 1<sup>o</sup> de André Rey.

## Anexo VII – Exemplo de cartas que apontam a distribuição das publicações da SPMG

Três cartas, 10 janeiro 1962

B. Helena

Primeiramente, deixo-lhe pedir mil desculpas por esta falta imperdoável. Não sei o porque e nem como deixei passar este tempo todo sem lhe dar notícias minha e da escola. Graças a Deus deu bem juntamente minha família. Só as saudades do J.S.E.R. que não morre nunca. Vejo isso tudo aí na frente de meus olhos constantemente. No mês de outubro eu e minha colega professora recebemos dos alunos uma linda festa das professoras. Eles organizaram sôzinhos e nos ofereceram de surpresa. Foi a maior do ano aqui. Nunca vi tanta animação. Nos presentes foram: poesias, quadrinhas, cantas, palestra, discurso

e buçã de flores. Alé de tudo rendeu 300,00 das entradas.

B. Helena, recebi o M.R. do mês de novembro e fiquei muito grata pois a muito não recebia. Logo também que teve bons resultados na aplicação das provas finais. A maioria dos alunos foram aprovados. Antes de iniciar as aulas temos de fazer mais cartelas pois a matrícula atingiu 80 crianças. B. Helena só recebi 1 tambor de leite em pó que acabou em pulho passado. Dr. Enzélio não quer me enciar mais por isto fico muito pesarosa de não poder servir as crianças pobres.

A B. Helena e demais membros desse edusandário muitas felicidades e êxito no 1962. São estes os votos sinceros da ex-aluna

Maria Moura

Araguari, 3 de novembro de 1959

Presadas, Dona Helena, Dona Aurea e  
queridos Professores, do I. S. E. R.  
Meus saudosos cumprimentos...

Não por falta de atenção, nem  
tão pouco vos esqueci, foi a delonga  
de escrevê-los, há apenas um mês, come  
cei a dar aulas, porque obrigatoriamente  
tive que passar três meses sem lecionar.

Comunico-lhes que recebi o "Pequeno  
Mensageiro Rural". Agradeço-vos a aten  
ção que tiveram para comigo. Brevemente  
te escreverei a cada um de vocis par  
ticularmente.

Peço a D. Maria do Carmo que quan  
do vieres em Araguari, avisar-me, terei  
como sempre o prazer de recebê-la em mi  
nha casa.

Encerrando, espero o mesmo de vo  
cês, que é de enviar-me as vossas notícias.

A querida D. Helena e D. Aurea à mi  
nha estima e admiração.

Saudades.

Sempre

Teresinha Alves Resende

Aluna do 3.º curso de treinamento.

Para Melipágens Rural.

Já, no dia  
de dezembro

Samambaia dos Padres 30-4-1960.

Saudosa Sr. Helena.

Abraço-a afetuosamente.

Com imensa alegria, recebi a dias, sua carta que me veio curar a grande aflição de receber notícias de vocês e daí do Sr. E. R. Juro-lhe, querida Sr. Helena, que é o dia mais feliz de minha vida, o dia em que recebo notícias daí e das colegas.

Fiquei contentíssima com o restabelecimento de Sr. Helena e faço votos a Deus para que continue sempre sua melhora.

Já ando ansiosa por voltar aí, e, penso que não poderei levar muito tempo em encontrá-las e abraçá-las pessoalmente.

Quanto as novidades aí, estou languinha por ver. O Sr. agora me diz que vai arrancar o fogão, sabe, eu também tenho aqui em minha escola um fogãozinho, um tanto fumacento que muito nos faz chorar, e apesar de ser muito diferente deste daí, muito me faz lembrar do nosso C. R. E. D. S.

Recebi de Sr. Eugênio o tambor de leite e preparei a merenda mesmo na escola.

Temos "Cantinho da alimentação" "Cantinho da aritmética", "nossas melhores escritas", etc.

Para mais recordar daí, fundei um pequeno museu

onde já temos algumas cobrinhas, insetos, etc. As crianças escolheram para ele o nome de "Museu de Ciências Vital Brasil" e fizemos a biografia deste grande homem.

Dr. Furea e o "Pequeno Mansueto Rural", não nos está sendo enviado mais? Desde dezembro não o recebo! Eu que adoro recebê-lo, por causa das boas notícias que me traz daí!

Já recebi diversas cartas das colegas, já encontrei as minhas colegas de Crucilândia e sábado p.p. encontrei-me com Sr. José Mansueto em uma reunião que tivemos em Bonfim. Elas estão todas boas e repetem que não esquecem deste incomparável educandário.

Vou terminar não por que não tenha muita coisa a falar, mas por que a muito já lhe estou tomando o seu tão precioso tempo.

Drei ai breve se Deus quizer, abraçe por mim a todos e a cada um funcionário deste estabelecimento. Abraçe por mim a Sr. Helena e diga a ela que felicito-a pelo restabelecimento pedindo a Deus que a conserve assim.

Adeus; até breve; receba com muitos abraços e beijos o coração de sua

Madalena

(N. B. Lembre sempre de mim, principalmente escrevendo-me uma cartinha, sim?

(A mesma.)

Conceição do Tronqueira, 10 de Fevereiro de 1964

Ilm<sup>te</sup> D. Helena Antipoff.  
Coordenadora do Cursos Rurais realizadas  
no S.S.E.R.

Cordiais Saudações

Venho comunicar a V. S.<sup>ta</sup> que recebi o jornalzinho (Mensageiro Rural), fiquei muito satisfeita com o mesmo, o qual tem tantas coisas interessantes.

Já iniciei meus trabalhos, estou muito contente este ano, por ser que aprendi tantas coisas que eu não sabia e hoje posso ensinar meus alunos.

Sinto tantas saudades do S.S.E.R., que sempre digo: - O curso devia ser ao menos de um ano, pois encontrei tantas professoras e colegas boas que não esgota o tempo que permaneci aí durante 3 meses.

Meus alunos gostaram muito das fantoches, das recreações e dos trabalhos de palma. Pretendo ensinar-las tudo para eles se Deus quiser.

Atenciosamente agradeço e despeço a  
eis alguma do S.S.E.R.,  
Emir Monteiro Simões

Rio Claro, 7/12/61

Carina da Helena Antipoff

Através do Boletim Infância Excepcional, to-  
mei conhecimento de que são realizados encontros-  
-curso, sobre a educação do excepcional, na  
Fazenda do Rosário e em Belo Horizonte, pro-  
moção esta da Sociedade Pestalozzi de Minas  
Gerais, em convênio com a Lademe.

Sou professora primária especializada  
em educação de excepcionais mentalmente re-  
tardados. Atualmente curso também o 4.º  
ano da Faculdade de Pedagogia.

Venho por meio desta pedir-lhe a favor  
de informar-me, se em janeiro ou fevereiro  
de 68, realizar-se-ão encontros-curso Proclu-  
-Infância Excepcional, promovidos pela Socie-  
-dade Pestalozzi de Minas Gerais. Caso, haja rea-  
-lização de tais cursos, desejo também saber:  
-data, duração, e a possibilidade de cursa-  
-lo, juntamente com mais uma professora  
também especializada-daqui, e condições de  
alojamento para duas pessoas.

Sem mais termos esperados ser atendi-  
-da o mais breve possível.

Antecipadamente agradeço-lhe

Sita José Guimaraes da Costa

Rua II, 1151

Rio Claro - Est. S. Paulo